

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2007

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços - CEIS - Coordenação Geral)
Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais - COERG - Produção Agropecuária)

Equipe Responsável

Autores: Adila Maria Barbosa Pinto, Antônio
Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira,
Carlos Alberto Figueiredo Junior, Carlos Américo
Leite Moreira, Francisco Raimundo Evangelista,
Inez Sílvia Batista Castro, Laura Lúcia Ramos
Freire, Luciano Carvalho Vivas, Marcos Falcão
Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda
e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Deborah Régis de Almeida,
Francisco Joelândio de Sousa Rodrigues
e Roberto Alves Gomes.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa (Reg. CE 00673 JP)

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Alexandre Aquino (designshow.com.br)

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700 - Passaré - CEP 60.740-000
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 13 (abr. - jun. 2007) - . - Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2007 -
n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Produção e Mercado para a Cachaça Brasileira
11	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
15	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
15	3.1 - Produto Interno Bruto
20	3.2 - Produção Industrial
25	3.2.1 - Produção industrial do Nordeste
30	3.3 - Nivel de Utilização da Capacidade Instalada
33	3.4 - Produtividade da Indústria Brasileira
35	3.5 - Comércio
35	3.5.1 - Desempenho do comércio no Brasil
37	3.5.2 - O comércio varejista no Nordeste
42	3.6 - Produção Agropecuária
42	3.6.1 - Agricultura
51	3.6.2 - Pecuária
52	3.6.3 - Agronegócio
52	3.6.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
59	3.6.3.2 - Balança comercial do agronegócio

61	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
61	4.1 - Emprego
67	4.2 - Rendimento
69	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais
69	4.3.1 - O desempenho do Brasil
70	4.3.2 - O desempenho do Nordeste
75	5 - SETOR EXTERNO
75	5.1 - Balança Comercial Brasileira
76	5.1.1 - Exportações
80	5.1.2 - Importações
83	5.2 - Balança Comercial Nordestina
92	5.3 - Balanço de Pagamentos
97	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
97	6.1 - Governo Federal
97	6.1.1 - Resultado fiscal do governo central
99	6.1.2 - Dívida pública federal
100	6.1.3 - Necessidade de financiamento do setor público
100	6.2 - Estados e Municípios do Nordeste
100	6.2.1 - Transferências a Estados e municípios
103	6.2.2 - Arrecadação de ICMS
104	REFERÊNCIAS

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Produção e Mercado para a Cachaça Brasileira

Marcos Falcão Gonçalves

Economista

Especialista em Gestão de Arranjos Produtivos Locais

Especialista em Economia Financeira e Análise de Investimentos

Pesquisador do ETENE

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma

Mestre em Economia Rural

Pesquisadora do ETENE

Nos últimos anos a cachaça vem se firmando como um importante produto do agronegócio brasileiro. Esse novo contexto tem sido respaldado pelo apoio institucional e por mudanças no aparato regulatório. O segmento se encontra em processo de ajustamento às novas condições de concorrência. Além disso, tem-se verificado a intensificação da diferenciação da cachaça entre as regiões produtoras. A produção local busca atribuir especificidade do seu território para a conquista de novos nichos de mercado.

De acordo com o Decreto nº 4.851, Art. 92, cachaça é a denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica entre 38 a 48 por cento em volume, a uma temperatura de 20°C, com carac-

terísticas sensoriais peculiares, obtida a partir da destilação do mosto fermentado de cana-de-açúcar, podendo ser adicionada de açúcares expressos em sacarose em até seis gramas por litro. Demais países produtores de aguardente de cana, após tal decreto, não podem utilizar a denominação “cachaça”. É o caso, por exemplo, do rum, produzido em outros países da América Latina e Caribe. A Cachaça é a terceira bebida destilada mais consumida no mundo, após a vodka russa e o soju coreano.

A partir de 1980, o setor produtivo brasileiro de cachaça iniciou um processo de modernização em alguns estados, com destaque para Minas Gerais, que repercutiu positivamente na qualidade e imagem do produto (SEBRAE, 2005, p. 104-152).

Nessa linha, verifica-se a crescente diferenciação da cachaça entre as regiões produtoras, observando-se uma tendência da produção local no sentido de buscar a especificidade do seu território para a conquista de novos nichos de mercado.

Atualmente existem aproximadamente 5 mil marcas de cachaça e mais de 30 mil estabelecimentos produtores no Brasil (VERDI, 2005), sendo a maioria de micro e pequeno portes, com a utilização de baixo nível tecnológico e produzindo pequenos volumes que são localmente comercializados. Em média, a produção anual de cachaça chega a 1,5 bilhão de litros. Este total, a princípio, seria o tamanho do mercado interno, visto que o volume exportado é irrisório: apenas 1% do volume total produzido no país (ASME-DIATOR..., 2006), existindo assim um mercado potencial a ser atingido.

O elevado consumo de água no processo produtivo da cachaça gera proporcionalmente um grande volume de efluentes líquidos, principalmente o vinhoto que pode contaminar o solo, águas superficiais e lençol freático. O vinhoto ainda não recebe tratamento adequado e a maioria dos produtores ainda o lança diretamente no solo.

Os produtores com maior nível de estruturação já utilizam o bagaço da cana como combustível nas caldeiras. No entanto, a principal fonte de energia utilizada para o funcionamento dos engenhos e alambiques ainda é a lenha, o que agrava o problema ambiental de desmatamento.

A maior concentração da produção de cachaça ocorre no estado de São Paulo, o qual responde por cerca de 45% da oferta total. Outros produtores importantes são Pernambuco (12%); Ceará (11%); Rio de Janeiro, Minas Gerais/Goiás (8%); Paraná (4%); e Bahia/Paraíba (2%) (SEBRAE, 2005).

Coexistem no Brasil dois modelos de produção: industrial (coluna) e artesanal (de alambique). Dentro de cada modelo é construído um conceito

de qualidade próprio, atrelado à estrutura produtiva e organizacional.

No segmento industrial, a cachaça é produzida por empresas de médio e grande portes onde se consegue escala de produção, atendendo a um mercado consumidor mais popular (classes C e D). O produto é padronizado e a destilação é realizada em colunas de destilação de aço inox, utilizando-se, em alguns casos, recursos de análises laboratoriais.

O segmento artesanal ocupa um espaço aproximado de 20% da produção total de aguardente de cana no Brasil, sendo a produção nacional em torno de 300 milhões de litros, contra um 1,2 bilhão da industrial. Apresenta reduzidas barreiras à entrada, pois o investimento inicial para a produção é baixo (LIMA, 2006). É caracterizado pela predominância de pequenas unidades de produção, e por problemas relacionados a: informalidade; falta de infra-estrutura; utilização de conhecimentos empíricos; elevados custos de comercialização; desorganização do setor; limitação de mercado; falta de padronização; uso de embalagens inadequadas; e, desconhecimento da lógica do mercado.

Devido à limitada produção, seu maior valor agregado e maior preço final, a cachaça artesanal de qualidade destina-se a nichos de mercado mais exigentes. Dotados de um maior poder aquisitivo e composição da cesta de consumo mais inelástica, esses consumidores são menos sensíveis a alterações do preço da mercadoria, estando a pagar um valor mais elevado pelo produto.

Com relação às dificuldades para a formalização da atividade, principalmente no segmento artesanal, Lima (2006) afirma que podem ser explicadas, em parte, pela grande concorrência que os pequenos produtores enfrentam, seja entre os mesmos ou com grandes produtores, aliada à pequena escala de produção, baixa capacidade financeira e elevada carga tributária incidente sobre a cachaça na maioria dos estados nordestinos.

Muito embora os empregos gerados pelo segmento artesanal sejam inseguros e de baixa qualidade, o setor tem um papel importante na geração de emprego e renda, contribuindo para a fixação do homem no campo. Em pesquisa de campo, observou-se que a produção de cada 10.000 litros de cachaça gera em torno de dois empregos diretos¹.

Internamente, o segmento produtor de cachaça artesanal apresenta uma grande diferenciação nos sistemas produtivos: a maior parte adota sistema arcaico com produto de baixa qualidade e preço irrisório; outro grupo se constitui de produtores em fase de modernização e, por último, existem aqueles que estão inseridos em mercados produtivos mais competitivos por produzirem cachaça de alta qualidade, segmento que apresenta intensa mobilização do setor (SEBRAE, 2005). Este último segmento produtor da cachaça artesanal tem produção limitada em termos de quantidade e se destina ao consumo das classes A e B da população, consequência do seu maior valor agregado e preço final mais elevado.

O primeiro esforço brasileiro em termos de promoção e valorização da imagem da cachaça nacional no mercado externo ocorreu com a implantação do Programa de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC), no ano de 1997. Criado por produtores de cachaça por intermédio da ABRABE (Associação Brasileira de Bebidas) e com o apoio do Governo Federal (Ministérios da Agricultura e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia), o Programa busca também organizar o setor, melhorar a qualidade da cachaça por meio de suporte técnico e expandir as vendas no mercado externo, através da divulgação do produto em feiras e congressos. Neste sentido, diversas ações têm sido desenvolvidas em prol do setor, dentre as quais

cabe ressaltar: promulgação do Decreto 4062/01, declarando a denominação “cachaça” como indicação geográfica para uso exclusivo dos produtores sediados no Brasil; promulgação do Decreto 4851/2003, com a especificação dos padrões técnicos (composição) das bebidas, Cachaça, Caipirinha e Rum; obtenção do reconhecimento, junto à Organização Mundial de Aduanas (OMA), da classificação de Aguardente de Cana, distinta da do rum para fins de classificação Aduaneira do produto mundialmente; instâncias, junto ao Mercosul, para igual reconhecimento com alteração da RES/GMC 77/94, incluindo a denominação exclusiva de Cachaça para a Aguardente de Cana produzida no Brasil (BAHIA, 2006).

Ainda nesse processo de mobilização do setor, foi criada a Federação Nacional das Associações dos Produtores de Cachaça de Alambique (FENACA) no ano de 2001 – a qual estimulou a criação de associações de produtores de cachaça em todo o país – e a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça (CSCPC), em 2005 (GRÜNDLING, 2006).

Em termos de mercado, a indústria brasileira de cachaça ainda está extremamente focada nas vendas internas. O Brasil apresenta um consumo médio anual per capita de 12 litros de cachaça², caracterizando-se como um dos maiores mercados mundiais de bebidas destiladas.

No Nordeste, o mercado é dominado pelas padronizadoras³, que por sua vez enfrentam forte concorrência com o Estado de São Paulo. De acordo com Sebrae (2005), a Cachaça 51, produzida no Estado, lidera as vendas em todas as regiões do país, exceto nos Estados do Ceará, Pernambuco e zona urbana do Estado do Rio de Janeiro, onde perde para as cachaças locais, Ypioca, Pitu e Caninha da Roça, respectivamente.

¹ Encontra-se em andamento no ETENE, sob a coordenação da COERG, um diagnóstico sobre o setor de cachaça e rapadura, com previsão de conclusão para julho de 2007.

² Considerando apenas a população adulta brasileira.

³ Empresas engarrafadoras que compram a cachaça de pequenos produtores, adequando-a ao seu padrão de qualidade para engarrafamento.

Como estratégia de redução de custos, as grandes empresas mantêm unidades de engarrafamento nos maiores centros consumidores do país. A empresa pernambucana Pitu e a cearense Ypioca contam com unidades de engarrafamento no Estado de São Paulo, enquanto a Companhia Müller de São Paulo, produtora da Cachaça 51, instalou uma engarrafadora no Cabo de Santo Agostinho (PE).

As exportações brasileiras de cachaça têm sido realizadas quase que exclusivamente por grandes empresas padronizadoras, sendo as principais: Müller, Pitú e Ypioca (ABRABE, 2006). Em termos regionais, tem-se o Sudeste do país como o maior exportador no ano de 2006, com 50% do volume, seguindo-se do Nordeste, com 28%. Em termos de distribuição estadual, no mesmo ano (Tabela 1), observa-se que São Paulo detém a maior participação no volume total exportado (40%), enquanto Pernambuco ocupa a segunda colocação (21%). Em se tratando de valor gerado no ano de 2006, as exportações paulistas representaram 52% do montante total do país (BRASIL, 2007f) (Tabela 01).

Atualmente, cerca de 11 milhões de litros de cachaça são vendidos para mais de 50 países. Os principais destinos da cachaça brasileira são Alemanha, Paraguai, Portugal, Uruguai e Esta-

dos Unidos. A Alemanha se encontra no topo do ranking dos importadores, com 3.969,36 milhões de litros em 2006, o que representa 35,1% da quantidade exportada naquele ano (Gráfico 01).

Os melhores preços no mercado internacional são obtidos pela cachaça produzida no Estado de Minas Gerais, o que está associado ao tipo (artesanal) e por destinar-se a nichos de mercado mais exigentes. No Nordeste, o maior exportador de cachaça é o Estado de Pernambuco. Porém, consegue os menores preços no mercado externo, o que pode estar relacionado ao fato de realizar exportação do produto a granel. O Estado do Ceará, apesar de produzir cachaça industrial – assim como Pernambuco – tem conseguido preços bem superiores nos últimos anos (Gráfico 02).

A cachaça artesanal representa apenas 10% das vendas de cachaça no mercado externo, concentrada principalmente na produção mineira. Além da preferência do consumidor externo pela cachaça branca, a cachaça artesanal tem resíduos de carbamato de etila, metanol e cobre, acumulados durante o processo produtivo (MAIA, 2006). Normas internacionais da Organização Mundial de Saúde recomendam o nível máximo de ingestão diária para adultos de 2 a 3 mg/dia de cobre. Os Estados Unidos,

Tabela 01 – Volume de Exportação de Cachaça por Estado e Região em 1000 Litros - Brasil - 2000 a 2006

Estado/Região	ANOS						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	3,46	0,9	-	3,36	-	-	-
Nordeste	2.095,73	2.740,95	5.054,96	1.833,35	2.040,93	2.388,10	3.114,72
Pernambuco	1.881,09	2.518,00	4.833,31	1.610,91	1.738,17	2.001,07	2.664,58
Ceará	193,24	221,1	220,73	210,22	300	360,22	449,85
Paraíba	-	1,84	0,92	12,18	-	20,5	0,29
Bahia	-	-	-	-	2,76	6,31	-
Sergipe	21,4	0,01	-	0,04	-	-	-
Centro Oeste	0,5	85,23	71,36	9,72	11,71	3,1	65,2
Sudeste	7.766,69	4.187,37	6.854,07	4.472,91	3.827,35	5.586,82	5.645,41
Minas Gerais	73,8	34,66	262,73	77,46	111,81	198,44	232,54
Espírito Santo	-	12,04	-	0,07	0,07	18,09	0,3
São Paulo	7.083,78	3.236,59	5.760,23	3.698,36	3.129,38	4.542,63	4.628,10
Rio de Janeiro	609,11	904,08	831,11	697,02	586,09	827,66	784,47
Sul	3.535,79	3.124,27	2.550,46	2.315,13	2.673,56	2.265,86	2.412,09
Brasil	13.402,17	10.138,72	14.530,85	8.634,47	8.553,55	10.243,88	11.237,42

Fonte: Brasil (2007f). Elaboração dos autores.

Nota: Os números referem-se a cachaça e caninha (rum e tafia).

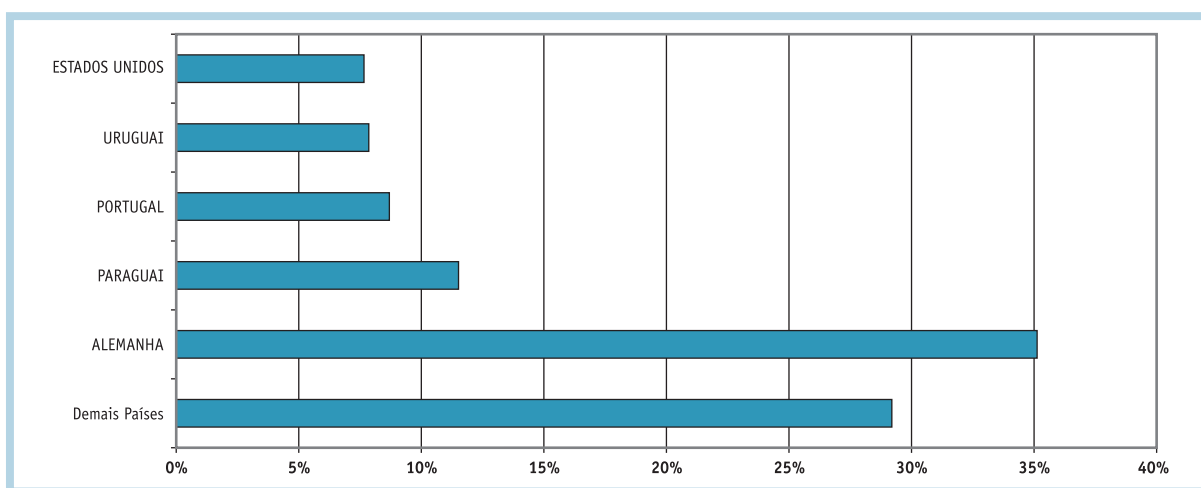


Gráfico 01 - Participação (%) dos Principais Destinos da Cachaça - Brasil - 2006

Fonte: Brasil (2007f). Elaboração dos autores.

mais exigentes, não admitem qualquer traço de cobre na composição da cachaça, constituindo-se numa barreira não tarifária à comercialização do produto.

As exigências relativas à especificação de produtos e insumos estão substituindo gradativamente as barreiras tarifárias. Atualmente, o setor passa pela necessidade de ajustamento das normas de qualidade às exigências do mercado. Nesse sentido, foi publicada em 2005 a Instrução Normativa nº 13, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujas normas ampliam a lista de substâncias proibidas

na composição da cachaça e exigem maior fiscalização e controle de contaminantes tais como carbamato de etila, chumbo e arsênio, além do cobre e metanol (ROSA, 2005).

Observa-se, assim, que a produção de cachaça é uma atividade exercida em todo o Brasil, em sua maioria em pequenas unidades produtivas que comercializam localmente a sua produção. Produzida de forma industrial (em colunas de destilação) ou de forma artesanal (em alambiques de cobre), possui consumidores e conceitos próprios de qualidade.

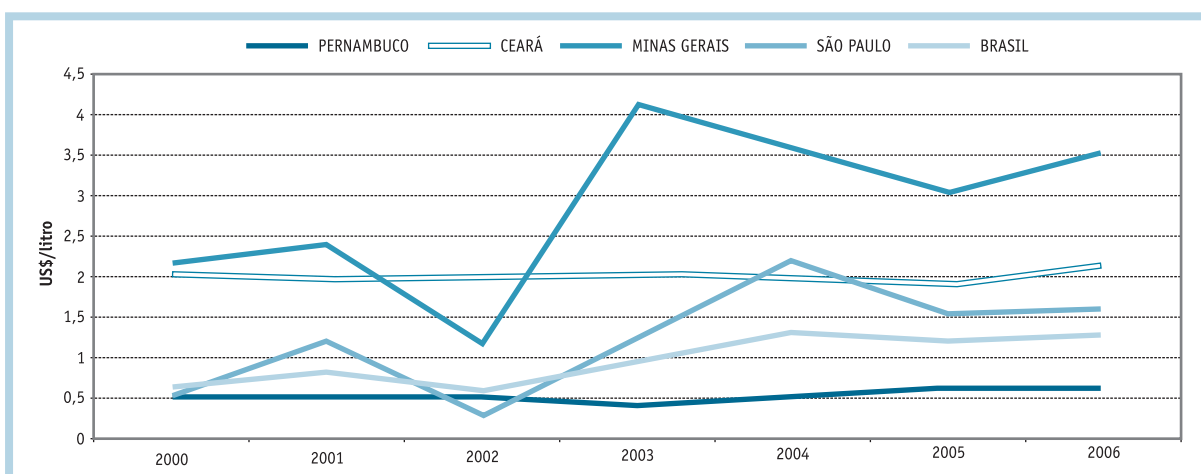


Gráfico 02 - Preços Médios de Cachaça Exportada nos Principais Estados Exportadores - Brasil - 2000 a 2006 (US\$/litro)

Fonte: Brasil (2007f). Elaboração dos autores.

Nota: Os números referem-se a cachaça e caninha (rum e tafia).

Os elevados custos de comercialização, distribuição e exportação, o baixo volume de produção, e a falta de padronização – estes últimos mais específicos para o pequeno produtor – representam sérias dificuldades para a consolidação da cachaça no mercado externo e também interno. Para superar esses obstáculos,

o caminho encontrado tem sido a organização de produtores em associações e cooperativas, onde possam barganhar melhorias para o setor, inclusive pressionando por uma redução na carga tributária, que tenderia a reduzir seus custos e elevar a competitividade com outros destilados.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Para o ano de 2007, as perspectivas para as economias brasileira e nordestina permanecem favoráveis. Espera-se a manutenção da estabilidade de preços dos últimos anos, favorecida pela continuação do processo de valorização cambial e pela queda dos preços administrados, levando a uma estimativa de inflação de 3,5%. A taxa de câmbio deverá girar em torno de R\$/US\$ 1,95 ⁴ (Tabela 02); permanece o cenário de crescimento da economia mundial e da liquidez internacional.

Com relação ao comportamento do produto, a equipe BNB Conjuntura Econômica estima, em 2007, que o PIB nacional deverá se expandir em torno de 4,3% ao passo que o nordestino deve alcançar 4,5% ⁵.

Na evolução da demanda interna, no primeiro trimestre, destacam-se as taxas de crescimento da formação bruta de capital e do consumo das famílias que foram de, respectivamente, 7,2% e 6,0%.

A trajetória ascendente do consumo das famílias continua impulsionada tanto pela expansão do crédito, principalmente das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas, quanto por melhorias nas

condições do mercado de trabalho em, praticamente, todos os segmentos.

No tocante ao mercado de trabalho, os indicadores de emprego e rendimento apontados pelo IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego - PME) (IBGE, 2007m) e pelo Ministério do Trabalho (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED) (BRASIL, 2007b) para os cinco primeiros meses de 2007 mostram aquecimento em relação a 2006. Taxas de desemprego mais baixas, inclusive com forte expansão do emprego formal, e rendimento real mais elevado na comparação anual são manifestações claras nesse sentido.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) revela que foram criados 913.836 novos postos de trabalho entre janeiro e maio de 2007, ultrapassando a marca recorde de 826.761 vagas no mesmo período de 2004. A expectativa é de que sejam gerados mais 1,5 milhão de novos empregos formais neste ano (CAGED, 2007).

Esta expansão tem sido registrada em todos os setores, nos primeiros cinco meses do ano, com destaque para a agropecuária que teve um incremento de 11,9% (172.125 postos), seguido pela indústria manufatureira que criou 271.697 vagas

Tabela 02 - Perspectivas para a Economia Brasileira em 2007

Variáveis	Posição em Dezembro de 2007
Taxa Selic	10,75 % a.a.
Taxa de Câmbio	R\$ 1,95/US\$
Taxa de Inflação (acumulada no ano)	3,5% a.a.

Fonte: Elaboração Própria. Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Dados sujeitos a revisão.

⁴ As previsões de taxa de câmbio são as descritas em Bacen (2007d).

⁵ Dados sujeitos a revisão.

– o segundo melhor resultado da série histórica para o período. Vale destacar também o crescimento de 5,8% registrado no setor de construção civil (79.102 vagas) – o melhor resultado ocorrido nessa base de comparação em toda a série histórica do Caged.

Com relação ao emprego na região Nordeste, os números são menos favoráveis, comparativamente ao Brasil. O desemprego nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador⁶ continua persistentemente acima da média nacional. No entanto, os números estão cedendo em termos absolutos ante o cenário de crescimento para a economia nacional. Os grandes projetos em implantação na Região (refinaria e estaleiro, em Pernambuco, por exemplo), bem como o dinamismo da economia baiana, permitem a formação de perspectivas de um cenário mais promissor para o emprego no Nordeste. Mas vale destacar que tais projetos estruturantes devem envolver os diversos setores da economia local, sem perder de foco o desenvolvimento das vocações regionais, para que os impactos sobre o emprego sejam realizados em todo seu potencial.

O desempenho do mercado interno é revelado também pelo aumento da produção doméstica de bens de capital que assinalou taxa de expansão de 15,4% no acumulado janeiro-abril. Vale destacar que esse dinamismo se observa em todos os segmentos, inclusive no setor de bens de capitais destinados à atividade agrícola que vem se beneficiando da retomada do crescimento da agropecuária. O incremento da formação bruta de capital também foi beneficiado pela forte expansão das importações, estimulada pelo processo de apreciação cambial.

A elevação dos gastos com investimentos está vinculada a uma forte absorção doméstica, com impactos significativos na ampliação da capacidade produtiva e modernização das empresas.

Estudo recente de técnicos do BNDES, com base nas contas nacionais revisadas pelo IBGE, indica

mudança significativa na composição da Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, no indicador agregado de investimento produtivo no país, na média de 2000-2003. Neste sentido, o segmento de Construção que representava no total da FBCF, na metodologia antiga das contas nacionais, a proporção de 64,4% passou a representar 46,7% de acordo com a nova metodologia. Isto, dando espaço para crescimento da participação do segmento de Máquinas e Equipamentos que, na metodologia anterior, era de 30% e na atual passou para 45%. Daí, a conclusão acertada dos autores de que “(...) o esforço das empresas brasileiras em investir em máquinas e equipamentos está em linha com o comportamento internacional” (PUGA; NASCIMENTO, p. 4). E, ainda mais, destacam os mesmos que o resultado desse processo é um aumento não desprezível da produtividade do investimento privado, entretanto, a defasagem se situa fundamentalmente no segmento de infra-estrutura básica e construção residencial (PUGA; NASCIMENTO, p. 5-6). Neste último caso, ressalte-se, a expectativa favorável atual é de que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, venha a preencher em grande medida essa brecha no investimento agregado, afora, os vários incentivos destinados à expansão da construção habitacional.

Quanto à continuidade dos investimentos privados, as perspectivas são bastante favoráveis. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007c), 94% das indústrias brasileiras têm investimentos programados para 2007. Desse total, 47% dos entrevistados assinalaram que vão investir na ampliação da capacidade produtiva, enquanto 31% planejam aumentar a eficiência produtiva e 16% pretendem realizar investimentos de substituição de máquinas e equipamentos. Somente 6% das empresas entrevistadas estão sem programas de investimento, o percentual mais baixo da série.

O ciclo de queda da Selic, diante da inexistência de pressão de preços que justifique a conten-

⁶ A Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) é realizada no Nordeste apenas nestas duas regiões metropolitanas.

ção da demanda interna, tem sido decisivo para a elevação dos investimentos. Portanto, os dados recentes de absorção e produção de bens de capital juntamente com os investimentos industriais e de infra-estrutura programados para os próximos trimestres apontam para um cenário favorável de expansão da capacidade de oferta.

No que concerne à zona rural, o comportamento da economia também é auspicioso. A CONAB prevê o crescimento da safra brasileira de grãos neste ano em 8,2%; o Nordeste também apresentará crescimento, mas em um percentual um pouco menor: 6,9%. Por outro lado, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007d) estima que o faturamento (VBP) da atividade agropecuária brasileira crescerá 14,6% e o seu PIB aumentará em 6,1% em 2007. De 2000 a 2004, o PIB da agropecuária nordestina cresceu a uma média de 5,7%. Considerando o cenário previsto acima – de um desempenho um pouco inferior da agropecuária nordestina e a não generalização de situações de seca, mantendo-se a proporcionalidade entre as safras de grãos nordestina e brasileira, as perspectivas são de repetição daquele desempenho, ou seja, um crescimento ao redor de 5% neste ano de 2007.

Com relação ao setor externo, merece destaque o superávit da balança comercial de US\$ 19,7 bilhões de janeiro à quarta semana de junho, superior em 9,1% ao observado no mesmo período de 2006. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho das exportações que permanecem em trajetória de crescimento a despeito da apreciação do câmbio. De janeiro à quarta semana de junho, o total das vendas internacionais (US\$ 69,0 bilhões) foi 20,8% maior que o registrado no ano passado. Já as importações atingiram 50,3 bilhões nesse período – incremento de 26% em relação a igual período de 2006. As estimativas apontam para um superávit em torno de US\$ 42 bilhões em 2007.

Para o Nordeste, a análise do acumulado dos cinco primeiros meses do ano, comparativamente

ao mesmo período do ano de 2006, mostra que as importações da região vêm seguindo a tendência nacional de crescimento, porém, a taxa superior (27,1%) à registrada pelas importações do país. Já as exportações regionais (16,1%) não vêm conseguindo acompanhar o ritmo de aumento das exportações nacionais.

O comércio interno nordestino, por sua vez, apresentou bom desempenho em 2006. No início de 2007, constata-se a existência de comportamentos diferenciados para os três estados com maior representatividade no comércio regional (Pernambuco, Bahia e Ceará).

Bahia e Pernambuco obtiveram desempenhos abaixo do apresentado pelo Brasil, principalmente na atividade equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação, situação que se repetiu na atividade móveis e eletrodomésticos – ambos representativos no comércio e bastante influenciados pelas condições de crédito.

No Estado do Ceará o comportamento foi oposto: taxas de expansão acima da média nacional, em ambas atividades citadas, bem como expansão acima da média nacional na atividade veículos e motos, partes e peças – atividade esta, bastante influenciada pelo crédito.

Espera-se, mantidas as tendências do início do ano, arrefecimento do desempenho destas atividades, que levaria à redução da diferença de desempenho entre o Brasil e o Nordeste. Frise-se, entretanto, que o comércio nordestino, como um todo, tem apresentado, desde 2004, expansões bem acima das médias nacionais, tendência mantida em 2006. A manutenção deste desempenho, bem como sua acentuação, será determinada pelos ganhos de renda, fundamentais para o desempenho de atividades como hiper e super mercados ou as que compreendam os artigos de perfumaria e cosméticos.

Diante desse cenário amplamente favorável de aquecimento da demanda interna e de manuten-

ção do dinamismo exportador, as projeções desta Conjuntura são de um crescimento de 4,5% da produção industrial brasileira em 2007, valor superior ao observado em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%). O dinamismo do mercado interno beneficiará os ramos mais atrelados à evolução da massa salarial e do crédito (alimentos e bebidas, automobilístico) e da produção de bens de capital para fins industriais e de infra-estrutura. Ademais, o desempenho exportador em alguns setores produtores de commodities agrícolas e metálicas será decisivo para garantir a continuação dos superávits comerciais.

Já para a produção industrial nordestina, as projeções da equipe de conjuntura do BNB apontam para um crescimento de 4,8% em 2007. Entre os fatores decisivos para essa expansão, podemos destacar:

a) as medidas recentes de estímulo creditício anunciadas pelo governo federal objetivando aumentar a competitividade e a eficiência dos setores intensivos em mão-de-obra (vestuário, têxtil e calçados), prejudicados pela valorização do câmbio e pela forte concorrência asiática. Essas medidas deverão contribuir para intensificar as estratégias das empresas desses setores de modernização da estrutura produtiva e de fabricação de produtos diferenciados com maior valor agregado na região. Vale destacar que esses segmentos implantados na região Nordeste foram menos atingidos pela reestruturação produtiva observada nos dois últimos anos, com fechamento de unidades de produção e deslocamento da produção para outros países com melhores condições competitivas. Esse

fato explica em parte o diferencial de crescimento da região Nordeste em relação à média nacional em 2006 e será decisivo para o maior crescimento da região em 2007;

b) a manutenção do desempenho exportador dos setores produtores de commodities, com presença significativa na base industrial nordestina, que estão sendo amplamente beneficiados pela alta dos preços internacionais. Vale destacar que esses setores foram os que mais evoluíram em termos de participação no valor de transformação industrial da região nos últimos dez anos;

c) as expectativas favoráveis de continuidade do crescimento dos setores vinculados à expansão da renda, caso do segmento de alimentos e bebidas. A elevação do emprego formal nos estados nordestinos, os ganhos reais do salário mínimo nos últimos três anos, beneficiando principalmente a região Nordeste e os programas de transferências de renda continuarão sendo decisivos para a expansão desses setores.

O comportamento do emprego e rendimento, vale destacar, é indissociável da trajetória da produção. A melhor política de emprego é sem dúvida o crescimento econômico e, nesse sentido, o ambiente favorável, interna e externamente, propicia bons cenários. O crescimento contínuo da produção industrial, especialmente de bens de capital, do lado da oferta, e a elevação da massa salarial, dando suporte ao crescimento da demanda, refletem a sinalização de um crescimento minimamente sustentado.

Tabela 03 - Perspectivas para a Economia Brasileira e Nordestina em 2007

Variáveis	Taxa de Crescimento em relação a 2006 (%)
PIB do Brasil	4,3
PIB do Nordeste	4,5
Exportações do Nordeste	18,0
Produto Agropecuário do Brasil	6,1
Produto Agropecuário do Nordeste	5,1
Produto Industrial do Brasil	4,3
Produto Industrial do Nordeste	4,8

Fonte: Elaboração Própria. Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Dados sujeitos a revisão.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, assinalou incremento de 0,8% no primeiro trimestre, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No acumulado do ano, o crescimento atingiu 4,3%. Vale destacar que essa expansão foi sobre uma base de comparação considerada elevada (Tabela 04).

Analisando pela ótica da demanda, os resultados foram satisfatórios, sobretudo o consumo das famílias que apresentou um incremento de 6,0% frente ao mesmo período do ano anterior – o décimo quarto crescimento consecutivo nessa base de comparação. O dinamismo do consumo das famílias decorre do crescimento da massa salarial e das condições amplamente favoráveis de expansão do crédito (Gráfico 03).

O aumento de 6,4% da massa salarial no primeiro trimestre do ano decorreu tanto do crescimento do emprego formal como do rendimento dos trabalhadores. De acordo com a Pesquisa Mensal

do Emprego do IBGE, o contingente de pessoas ocupadas registrou aumento de 2,5% no primeiro trimestre (IBGE, 2007m). Grande parte desse crescimento deve-se à expansão do emprego formal. As informações das seis regiões investigadas mostram uma elevação de 4,2% dos trabalhadores com carteira no setor privado no primeiro trimestre. Por outro lado, o contingente de trabalhadores sem carteira caiu 0,6% no mesmo período.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego revelam um aumento de 4,7% do emprego formal⁷ no primeiro trimestre em relação a igual período do ano anterior, com destaque para a criação de emprego na construção civil (6,3%), seguido pelo setor serviços (4,8%) e a indústria de transformação (4,4%) (BRASIL, 2007b) (Tabela 05).

O rendimento médio real efetivo recebido pelos trabalhadores das seis regiões foi estimado em 1.109,50 em março de 2007 – incremento de 5,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Tabela 04 - Brasil: Variações Trimestrais do PIB a Preços de Mercado

	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior - (%)				
	2006.I	2006.II	2006.III	2006.IV	2007.I
Valor Adicionado a Preços Básicos	3,9	2,5	3,1	3,5	3,9
Impostos Líquidos sobre Produtos	5,3	4,4	4,6	5,2	6,9
PIB a Preços de Mercado	4,1	2,7	3,3	3,7	4,3

Fonte: IBGE (2007a).

⁷ O indicador acumulado refere-se à variação da média do indicador em relação a igual período do ano anterior.

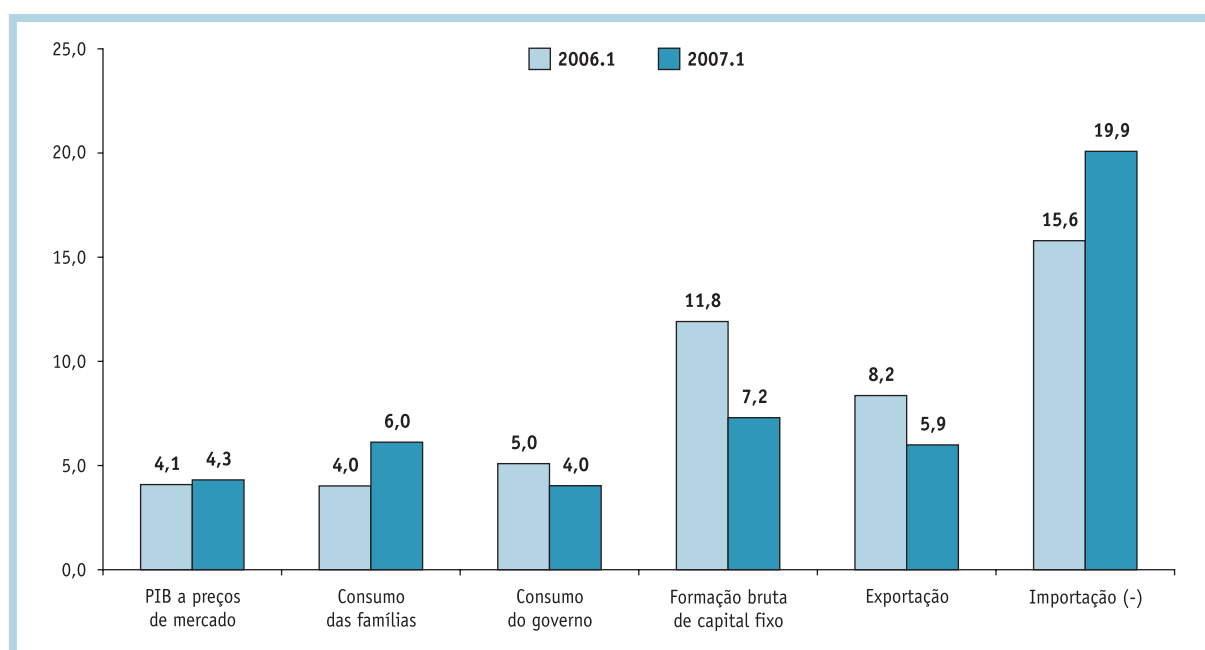


Gráfico 03 - Brasil: Produto Interno Bruto. Componentes da Demanda.
Taxa (%) Acumulado do Ano

Fonte: IBGE (2007a).

Nota: Variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior - %.
Dados preliminares - 1º Trimestre de 2007.

Dados divulgados pela PME para o mês de abril revelam a manutenção da trajetória de crescimento da massa salarial observada no primeiro trimestre. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, o contingente de pessoas ocupadas, estimado em 20,5 milhões de pessoas, assinalou aumento de 3,2% em relação a abril de 2006, o que significa cerca de 640 mil pessoas. No recorte regional, observou-se que Salvador apresentou a segunda maior taxa de crescimento do pessoal ocupado (5,7%) – acima da média nacional. Já em Recife, houve estabilidade (BRASIL, 2007m).

No que se refere às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o mês de abril foi marcado pelo incremento de 3,9% do emprego no setor privado frente a abril de 2006. Já os trabalhadores sem carteira registraram estabilidade nessa base de comparação. Em relação ao Nordeste, Salvador (7,2%) e Recife (6,5%) se destacam com variações bem acima da média nacional, no que se refere aos trabalhadores com carteira.

Já o emprego industrial cresceu 1,7% em abril – a maior expansão desde maio de 2005. De uma

Tabela 05 - Brasil. Índice do Nível de Emprego Formal (Março de 2007)

Dezembro 2006=100

Período	Total	Indústria da Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil
% Mês	0,51	0,49	0,58	0,44	1,02
% Mês Ano Ant.	4,80	4,64	5,98	4,82	6,25
% Mês(-1) Ano Ant.	4,61	4,43	5,57	4,70	5,47
% Mês(-2) Ano Ant.	4,80	4,38	5,75	4,90	6,47
% Ano1/	4,73	4,48	5,77	4,81	6,06
% 12 Meses	4,76	3,79	5,75	5,06	8,16

Fonte: Brasil (2007b).

Nota: 1/ Refere-se à variação da média do indicador em relação a igual período do ano anterior.

perspectiva regional, todos os locais pesquisados, com exceção do Rio Grande do Sul, apresentaram expansão em abril frente ao mesmo período do ano anterior. As indústrias de São Paulo (2,4%), Região Nordeste (2,3%) e Santa Catarina (2,7%) exerceram as pressões mais significativas no resultado geral. No primeiro quadrimestre, o emprego acumula expansão de 1,4%.

Em abril, o nível de rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores indica uma evolução de 5,0% na comparação com abril de 2006, com destaque para Salvador (6,5%) e Recife (4,2%). Nessa base de comparação, os dados apontam a continuidade da trajetória de crescimento do rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (2,2%), com destaque para Recife que registrou alta de 9,3%.

O crescimento do volume de crédito também tem sido decisivo para o incremento do consumo das famílias. Segundo o Bacen (2007c), o estoque de crédito do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, totalizou R\$ 757,1 bilhões em março de 2007 – incremento de 1,3% no mês e 21% em doze meses. Em decorrência, a relação do total de empréstimos com o PIB atingiu 31,3%, frente a 28,5% no mesmo período do ano anterior.

Essa expansão resultou, sobretudo, do desempenho das carteiras com recursos livres, com participação relativa de 68,7% na carteira do sistema financeiro. Em março, esse segmento alcançou R\$ 519,9 bilhões – incremento de 23,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Somente as carteiras correspondentes às pessoas físicas assinalaram incremento de 24,3% comparativamente a março de 2006.

Já a carteira de crédito com recursos dirigidos assinalou estabilidade no mês de março e expansão de 15,9% em doze meses. Exerceram pressões

positivas os financiamentos direcionados para o setor rural e de habitação que registraram incrementos de, respectivamente, 1,1% e 2,2%. Em contrapartida, os desembolsos do BNDES caíram 1,1% nessa base de comparação.

O incremento dos recursos das operações de crédito com recursos livres para pessoas físicas, associado às quedas ininterruptas da taxa básica de juros tem contribuído para a melhoria dos indicadores de inadimplência. Pela primeira vez desde 2000, constatou-se um recuo da inadimplência do consumidor no início do ano. De acordo com o indicador Serasa de Inadimplência Pessoa Física⁸, a inadimplência do consumidor diminuiu 7,5% no mês de maio na comparação com maio de 2006 e 1,4% no acumulado janeiro-maio frente ao mesmo período do ano anterior (SERASA, 2007a). Vale destacar que o aumento acumulado no mesmo período de 2006 foi de 16,7%. A recuperação do rendimento real dos trabalhadores, o crescimento do emprego, a ampliação dos prazos de financiamento e o ciclo de queda da Selic contribuíram decisivamente para esse resultado. Essa situação pode ser considerada atípica, já que a inadimplência no primeiro trimestre do ano tende a aumentar em função das dívidas assumidas no final do ano anterior.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registrou uma expansão de 7,2% no acumulado do ano, refletindo tanto o crescimento das importações como da produção local de bens de investimento. Esse resultado é ainda mais relevante principalmente considerando o elevado desempenho da FBCF no primeiro trimestre de 2006. Esse dinamismo está revelando movimentos de modernização da estrutura produtiva brasileira, com a atualização de máquinas e equipamentos.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX, 2007) revelam que as importações de bens de capital assinalaram um

⁸ “O Indicador Serasa de Inadimplência Pessoa Física reflete o comportamento da inadimplência em âmbito nacional. O modelo estatístico de múltiplas variáveis considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras e cartões de crédito e financeiras”.

crescimento de 32,0% no acumulado janeiro-abril. O câmbio apreciado tem sido decisivo para o avanço dos investimentos, já que as importações de bens de capital estão mais baratas em moeda nacional.

Já a produção local de bens de capital registrou crescimento de 15,4% no primeiro quadrimestre do ano, amplamente beneficiado pelo conjunto de medidas de isenções fiscais e o estabelecimento de novas linhas de financiamento no âmbito da política industrial.

Vale salientar que todos os segmentos da indústria de bens de investimento apresentaram taxas de crescimento positivas no indicador acumulado do ano. Os maiores destaques foram os bens de capital peças agrícolas e bens de capital agrícolas, com incrementos de, respectivamente, 26,7% e 19,0% no primeiro quadrimestre. Os bons resultados do setor agropecuário em 2006 e as perspectivas favoráveis para 2007 estão contribuindo para os resultados desses dois segmentos.

No caso da produção de máquinas e equipamentos industriais seriados, produzidos em larga escala e de forma padronizada, a expansão no primeiro quadrimestre foi de 19,7%. Já no ramo de bens de capital não seriado, produzido segundo características técnicas vinculadas a um determinado processo produtivo, constata-se um crescimento de apenas 5,6%. Vale mencionar que esse segmento está associado ao desenvolvimento de tecnologia de produto e, portanto, a economias dinâmicas.

A produção de bens de capital para infra-estrutura, tais como construção, energia elétrica e equipamentos de transportes, vem apresentando aumentos significativos nos primeiros meses do ano. A realização dos investimentos de infra-estrutura programados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permitirá uma expansão ainda mais significativa desses segmentos. Finalmente, os acréscimos importantes da fabricação

de máquinas para escritórios e equipamentos de informática explicam o bom desempenho do segmento de bens de capital de uso misto (16,9%).

No âmbito do mercado externo, constata-se um incremento significativo das importações (19,9%) – o décimo quarto crescimento seguido desde o quarto trimestre de 2003. Já as exportações registraram uma expansão de 5,9%. Vale mencionar que o incremento das compras internacionais vem superando o das vendas internacionais desde o primeiro trimestre de 2006.

A análise da pauta de importações em termos de preço e quantidade revela uma elevação expressiva de 22,1% do quantum de importações no acumulado do primeiro quadrimestre. Já os preços cresceram somente 2,2% nessa base de comparação. A valorização do câmbio tem facilitado o ingresso de importados, reduzindo a capacidade competitiva de alguns setores da estrutura produtiva local, como as indústrias intensivas de mão de obra (têxtil, vestuário, calçados).

Diante desse fato, o governo federal anunciou no dia 12 de junho de 2007 uma série de medidas objetivando estimular a competitividade e a eficiência desses segmentos afetados pela valorização cambial. As medidas de estímulos creditícios estão relacionadas com a criação de linhas especiais de financiamento de capital de giro, investimentos e exportação para empresas dos setores de calçados, artefatos de couro, têxtil, confecções e móveis, com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. São créditos com recursos de R\$ 2 bilhões e um bônus de adimplência de 20% sobre as taxas de juros que beneficiarão as empresas que pagarem em dia o empréstimo do BNDES. As três linhas de créditos anunciadas pelo governo são (BNDES, 2007a):

- a) o Revitaliza Capital de Giro terá taxa de juros fixa de 8,5% ao ano, com prazo de pagamento de até 36 meses, com carência de até 18 meses;
- b) o Revitaliza Investimento terá taxa de juros fixa

de 7% ao ano, com prazo de financiamento de até 8 anos, com até 3 anos de carência;

c) o Revitaliza Exportação (operações de pré-embarque) terá taxa fixa de juros de 7,0% ao ano, com prazo de amortização de até 36 meses e até 18 meses de carência.

Com essas medidas o governo pretende estimular maiores investimentos nesses segmentos em processos de produção e na melhoria da qualidade e diferenciação de seus produtos. Na avaliação do BNDES (2007a), o incremento da competitividade desses setores, grandes geradores de emprego, passa pelo aumento do valor agregado dos seus respectivos produtos.

De uma perspectiva setorial, o aumento do PIB está relacionado principalmente com o bom desempenho do setor serviços, com crescimento de 4,6% no acumulado do primeiro trimestre comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. As principais contribuições positivas foram de Intermediação Financeira e Seguros (9,2%), Serviços de Informática (7,3%) e Comércio (atacadista e varejista) que teve um incremento de 6,0%.

Essa trajetória positiva do comércio continua no mês de abril. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), o volume de vendas do comércio varejista assinalou variação de 7,5% em abril na comparação com o mesmo mês do ano anterior (IBGE, 2007u).

Os setores que mais influenciaram essa expansão foram os ramos vinculados à expansão do crédito pessoal e crédito para aquisição de bens – caso dos equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação (25,6%) e móveis e eletrodomésticos (13,1%). No recorte regional, 26 das 27 unidades assinalaram aumento nas vendas de comércio. Entre os quatro melhores resultados, encontram-se três es-

tados nordestinos: Alagoas (26,7%), Maranhão (15,8%) e Ceará (14,4%).

Os bons resultados do comércio são confirmados pelo Indicador Serasa de Atividade do Comércio⁹ que registrou um crescimento de 9,7% nas vendas de varejo nos primeiros cinco meses do ano (SERASA, 2007b). De acordo com o indicador, o varejo especializado, que inclui, entre outros itens, as lojas de eletrodomésticos, computadores e material de informática, veículos e materiais de construção, teve um incremento de 12,5% no seu volume de vendas no período janeiro-maio de 2007 comparativamente ao mesmo período de 2006.

Constata-se também uma elevação de 7,2% do volume de vendas de hipermercados, supermercados e do varejo de alimentos e bebidas (mercearias, quitandas, açougues, distribuidores de bebidas, etc) nessa mesma base de comparação, acompanhando a tendência de crescimento da massa salarial.

O bom desempenho dos segmentos de intermediação financeira e de serviços de informática decorre da progressão dos instrumentos financeiros e de crédito na economia brasileira e do crescimento substancial dos produtos relacionados com a tecnologia de informação, como computadores e telefones celulares.

O setor industrial teve uma elevação de 3,0% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior – desempenho abaixo do verificado no primeiro trimestre de 2006 nessa mesma base de comparação.

O resultado positivo da indústria reflete mais uma vez o desempenho da indústria extrativa que cresceu 4,1%. Os bons resultados da indústria extrativa estão relacionados com o incremento de 2,6% da produção de petróleo e gás e de 7,9% da produção de minério de ferro.

⁹ “O indicador Serasa de Atividade de Comércio analisa os eventos ocorridos em todo o Brasil que refletem o comportamento da evolução do volume de vendas do comércio varejista. O modelo estatístico de múltiplas variáveis considera uma amostra de 6.000 empresas das mais representativas do varejo em todo o país”.

Já a indústria de transformação registrou taxa de crescimento de 2,8% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período do ano anterior. A expansão da indústria manufatureira tem sido prejudicada pelo câmbio valorizado, com prejuízos substanciais em alguns setores exportadores. Ademais, vale mencionar a substituição da produção local por importações em alguns segmentos e o incremento da participação de com-

ponentes importados na fabricação de produtos industriais.

Finalmente, vale destacar que a agropecuária assinalou uma expansão de 2,1% na comparação com o mesmo trimestre de 2006, mantendo a trajetória de recuperação iniciada no terceiro trimestre de 2006. Essa recuperação tem beneficiado substancialmente a produção de máquinas e equipamentos agrícolas.

3.2 - Produção Industrial

A Produção Industrial brasileira registrou um incremento de 1,2% em março de 2007, relativamente ao mês de fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM - PF) do IBGE, mantendo uma sequência de seis resultados positivos nessa base de comparação (IBGE, 2007g). Em relação ao mesmo período do ano anterior, ocorreu um aumento de 3,9%, acima

do resultado obtido em fevereiro (3,0%) neste tipo de comparação. No primeiro trimestre de 2007, a produção industrial cresceu 3,8% na comparação com o trimestre anterior, revelando a manutenção do atual ciclo de expansão iniciado no final de 2005.

Esse crescimento deve-se, principalmente, ao bom desempenho da indústria extrativa que

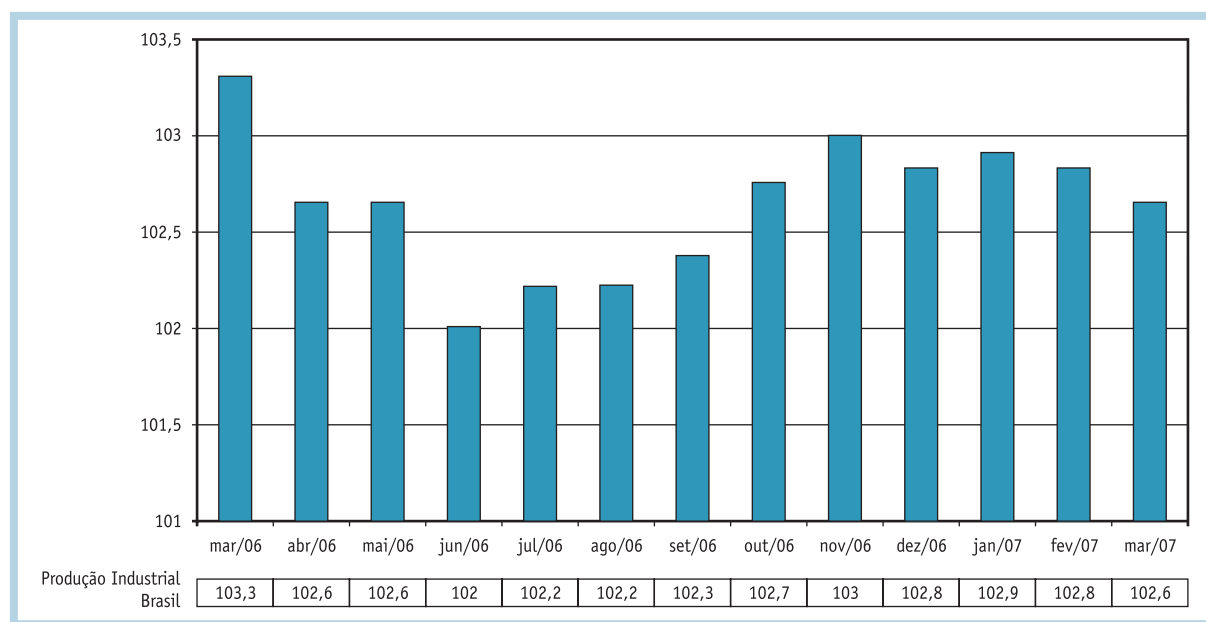


Gráfico 04 - Brasil: Desempenho da Produção Industrial (Mar.06/ Mar.07) - Índice: Acumulado de 12 Meses

Fonte: IBGE (2007s).

Nota: Base: últimos 12 meses anteriores = 100

Tabela 06 - Brasil: Produção Física - Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulado	
	Mar.07	Jan-Mar.07	12 Meses
Bens de Capital para Fins Industriais	16,0	15,9	9,1
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	17,8	17,8	9,7
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	5,3	5,5	5,4
Bens de Capital Agrícolas	14,1	13,1	-8,9
Bens de Capital Peças Agrícolas	10,8	-8,3	-33,4
Bens de Capital para Construção	4,6	6,6	5,0
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	9,1	12,5	15,2
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	9,8	9,5	0,9
Bens de Capital de Uso Misto	13,1	18,3	12,0

Fonte: IBGE (2007b).

cresceu 5,4% no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior) e 5,6% no acumulado do ano. A manutenção de preços das commodities metálicas em níveis elevados e a forte demanda por insumos das economias asiáticas, particularmente da China, têm sido decisivas para o desempenho do setor.

Esse cenário positivo tem beneficiado substancialmente grandes empresas exportadoras ligadas à indústria extrativa. No primeiro trimestre, a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) registraram aumento dos lucros de respectivamente 133% e 124%.

Entretanto, vale registrar a recuperação da indústria manufatureira iniciada no segundo semestre de 2006, como foi abordada em números anteriores desta conjuntura. Em março de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, constatou-se um acréscimo de 3,7% da atividade industrial. No acumulado do ano, frente ao mesmo período do ano anterior, o aumento foi de 3,6%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento alcançou 2,4%, superior ao valor observado em junho de 2006 (1,9%), sinalizando uma aceleração do ritmo de crescimento (Gráfico 04).

Analizando por categoria de uso, todos os setores, com exceção de semi e não duráveis, apresentaram taxas de crescimento acima da média nacional em março de 2007, na compa-

ração com o mesmo mês do ano anterior. O destaque ficou para o setor de bens de capital que cresceu 12,7% nesta base de comparação. Vale salientar que este segmento já registra taxa de crescimento de 14,8% no primeiro trimestre do ano, bem acima do resultado do trimestre anterior (7,8%).

O desempenho da indústria de bens de capital no acumulado do ano decorre, sobretudo, da performance de bens de capital de uso misto (18,3%) e bens de capital seriados (17,8%). O bom desempenho do primeiro reflete o dinamismo da indústria de informática amplamente beneficiada por medidas de isenção fiscal e de condições favoráveis de financiamento.

Vale destacar também o crescimento de 13,1% do segmento de bens de capital agrícolas nos três primeiros meses do ano, consolidando o processo de recuperação da produção iniciado no final de 2006 (Tabela 06).

As informações da PIM-PF revelam que dezesete das vinte e sete atividades investigadas registraram expansão no acumulado do ano (IBGE, 2007g). Apresentaram impactos relevantes para resultado global da indústria a fabricação de máquinas e equipamentos (14,4%), veículos automotores (6,0%) e alimentos (4,8%). Em contrapartida, os segmentos de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-10,9%), farmacêutica (-4,8%),

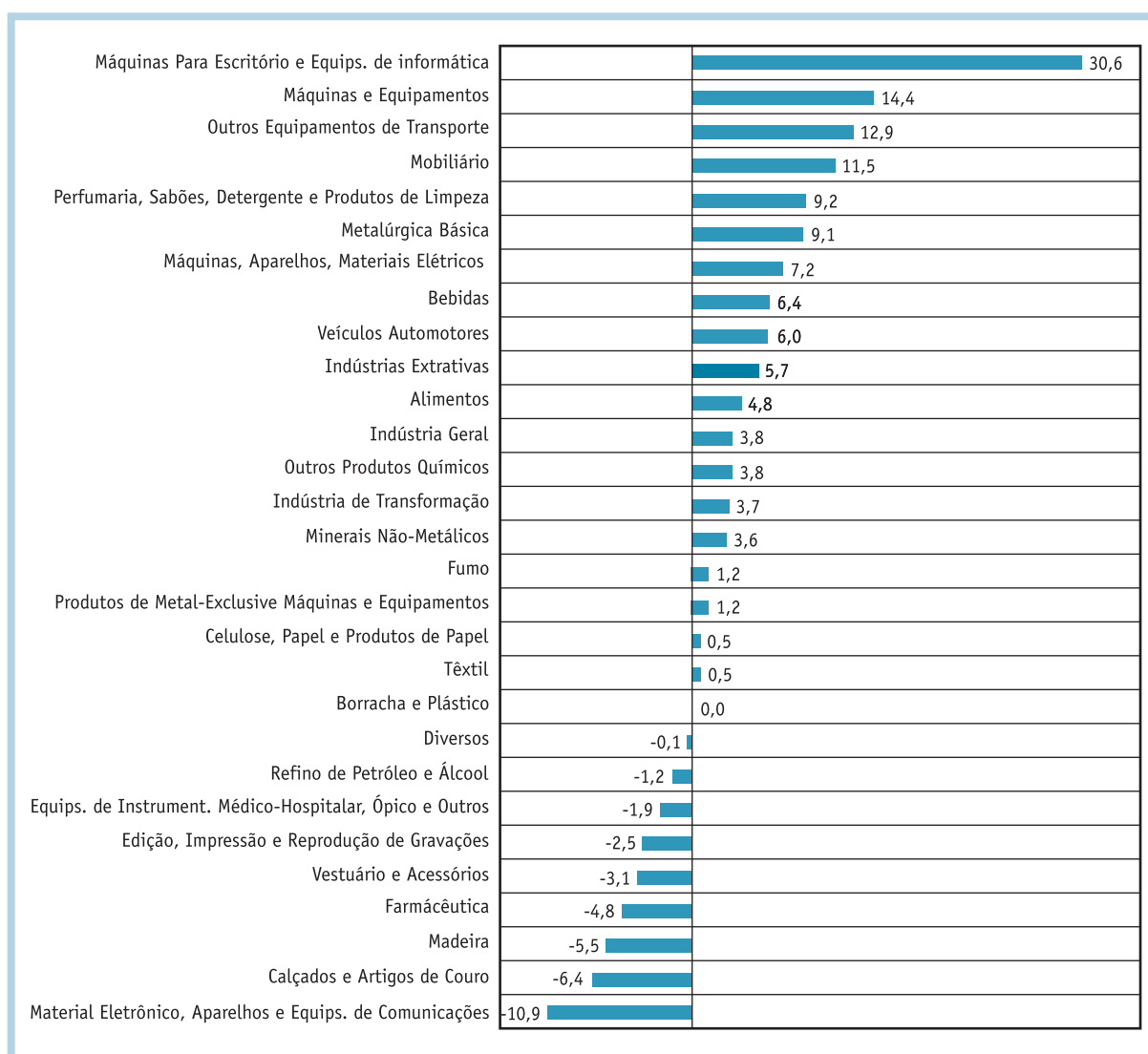


Gráfico 05 - Brasil: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Mar.07. Variação Acumulada no Ano (%)

Fonte: IBGE (2007g).

calçados (-6,4%) e madeira (-5,5%) apresentaram as maiores retrações (Gráfico 05).

A expansão do setor automotivo nos últimos meses está relacionada, principalmente, ao crescimento do mercado interno. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2007), as montadoras fabricaram 884,1 mil veículos no acumulado do primeiro quadrimestre, incremento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2006, impulsionado pelo crescimento de 16,0% das vendas internas, já que as exportações assinalaram recuo de 9,5%.

As vendas da Ford no Brasil, que registraram alta de 26% no primeiro quadrimestre, foram sustentadas, sobretudo, pelo crescimento do mercado interno, possibilitando uma elevação no market-share de 11,6% para 11,9%. Por outro lado, a participação das exportações nas vendas totais da montadora deverá cair de 50% em 2006 para 40% em 2007. As condições favoráveis de financiamento e a valorização cambial têm sido decisivas para essa mudança no perfil da demanda do setor.

O setor mobiliário, que teve a quarta maior taxa de crescimento no acumulado do ano

(11,5%), também foi beneficiado com o aquecimento da demanda doméstica. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Mobiliário (Abimóvel), foram determinantes para o crescimento da demanda interna em 2006 e no primeiro trimestre de 2007 a disponibilidade de crédito a juros menores e a maior participação das famílias de baixa renda no consumo desse segmento (GLOBAL 21, 2007c).

Já as vendas externas, que recuaram 4,6% em 2006 frente a 2005, mostram sinais de recuperação no primeiro bimestre do ano – incremento de 7,7% no confronto com igual período de 2006. A busca de novos mercados tem sido a estratégia adotada diante do recuo de compradores tradicionais (Estados Unidos, Reino Unido e França). Ademais, o governo estuda a possibilidade de elevar a Tarifa Externa Comum para proteger os fabricantes de móveis da apreciação da moeda nacional e da concorrência externa (GLOBAL 21, 2007c). O objetivo é reduzir a inclinação da demanda nacional em favor de produtos estrangeiros e em detrimento de produtos nacionais.

A queda de 10,9% no setor de material eletrônico, equipamentos de comunicações reflete, principalmente, a substituição da produção local por importações em alguns segmentos da indústria eletroeletrônica. Levantamento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

(ABINEE, 2007) evidencia um crescimento de 27,0% (US\$ 3 bilhões) do déficit de produtos do setor eletroeletrônico no primeiro trimestre no confronto com igual período do ano anterior. Esse resultado reflete o incremento de 13,2% das importações e o recuo de 2,2% das exportações.

Entre os produtos importados, destaque para o aumento de 53% das importações de semicondutores no acumulado do ano. Vale destacar o crescimento substancial das importações de bens finais, com ênfase para os produtos de informática, telecomunicações e utilidades domésticas. Por outro lado, a queda das exportações decorre, principalmente da retração de 11% das vendas externas de telefones celulares, principal produto da pauta de exportação do setor (Tabela 07).

Com a combinação de câmbio valorizado e aquecimento do mercado interno, as empresas têm se voltado para o mercado doméstico. É o caso da empresa finlandesa Nokia que teve um crescimento da participação no mercado brasileiro de 15 pontos percentuais, atingindo a liderança do ranking nacional (29%). Em contrapartida, as vendas externas da multinacional decresceram significativamente, alcançando somente 34 milhões no primeiro trimestre. Vale destacar que, em 2006, a Nokia chegou a exportar US\$ 1 bilhão para o exterior.

Tabela 07 - Brasil: Importações do Setor Eletroeletrônico Janeiro-Março

Áreas	US\$ Milhões		Var. %
	2006	2007	
Automação Industrial	318,1	365,4	14,1
Componentes	2759,4	2812,7	1,9
Equipamentos Industriais	329,2	391,4	18,9
GTD (*)	82,0	90,1	9,9
Informática	307,8	528,1	71,6
Material Elétrico de Instalação	147,6	163,0	10,4
Telecomunicações	252,0	369,5	46,6
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	286,7	355,1	23,9
Total	4482,7	5705,2	13,2

Fonte: Abinee (2007).

Nota: (*) GTD-Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

O bom desempenho da indústria manufatureira tem permitido uma recuperação do emprego industrial. Entretanto, a expansão do emprego industrial cresce a taxas menores do que a produção, reflexo dos ganhos de produtividades da indústria que aumentaram em média 2,9% nos últimos quatro anos e 3,0% no primeiro trimestre de 2007.

Em março, os dados divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) revelaram que o incremento do emprego na indústria foi de 0,4% frente a fevereiro – a terceira variação positiva consecutiva (IBGE, 2007d). Com relação a março de 2006, a variação foi de 1,7% - a maior taxa desde maio de 2005. Já no acumulado do ano, o emprego na indústria manufatureira alcançou 1,2%.

Das dezoito atividades pesquisadas, onze exibiram aumento do número de trabalhadores no acumulado do ano, com ênfase na indústria de alimen-

tos (6,5%), produtos de metal (4,7%) e meios de transporte (4,1%). Por outro lado, as demissões superaram as admissões em sete ramos, especialmente em calçados e artigos de couro (-8,1%), fumo (-7,5%), vestuário (-5,6%) e madeira (-4,2%).

Se, por um lado, a produção registra incrementos superiores ao emprego industrial, por outro lado, o consumo cresce a taxas maiores do que a produção. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE (2007l), apurou que o volume de vendas do comércio varejista cresceu 9,7% no acumulado do primeiro trimestre comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Todos os segmentos pesquisados pelo IBGE registraram crescimento no primeiro bimestre, com destaque para móveis e eletrodomésticos (15,1%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (17,6%) (Gráfico 06).

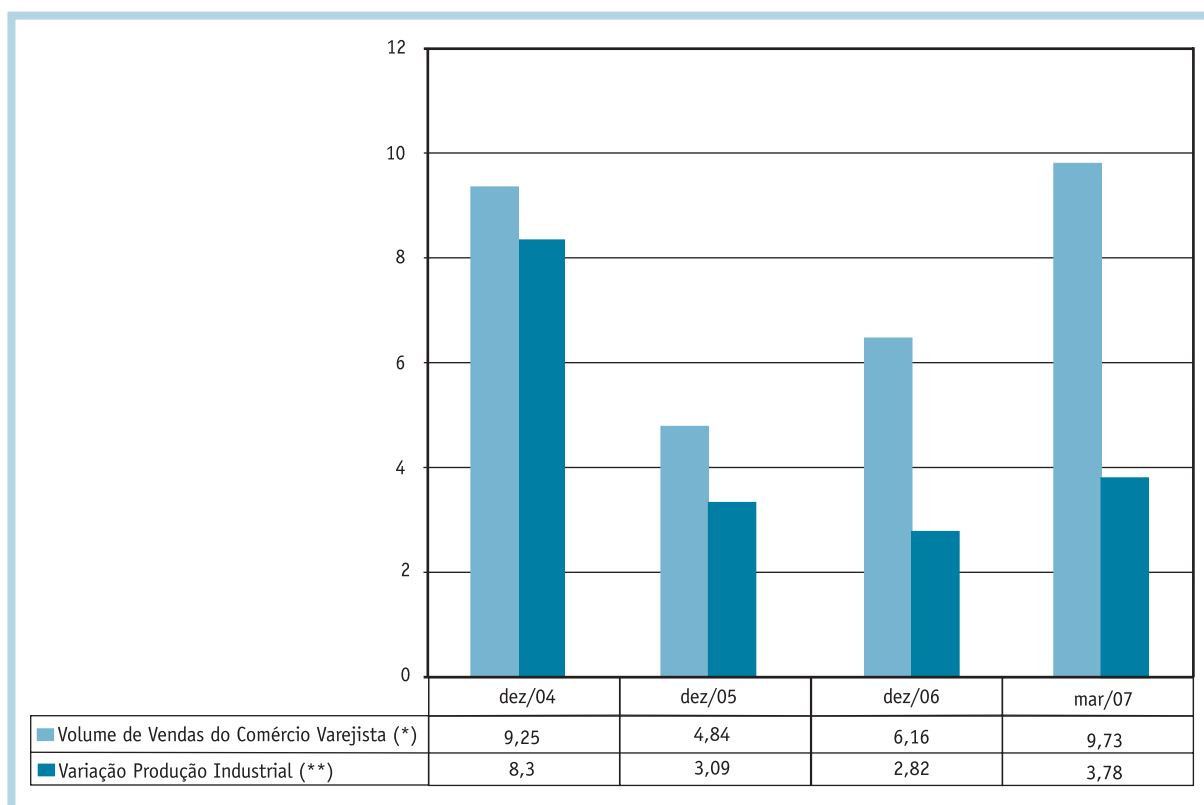


Gráfico 06 - Brasil: Variação da Produção Industrial e Volume de Vendas do Comércio Varejista 2004, 2005, 2006 e 2007

Fonte: IBGE (2007s).

Nota: (*) Indicador: Índice de volume de Vendas no Comércio Varejista (%). Variação Acumulada no Ano (Base igual ao Período do Ano Anterior).

(**) Indicador: Produção Física Industrial (%). Variação Acumulada no Ano (Base igual Período do Ano Anterior).

Portanto, apesar da retomada do crescimento industrial, permanece o descompasso entre o comércio e a produção, revelando a necessidade

crescente de importações para satisfazer à forte demanda interna.

3.2.1 - Produção industrial do Nordeste

A indústria nordestina registrou, no mês de março, frente ao mesmo período de 2006, incremento da produção industrial de 0,3%, resultado inferior à média nacional. O baixo crescimento da produção industrial nordestina deveu-se aos resultados negativos de oito dos onze setores pesquisados. As maiores contribuições negativas ficaram por conta dos setores têxtil (-5,1%) e de vestuário (-14,9%). Por outro lado, apenas os ramos de alimentos e bebidas (6,9%), minerais não metálicos (8,6%) e calçados e artigos de couro (2,7%) apresentaram aumento na produção.

No acumulado do ano, ocorreu expansão de 2,7%, com seis dos onze segmentos investiga-

dos registrando variação positiva. A maior contribuição foi da indústria de alimentos e bebidas, com taxa de crescimento de 9,1%. Por outro lado, apresentaram as maiores retrações as indústrias têxtil (6,0%) e extrativa (3,9%).

O crescimento expressivo da produção de alimentos e bebidas na região Nordeste está vinculado à expansão do consumo das famílias. Três fatores estão sendo fundamentais para a expansão desse consumo na região. O primeiro está relacionado ao crescimento do emprego formal nas principais regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas pelo IBGE (Gráfico 07).

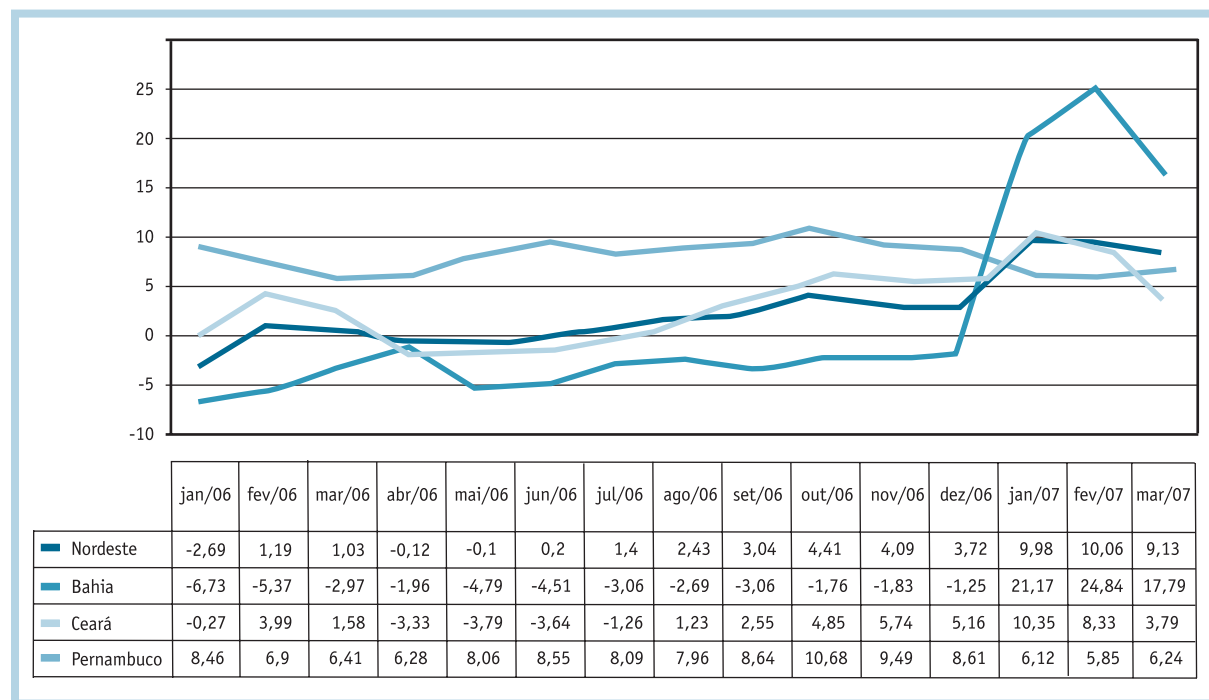


Gráfico 07 - Nordeste e Estados Selecionados. Produção Industrial do Setor de Alimentos e Bebidas. Acumulado do Ano - Jan/06-Mar/07

Fonte: IBGE (2007h).

Ademais, os ganhos reais do salário mínimo nos últimos três anos foram cruciais para a expansão dos rendimentos dos trabalhadores. Vale salientar que a participação dos ocupados recebendo até um salário mínimo na região Nordeste chega a 61%, valor superior à média nacional.

Finalmente, os programas de transferência de renda do governo federal estão contribuindo para a elevação da renda disponível dos setores de mais baixa renda, com reflexos positivos tanto na melhoria dos indicadores de pobreza como na elevação do consumo desses segmentos na sociedade.

O crescimento da indústria nordestina nos três primeiros meses do ano está associado a um incremento do pessoal ocupado assalariado (2,5%) e da folha de pagamento real (7,8%) - desempenho superior à média nacional. No que se refere ao pessoal empregado, os segmentos de alimentos e bebidas, decisivo para o crescimento da produção industrial no acumulado do ano, registrou

crescimento do pessoal ocupado de 6,9%. Já o aumento da produção do segmento de minerais não-metálicos foi acompanhado por uma queda do pessoal ocupado assalariado (-3,2%).

No acumulado do ano, o ramo de vestuário continua apresentando variação negativa no indicador pessoal ocupado assalariado (- 3,2%), enquanto a indústria têxtil esboça uma reação, com incremento de 3,1% - superior à média nacional (1,1%). Já nos últimos doze meses, esses dois segmentos permanecem com taxas negativas de crescimento do pessoal ocupado, porém inferiores às registradas a nível nacional (Gráfico 08).

O baixo desempenho desses segmentos no Nordeste e no Brasil reflete a perda de mercado para a concorrência externa, apesar do acordo firmado entre Brasil e China estabelecendo cotas de importação em setenta produtos agrupados em oito categorias (tecidos de seda, filamentos de poliéster, tecidos sintéticos, ve-

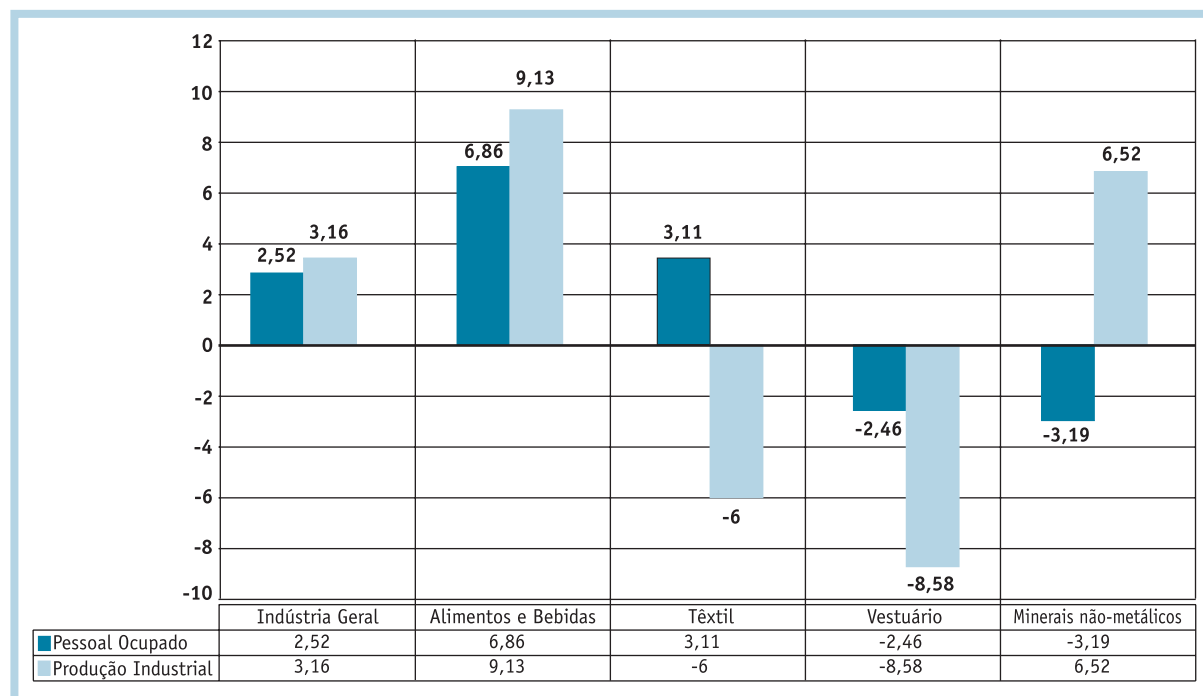


Gráfico 08 - Nordeste: Produção Industrial do Pessoal Ocupado Assalariado por Setores Selecionados. Taxa de Variação Acumulada do Ano - Janeiro/2007 - Março/2007.

Fonte: IBGE (2007d).

ludo, camisas de malha, suéteres, jaquetas e bordados).

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), o grande problema é que esses produtos estão perdendo representatividade no volume de importações de têxteis chineses, caindo de 61% em 2005 para 37% em 2006 (GLOBAL 21, 2007a). Em 2007, a expectativa é de que as importações submetidas ao regime de cotas recuem para 11% das compras brasileiras de têxteis provenientes da China.

As compras dos produtos têxteis chineses sujeitos às medidas protecionistas apresentaram uma leve queda de 2,5% em 2006 (66,2 mil toneladas). Em contrapartida, as importações de produtos têxteis que não fazem parte do acordo assinalaram um incremento de 156% em 2006 (109,2 mil toneladas), contra 56,0% em 2005. Segundo a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abeim), a estratégia adotada diante das barreiras protecionistas consiste em buscar produtos semelhantes e/ou demandar produtos em outros mercados (GLOBAL 21, 2007a).

Esse cenário tem contribuído para a manutenção do déficit do setor têxtil e de confecções. No acumulado do primeiro quadrimestre, as compras internacionais totalizaram US\$ 944 milhões (62,9%), enquanto as exportações atingiram US\$ 681 milhões, recuo de 0,9% (ABIT, 2007b).

Dos estados nordestinos pesquisados, somente Pernambuco assinalou crescimento no indicador mensal. Esse incremento reflete o bom momento da indústria pernambucana, com resultados positivos nessa base de comparação pelo décimo sétimo mês consecutivo. Oito das onze atividades investigadas contribuíram para o crescimento de 5,9% na produção, com destaque para alimentos e bebidas (7,3%), produtos químicos (13,2%) e borracha e plástico (18,9%). Em sentido oposto, apresentaram as maiores quedas máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-7,1%) e metalurgia básica (-2,6%).

No acumulado do ano, o crescimento de 5,7% decorreu da expansão de oito dos onze segmentos pesquisados. As atividades que mais se expandiram foram alimentos e bebidas (6,3%), produtos químicos (16,9%) e borracha e plástico (20,4%). Em sentido contrário, os ramos de materiais elétricos (-12,0%) e de minerais não-metálicos (-2,7%) foram os destaques negativos.

A indústria baiana, por sua vez, registrou um decréscimo de 0,3% na comparação com igual período do ano anterior, com quatro das nove atividades investigadas apresentando decréscimos. As principais pressões negativas vieram de refino de petróleo e produção de álcool (-4,1%) e metalurgia básica (-5,4%). Em contrapartida, as maiores elevações foram constatadas em alimentos e bebidas (4,5%) e borracha e plástico (18,9%).

No acumulado do primeiro trimestre, a Bahia registra uma expansão de 2,0% da produção industrial. Pelo segundo mês consecutivo, o crescimento da produção industrial baiana é inferior à média nacional nessa base de comparação. Vale salientar que de julho/2005 a janeiro de 2007 o crescimento da produção industrial da Bahia foi superior à média nacional (Gráfico 09).

Seis dos nove gêneros pesquisados assinalaram incrementos, com ênfase para alimentos e bebidas (17,8%) e produtos químicos (2,9%). Vale destacar também o bom desempenho da indústria de celulose, papel e produtos de papel que, apesar do incremento de somente 1,7% no acumulado do ano, vem apresentando a maior taxa de crescimento no acumulado dos últimos doze meses (10,9%). Em contrapartida, as maiores quedas foram registradas em refino de petróleo e produção de álcool (-3,0%) e veículos automotores (-18,5%).

O crescimento da produção industrial foi amplamente ultrapassado pelo crescimento do comércio varejista baiano. Nos três primeiros meses

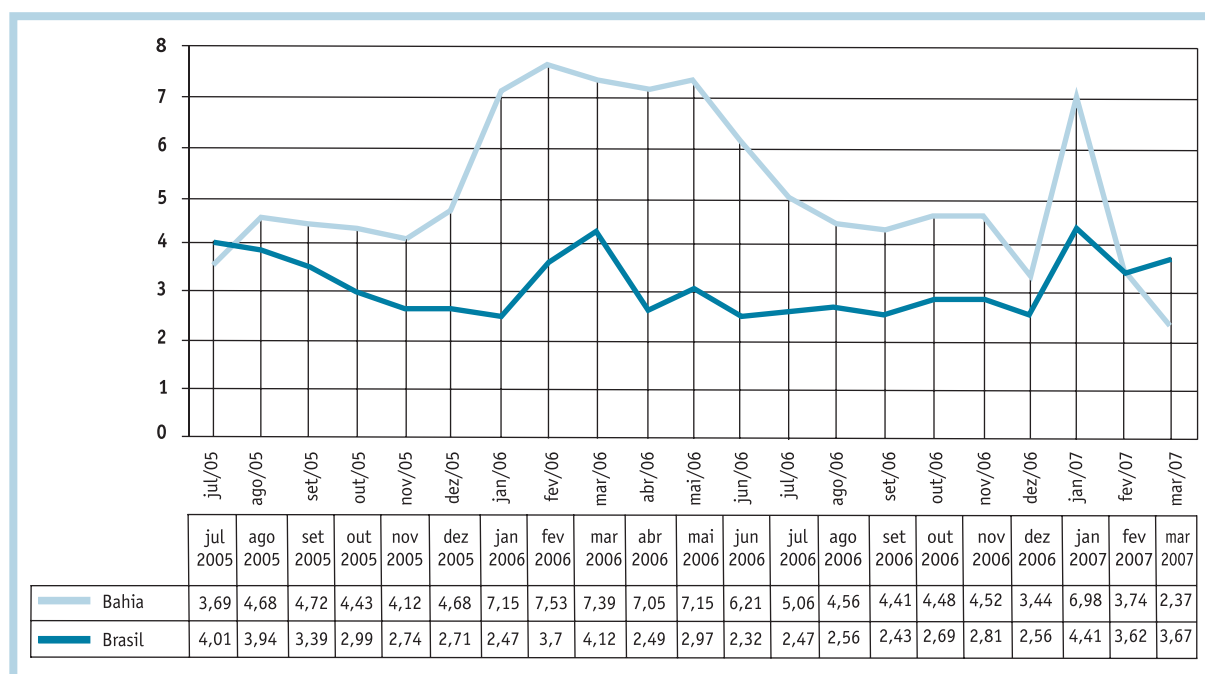


Gráfico 09 - Bahia e Brasil: Produção Industrial. Taxa de Variação Acumulada no Ano. Julho/2005 - Março/2007

Fonte: IBGE (2007f).

do ano, a expansão do volume de vendas foi de 11,1% - superando o resultado do mesmo período de 2006 (9,7%). De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2007), os resultados do comércio do primeiro trimestre foram fortemente influenciados pela “liquida Salvador”, promoções que são realizadas no período de 28 de fevereiro a 11 de março envolvendo diversos segmentos varejistas da capital e de alguns municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A atividade que mais contribuiu para o desempenho do comércio foi o segmento de móveis e eletrodomésticos (19,9%), influenciada pelas condições favoráveis de crédito e a concorrência entre as grandes redes varejistas. Essa expansão segue a tendência nacional de crescimento do comércio de móveis e eletrodomésticos (20,5%). Vale destacar que esses resultados têm beneficiado substancialmente o setor moveleiro nacional que registrou acréscimo de 17,2% em 2006.

Ademais, segundo a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel), a queda das exportações engendrou um crescimento da oferta no mercado, gerando uma queda de preços devido à intensificação da concorrência. Já em 2007, além do mercado interno aquecido, o setor tem se beneficiado também da recuperação das vendas externas.

Apesar da produção de móveis se situar, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, os Estados da Bahia e do Ceará se encontram entre os que mais possuem empresas e empregam trabalhadores no setor moveleiro (GLOBAL 21, 2007c) (Tabela 08).

Na indústria cearense, seis dos dez setores investigados foram responsáveis pelo decréscimo de 6,9% da produção industrial em março, frente a igual período do ano anterior, com ênfase para refino de petróleo e produção de álcool (-50,4%), alimentos e bebidas (-4,5%) e indústria têxtil (-4,9%). As principais influências positivas estão vinculadas a metalurgia básica (46,4%) e calçados e artigos de couro (3,7%).

Tabela 08 - Números de Estabelecimentos e de Trabalhadores no Setor Moveleiro, por Unidade da Federação

Estado	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores
Ceará	328	4.126
Bahia	355	4.816
Minas Gerais	2.126	24.717
Espírito Santo	313	5.402
Rio de Janeiro	583	5.367
São Paulo	3.754	48.462
Paraná	2.133	29.079
Santa Catarina	2.020	32.273
Rio Grande do Sul	2.443	33.479
Goiás	398	3.334

Fonte: Global 21 (2007a).

No período janeiro-março, constatou-se um decréscimo de 4,2% comparativamente ao mesmo período de 2006. As principais influências negativas foram registradas nos segmentos de refino de petróleo e produção de álcool (-34,2%) e têxtil (-12,2%). Em sentido contrário, os destaques positivos foram observados em alimentos e bebidas (3,8%) e metalurgia básica (41,2%).

A recuperação do setor calçadista deve-se ao desempenho positivo das vendas internacionais nos primeiros meses do ano. Dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS, 2007) revelam uma expansão de 10,0% das

exportações cearenses no primeiro quadrimestre de 2007, em relação ao mesmo período do ano passado. Vale destacar que a indústria brasileira de calçados apresentou uma queda de 8,0% dos embarques externos nessa base de comparação.

A queda da produção industrial no acumulado do ano foi acompanhada de uma expansão de 16,5% do comércio varejista. Chama a atenção o crescimento de 16,6% do segmento de tecido vestuário e calçados, reproduzindo o descompasso entre produção doméstica e mercado interno nos ramos intensivos em mão-de-obra (Gráfico 10).

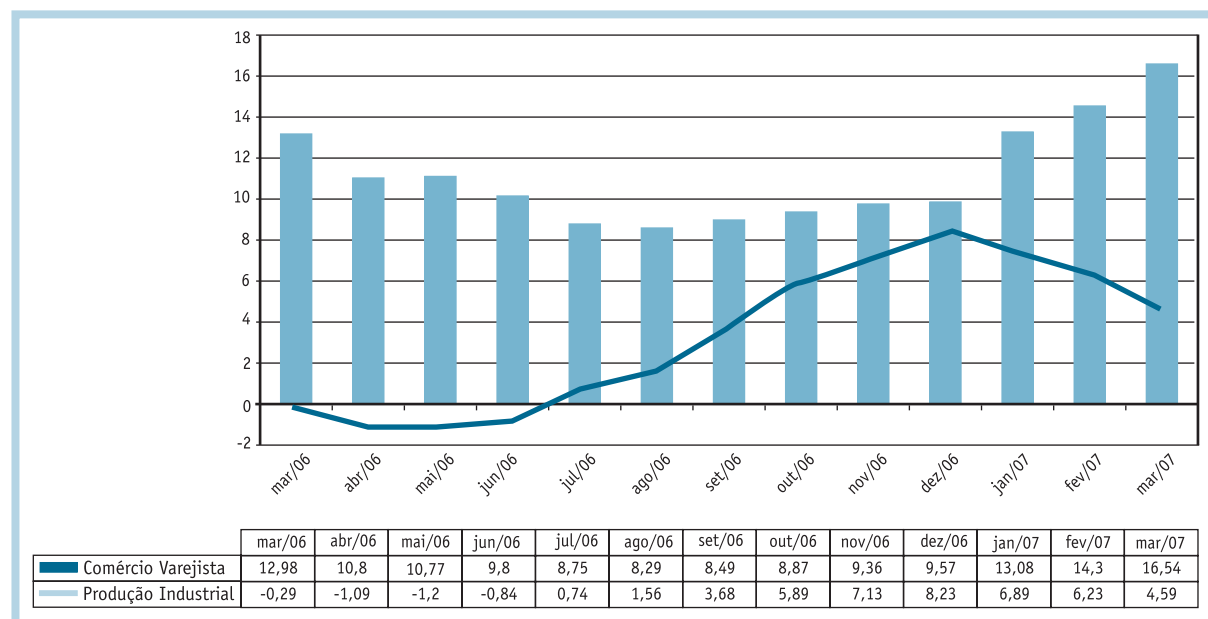


Gráfico 10 - Ceará: Taxa de Variação Acumulada no Ano da Produção Industrial e do Comércio Varejista. Mar/06 - Mar/07

Fonte: IBGE (2007g; 2007n; 2007s).

O acréscimo de 13,0% nos ramos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo reflete, sobretudo, o aumento do emprego e a melhoria do poder de compra da população. Diante desse cenário positivo, as principais redes varejistas (Wal-Mart, Lojas Americanas, Pão de Açúcar, Carrefour) têm anunciado projetos de expansão no Estado. Entre 2004 e 2006, pelo menos R\$ 83,5 milhões foram investidos pelas grandes redes varejistas. Na avaliação do vice-presidente

do Clube de Diretores Logistas (CDL), Riamburgo Ximenes, essas empresas se deslocam para a região Nordeste, e em particular para o Estado do Ceará, atraídas pelo mercado consumidor em expansão, a mão de obra barata e o baixo preço dos aluguéis. Esse crescimento dos investimentos tem forçado a modernização dos pequenos e médios supermercadistas cearenses que procuram implementar inovações organizacionais para enfrentar as grandes redes (EXPANSÃO..., 2007; WAL-MART..., 2007)¹⁰.

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

De acordo com a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação realizada pela Fundação Getúlio Vargas, o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) da indústria brasileira ficou em 85,3% em abril de 2007 ante 83,2% no trimestre terminado em janeiro de 2007 (FGV, 2007c). Esse incremento importante ocorre no

momento de recuperação da atividade industrial e de crescimento das vendas. A produção industrial cresceu 3,8% nos três primeiros meses do ano e 2,7% em doze meses em relação a igual período do ano anterior (Gráfico 11).

A julgar pelos dados de investimento, a expectativa é de que o NUCI continue crescendo sem

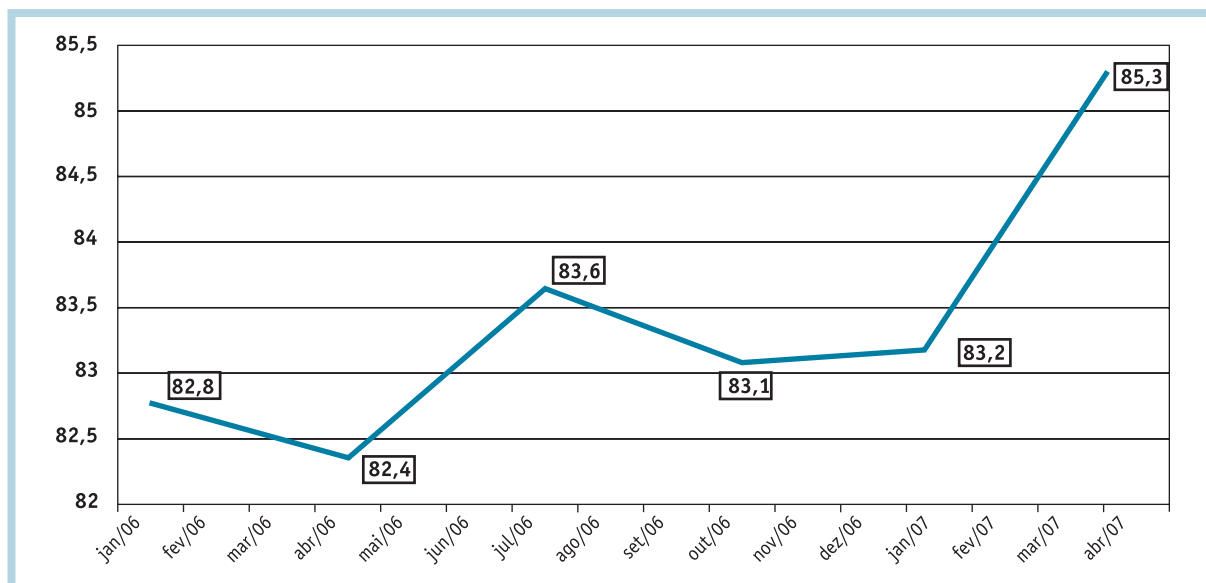


Gráfico 11 - Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) com Ajuste Sazonal. Jan./06 a Abr./07

Fonte: IBGE (2007a).

¹⁰ Uma dessas inovações é a formação de associações de compras que congregam vários pequenos e médios supermercadistas, permitindo um maior poder de barganha com os fornecedores.

Tabela 09 - Brasil: Indicadores de Investimento - Taxas de Variação (%)

Período	Produção de Insumos da Construção Civil (*)		Importação de Bens de Capital (**)		Exportação de Bens de Capital (**)		Produção de Bens de Capital (*)
	Observado	Dessazonalizado	Observado	Dessazonalizado	Observado	Dessazonalizado	
Mês	-5,71	0,30	37,44	10,28	55,99	21,39	-4,14
Mês Ano Anterior	1,44	1,15	30,66	25,88	23,11	26,83	14,29
Mês (-1) Ano Anterior	2,19	0,47	23,31	19,97	-1,30	-3,80	17,72
Mês (-2) Ano Anterior	-0,48	1,02	37,98	28,78	9,06	13,98	6,05
Ano	1,82	0,81	30,92	24,88	11,39	11,86	16,01
12 Meses	3,65	3,64	24,65	25,82	0,88	4,09	6,88

Fonte: IBGE, Abimaq e BNDES. *apud* Bacen (2007b).

Nota: (*) Referente ao Mês de Fevereiro e (**) Referente ao Mês de Março.

ocasionar pressões inflacionárias nos próximos meses. A produção de bens de capital no país aumentou 14,1% no acumulado do primeiro trimestre e 7,1% nos últimos doze meses, enquanto as importações cresceram, respectivamente, 30,9% e 24,6% nessas mesmas bases de comparação. O câmbio apreciado cria condições favoráveis para as empresas investirem na compra de máquinas e equipamentos. Esses bens de investimento estão sendo utilizados, sobretudo, para o aumento da produção doméstica, já que as exportações de bens de capital registraram um incremento de apenas 11,3% no período janeiro-março e de apenas 0,8% nos últimos doze meses (Tabela 09).

Analisando por categoria de uso, observou-se que o NUCI do setor produtor de bens de capital, que ficou em 85,0%, registrou estabilidade em abril na comparação com o trimestre imediatamente anterior (85,6%). Na comparação com março de 2006, o crescimento da utilização da capacidade instalada foi de 4,4%, refletindo o bom desempenho da produção de bens de capital no país. Esse patamar de 85% está estimulando a realização de novos investimentos.

Já o NUCI do setor de bens de consumo atingiu 83,4%, superando em 4,3% o patamar observado em janeiro de 2007 (79,9%). Esse resultado traduz o bom desempenho da produção industrial do setor de bens de consumo duráveis que registrou incremento de 4,8% no primeiro trimestre. Os fatores impulsionadores da demanda interna, como o crescimento da massa salarial, a ampliação

do crédito e o ciclo de queda da Selic contribuem para o incremento da utilização da capacidade e da produção industrial. Vale salientar que a expansão das importações, sobretudo do segmento de bens duráveis, que alcançou 50,1% no primeiro trimestre, tem sido decisiva para evitar aumentos mais significativos da utilização da capacidade instalada.

No caso do setor de bens de consumo intermediários, o NUCI alcançou 88,5%, acima dos 86,4% constatados no trimestre terminado em janeiro de 2007. Os níveis elevados de produção e ocupação de capacidade decorrem da tendência de alta dos preços da maioria das commodities metálicas no mercado internacional, compensando a perda de competitividade via câmbio, e do aquecimento do consumo de bens duráveis que tem repercutido favoravelmente no setor de bens intermediários.

Vale destacar que a apreciação cambial tem estimulado investimentos importantes em segmentos da indústria de bens intermediários. Segundo levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico, as empresas da área de mineração e siderurgia, beneficiadas pelos preços elevados das commodities minerais e metálicas e do aço e da forte demanda de países asiáticos, estão aumentando suas importações de máquinas e equipamentos (CÂMBIO..., 2007).

É o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que encomendou equipamentos da China para sua fábrica de cimento com o objetivo de

viabilizar novos projetos de investimento. Já a holding Paranapanema, que produz derivados de cobre, estanho e fertilizantes, está importando no sentido de repor o maquinário obsoleto.

O levantamento também destaca que várias empresas, com projetos de mineração e siderurgia em andamento, estão realizando importações de bens de capital não-seriado, como altos-fornos e lingotamento contínuo. A importação de alto-forno da China, por exemplo, custa a metade do similar que é produzido hoje no Brasil.

Outros setores estão também modernizando seus processos de produção. A empresa Randon, que atua no segmento de implementos rodoviários, veículos fora de estrada e autopeças, possui um programa de investimentos que prevê a aquisição de parte significativa do maquinário no exterior. Na avaliação das empresas, os equipamentos custam de 20% a 30% mais barato do que os nacionais. Já a encomenda de máquinas do exterior efetuada pelo fabricante de baterias automotivas Moura, de Pernambuco, em 2006, custará bem menos no momento do desembolso em função da desvalorização do dólar.

A análise do nível de utilização da capacidade instalada no primeiro trimestre mostra que a estrutura industrial brasileira está operando com relativa folga, apesar do aumento do NUCI da indústria de transformação, o que possibilita a continuidade da trajetória de crescimento da

produção industrial sem pressões inflacionárias. O maior NUCI associado à ausência de pressões inflacionárias certamente vai se traduzir em investimentos ainda mais expressivos.

De fato, de acordo com o quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural da FGV, 94% das indústrias brasileiras têm investimentos programados para 2007. Esse percentual se situava em 86% em 2003 (FGV, 2007c). O levantamento revelou que 34% das empresas pretendem ampliar seus investimentos no primeiro trimestre, enquanto 21% não pretendem investir. Já para o segundo semestre, 34% assinalaram que vão aumentar seus investimentos e apenas 14% declararam que desejam reduzir investimentos.

Para 47,0% dos entrevistados, o objetivo do investimento está relacionado com a expansão da capacidade produtiva, enquanto 31% pretendem aumentar a eficiência produtiva e 16% planejam realizar investimentos de substituição de máquinas e equipamentos. Somente 6% das empresas entrevistadas estão sem programas de investimento, o percentual mais baixo da série.

Entre os obstáculos mencionados pelos empresários para a realização dos investimentos, a carga tributária foi citada por 49% das empresas, seguida pelas incertezas acerca da demanda, a menor influência relativa desde 2004 (Tabela 10).

Tabela 10 - Brasil: Principal Objetivo para a Realização de Investimento - %

Discriminação	Período	Expandir a Capacidade de Produção	Aumentar a Eficiência Produtiva	Substituir Máquinas e/ou Equipamentos	Sem Programa de Investimento
Indústria de Transformação	1998	27	53	10	10
	1999	19	57	11	13
	2000	45	39	9	7
	2001	35	43	11	11
	2002	32	42	13	13
	2003	30	43	13	14
	2004	41	38	8	13
	2005	52	26	14	8
	2006	49	34	11	6
	2007	47	31	16	6

Fonte: FGV (2007c).

3.4 - Produtividade da Indústria Brasileira

A produtividade da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2007 assinalou um incremento de 3,0%, associado a uma expansão da produção industrial (3,8%), com crescimento das horas pagas (0,8%) e do pessoal ocupado (1,2%). Esse cenário é similar ao observado no mesmo período de 2006, quando o crescimento da produção (2,8%) e da produtividade (2,5%) foi acompanhado por um aumento das horas pagas. Já nos últimos quatro anos, a produtividade do trabalho teve um incremento de 14,8% (IEDI, 2007a).

Dos dezoito setores analisados em 2006, quatorze registraram expansão da produtividade no acumulado dos três primeiros meses do ano. Em seis setores, os incrementos de produtividade foram acompanhados de aumento das horas pagas e do pessoal ocupado, com destaque para máquinas e equipamentos – exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações. Esse

segmento vem sendo fortemente beneficiado pela elevação da demanda por bens de capital. Apesar do crescimento das importações, a produção local tem apresentado taxas de crescimento relevantes. A metalurgia básica também assinalou um forte crescimento da produtividade, assim como da produção e do emprego. Esse resultado se deve ao aumento da atividade da indústria automobilística e da indústria de máquinas e equipamentos, impulsionadas pela demanda doméstica (Tabela 11).

Em nove setores constatou-se aumento da produtividade com queda no emprego e nas horas pagas. Foi o caso do segmento de calçados e couro que associou um incremento de 6,3% da produtividade com uma queda de 9,6% nas horas. Nesses segmentos, os ganhos de produtividade estão relacionados à introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra assim como o desloca-

Tabela 11 - Brasil: Indicadores de Produção Física (PF), Horas Pagas (HP) por Setores de Atividade.
Taxa de Variação Acumulada 2006 e no Ano 2007

Setores Industriais	2006		1º tri/07	
	Produção Física (PF)	Horas Pagas (HP)	PF/HP	PF/HP
Expansão da Produtividade com Declínio nas Horas Pagas				
Máquinas e Equipamentos - Excl. Eletroeletrônicos, de Precisão e Comunicação	4,0	-5,1	9,5	12,6
Fumo	3,9	-4,4	8,7	11,0
Calçados e Couro	-2,7	-8,4	6,3	3,6
Minerais Não-Metálicos	2,6	-1,5	4,2	2,6
Borracha e Plástico	2,2	-1,4	3,7	0,6
Madeira	-6,9	-9,8	3,2	-1,5
Têxtil	1,6	-1,5	3,1	0,3
Vestuário	-5,0	-5,9	1,0	4,7
Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	-1,3	-1,6	0,3	-2,5
Expansão da Produtividade com Expansão nas Horas Pagas				
Indústrias Extrativas	7,4	2,6	4,7	4,3
Fabricação de Outros Produtos da Indústria de Transformação	4,0	1,3	2,6	2,2
Indústria Geral	2,2	0,4	2,5	3,0
Máq. e Aparelhos Eletroeletrônicos, de Precisão e de Comunicação	10,2	7,7	2,3	3,7
Metalurgia Básica	2,9	1,0	1,9	5,9
Papel e Gráfica	2,0	0,7	1,3	2,8
Declínio da Produtividade com Expansão nas Horas Pagas				
Produtos Químicos	0,6	1,4	-0,8	0,0
Fabricação de Meios de Transporte	1,4	3,1	-1,6	3,7
Alimentos e Bebidas	3,2	7,3	-3,8	-1,0
Coque, Refino de Petróleo, Combustíveis Nucleares e Álcool	1,6	15,6	-12,1	13,3

Fonte: IEDI (2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

mento de unidades de produção para países com maiores vantagens competitivas, o que implica o fechamento de unidades de produção no país. Fazem parte desse grupo as indústrias intensivas em mão de obra, fortemente afetadas pelo processo de valorização cambial e pela intensificação da concorrência asiática, em especial da China.

Em quatro setores, constatou-se queda da produtividade com expansão das horas pagas e do emprego. No setor de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool, por exemplo, a queda expressiva da produtividade traduz a combinação de estabilidade na produção com forte crescimento nas horas pagas e no emprego.

Os ganhos de produtividade na indústria nos últimos anos foram acompanhados por mudanças relevantes da estrutura industrial. Pesquisa recente elaborada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)¹¹, procurou analisar o comportamento da estrutura industrial brasileira nos períodos de 1996-2004 e de 2004-2006 (IEDI, 2007a).

O estudo revela um crescimento do peso da indústria extrativa (0,4 ponto percentual), de veículos automotores (0,3 ponto percentual) e das indústrias pertencentes ao setor eletroeletrônico (0,7 ponto percentual), composto pelos segmentos de máquinas para escritório e equipamentos de informática, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação, no Valor de Transformação Indus-

Tabela 12 - Estimativa de Participação do VTI por Setores Industriais (%) 2004 e 2006*

Setores	2004	2006*	Diferença
	A	B	B-A
Indústria Geral	100	100	
Indústrias Extrativas	3,5	3,9	0,4
Indústrias de Transformação	96,5	96,1	-0,4
Produtos Alimentícios e Bebidas	15,2	15,3	0,1
Fumo	0,7	0,7	0
Produtos Têxteis	2,2	2,1	-0,1
Vestuário e Acessórios	1,3	1,1	-0,2
Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	1,9	1,7	-0,2
Madeira	1,7	1,4	-0,3
Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,8	3,9	0
Edição, Impressão, e Reprodução de Gravações	2,9	3,2	0,2
Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	14	13,8	-0,2
Produtos Químicos	11,1	10,9	-0,2
Borracha e Plástico	3,5	3,3	-0,1
Minerais Não - Metálicos	3,3	3,3	0
Metalurgia Básica	9,3	9	-0,3
Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos	3,1	2,9	-0,2
Máquinas e Equipamentos	5,8	5,7	-0,1
Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,5	0,8	0,3
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2	2,3	0,2
Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	2,1	2,3	0,2
Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos	0,7	0,8	0,1
Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	7,7	7,9	0,3
Outros Equipamentos de Transporte	1,9	2	0,1
Mobiliário	1	1,1	0
Produtos Diversos	0,6	0,6	0

Fonte: IBGE *apud* IEDI (2007b).

Nota: (*) A estrutura de 2006 foi estimada atualizando-se o VTI da PIA 2004 pelos índices de produção física da PIM-PF para o período 2005 - 2006.

¹¹ Para estimar a mudança na estrutura industrial brasileira, o IEDI atualizou a estrutura do Valor de Transformação Industrial de 2004 da Pesquisa Industrial Anual (PIA) pela evolução dos índices de produção física da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). A atualização desconsiderou efeitos das mudanças nos preços relativos em 2005 e 2006. IEDI. Desindustrialização e dilemas do crescimento econômico recente.

trial entre 2004-2006, revertendo uma tendência de queda durante o período 1996 – 2004.

Vale destacar que essas indústrias vêm assinando também ganhos substanciais de produtividade nos últimos três anos. No caso dos setores eletrônico e automobilístico, os resultados positivos em termos de produtividade conciliam a modernização do aparelho produtivo e ajustes microeconômicos com substituição de insumos nacionais por importados objetivando a redução de custos de produção.

No caso dos segmentos tradicionais intensivos em mão de obra, os ganhos de produtividade entre 2004 e 2006 são acompanhados por queda na participação no Valor de Transformação Industrial (VTI). Fazem parte desse grupo os setores têxtil, calçados e couros, vestuário e acessórios. Apesar da desvalorização do dólar ter contribuído para essa retração, é importante mencionar que esses ramos já vinham perdendo espaço na estrutura industrial (Tabela 12).

3.5 - Comércio

3.5.1 - Desempenho do comércio no Brasil

O Relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007l), confirma que o comércio varejista¹² do país mantém tendência de crescimento neste ano.

Comparativamente ao mês de março de 2006, o crescimento do comércio varejista em março de 2007 atingiu expressiva variação de 11,5% no volume de vendas e de 11,6% na receita nominal. No primeiro trimestre de 2007, a taxa de crescimento acumulada foi de 9,7% no volume de vendas e de 9,8% na receita nominal em relação a janeiro/março do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de variação do volume de vendas e da receita nominal do setor foi de 7,3% e 7,7%, respectivamente (índices sem ajuste sazonal).

Descontados os efeitos sazonais, o volume de vendas no varejo em março/07 apresentou

crescimento de 1,1% em relação a fevereiro/07.

Considerando o comércio varejista ampliado, que engloba também a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o crescimento no volume de vendas e na receita nominal em março/07 foi de 13,2% e 12,8%, respectivamente, em relação a março/06. Nos três primeiros meses do ano, a taxa de variação do volume de vendas atingiu 11,8% e a receita nominal expandiu-se 11,3%.

Todas as atividades que compõem o comércio varejista ampliado, relacionadas na PMC, apresentaram crescimento real no volume de vendas (Tabela 13). Entretanto, os segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, veículos e motos, partes e peças e móveis e eletrodomésticos apresentaram crescimentos,

¹² O índice do comércio varejista ampliado diferencia-se do comércio varejista (composto por oito atividades) pela adição de duas outras: veículos e motos, partes e peças e material de construção.

Tabela 13 - Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (Mar./07)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	A	Taxas de Variação (%)			Taxas de Variação (%)			
	Indicador Mês/Mês Anterior*	Março (**)	Jan.-Mar./ 07(**)	12 Meses (**)	Indicador Mês/Mês Anterior*	Março (**)	Jan.-Mar./ 07(**)	12 Meses (**)
COMÉRCIO VAREJISTA	1,2	11,6	9,8	7,7	1,1	11,5	9,7	7,3
1. Combustíveis e Lubrificantes	0,8	0,4	1,7	2,1	-0,1	7,0	4,8	-5,0
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,6	13,0	9,4	7,5	1,2	9,3	7,1	8,0
2.1. Super e Hipermercados	0,6	14,8	10,6	8,1	0,6	11,0	8,3	8,6
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	3,8	15,1	11,5	7,4	2,7	9,9	6,7	2,3
4. Móveis e Eletrodomésticos	1,7	12,8	15,1	8,1	1,3	18,1	20,5	12,4
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	-	9,9	9,8	8,6	-	5,7	5,3	3,7
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-	7,0	4,5	7,2	-	24,9	20,2	23,3
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-	9,8	7,2	6,7	-	9,3	5,7	2,9
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-	21,0	17,1	19,3	-	26,6	21,8	19,2
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-	12,8	11,3	8,5	-	13,2	11,8	8,2
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	7,1	15,9	14,7	9,8	4,4	18,5	17,4	10,8
10. Material de Construção	-	8,0	9,5	10,0	-	4,4	6,0	6,4

Fonte: IBGE (2007l).

Notas: (*) Série com ajuste sazonal.

(**) Em comparação a igual período de 2006.

em março, superiores à taxa média do comércio varejista ampliado, relativamente a igual mês do ano anterior.

Por outro lado, os segmentos veículos e motos, partes e peças, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, móveis e eletrodomésticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico responderam por 86% da taxa do varejo ampliado.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou, em março de 2007, crescimento real de 9,3% no volume de vendas em relação a março de 2006. O subgrupo super e hipermercados apresentou crescimento mais expressivo (11,0%) nesse período. Segundo a PMC (IBGE, 2007l), esse desempenho deve-se ao aumento do poder de compra da população, decorrente

principalmente do aumento real da massa salarial, bem como a influência da proximidade da Páscoa.

A maior taxa de variação (26,6%) no volume de vendas, na comparação março/07-março/06, foi registrada pelo segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico, que compreende as lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos, etc. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2006, o volume comercializado do segmento apresentou expansão de 21,8%.

O segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação também registrou expressivos acréscimos: 24,9% no volume de vendas, sobre março de 2006; 20,2% no acumulado dos três primeiros meses do ano – em comparação ao primeiro trimestre de 2006 e 23,3% no acumulado dos últimos 12 meses

– comparação a igual período imediatamente anterior. Além da facilidade de crédito ao consumo, o barateamento dos produtos de informática e de comunicação e a importância crescente destes na cesta de consumo das famílias justificam o desempenho do segmento.

As vendas de móveis e eletrodomésticos cresceram 18,1% em março, comparativamente a março do ano passado. Segundo o relatório da PMC (IBGE, 2007I), o desempenho do setor deve-se à manutenção das con-

dições favoráveis de crédito, renda, emprego e preços.

O aumento no volume comercializado de veículos e motos, partes e peças foi influenciado pela queda das taxas de juros e maior oferta de crédito no mercado para o financiamento de veículos. Em relação a março de 2006, o setor cresceu 18,5%; no acumulado nos três primeiros meses do ano, 17,4% e, nos últimos doze meses, apresentou 10,8% de incremento no volume de vendas.

3.5.2 - O comércio varejista no Nordeste

A PMC também fornece dados agregados sobre o volume de vendas e a receita nominal do comércio varejista ampliado para os estados nordestinos (IBGE, 2007I).

Comparando o primeiro trimestre de 2007 a igual período de 2006, cinco estados nordestinos obtiveram crescimento da receita nominal e do volume de vendas acima da média brasileira: Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

O Estado de Alagoas teve, no primeiro trimestre, desempenho destacável no item receita no-

minal do comércio varejista ampliado: 27% de expansão, o que garantiu ao Estado, além de um desempenho acima do apresentado pelo comércio varejista ampliado brasileiro (11,3% de expansão), a segunda melhor taxa de crescimento dentre os todos os estados do País (Tabela 14).

O Maranhão obteve desempenho semelhante: além de apresentar crescimento acima da média nacional, obteve a terceira maior expansão da receita nominal (24,6%), dentre todos os estados do Brasil, na comparação trimestral.

Tabela 14 - Variação da Receita Nominal de Vendas no Comércio, por Unidade da Federação - (Mar./2007)

Unidade da Federação	Variação (%)		
	Comércio Varejista Ampliado*		Comércio Varejista
	Mar.07/Mar.06	Acumulado no Trimestre	Acumulado no Trimestre
BRASIL	12,8	11,3	9,8
Maranhão	21,2	24,6	17,0
Piauí	8,8	8,8	0,2
Ceará	21,2	18,7	16,4
Rio Grande do Norte	11,9	7,8	2,3
Paraíba	18,1	18,1	9,6
Pernambuco	14,7	12,5	10,1
Alagoas	22,6	27,0	35,2
Sergipe	15,1	17,2	12,0
Bahia	10,7	12,1	13,0

Fonte: IBGE (2007I).

Nota: (*) Inclui as atividades de veículos motos, partes e peças e de material de construção, além daquelas que compõem o comércio varejista.

Tabela 15 - Variação do Volume de Vendas no Comércio, por Unidade da Federação - (Mar./2007)

Unidade da Federação	Variação (%)		
	Comércio Varejista Ampliado*		Comércio Varejista
	Mar.07/Mar.06	Acumulado no Trimestre	Acumulado no Trimestre
BRASIL	13,2	11,8	9,7
Maranhão	22,3	25,4	18,3
Piauí	9,3	8,7	0,3
Ceará	21,5	18,9	16,5
Rio Grande do Norte	13,4	8,9	3,7
Paraíba	16,2	16,6	8,4
Pernambuco	13,5	11,6	8,9
Alagoas	22,0	26,9	34,9
Sergipe	13,2	15,8	10,4
Bahia	9,6	10,8	11,1

Fonte: IBGE (2007I).

Nota: (*) Inclui as atividades de veículos motos, partes e peças e de material de construção, além daquelas que compõem o comércio varejista.

Com relação ao volume de vendas do comércio varejista ampliado, cinco estados nordestinos obtiveram taxas de expansão trimestrais acima da média brasileira (11,8%): Maranhão, expansão de 25,4%; Alagoas, 26,9%; Ceará, 18,9%; Sergipe, 15,8%; Paraíba, 16,6% (Tabela 15).

Maranhão e Alagoas destacaram-se não somente por apresentarem taxas de expansão trimestrais acima da média nacional: Alagoas obteve a quinta maior taxa, enquanto Maranhão apresentou a sexta maior expansão do volume de vendas, dentre todos os estados brasileiros.

Apesar da PMC fornecer dados desagregados por atividade, somente para três Estados nordestinos (Bahia, Ceará e Pernambuco), pode-se perceber quais influências algumas atividades exerceram no desempenho do comércio regional (IBGE, 2007I).

Ao adicionar as atividades veículos e motos, partes e peças e material de construção para compor o índice do comércio varejista ampliado, percebe-se que Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí, Sergipe e Ceará tiveram seus índices de expansão, tanto do volume de vendas quanto da receita nominal, elevados.

Denota-se, portanto, que tais atividades têm influenciado positivamente o desempenho do comércio nestes Estados. Comportamento oposto, e independentemente do mês analisado, foi encontrado no Estado de Alagoas¹³: índices mais elevados de expansão no comércio varejista do que no comércio varejista ampliado.

Considerados os estados nordestinos que dispõem de dados desagregados, destacaram-se, no primeiro trimestre, três atividades comerciais: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico. Estas atividades apresentaram elevações do volume de vendas e receita nominal acima dos índices nacionais correspondentes (Tabela 16).

A atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou crescimento, no volume de vendas trimestral (2007 comparado a 2006) de 11,6% na Bahia, 10,8% em Pernambuco e 13,0% no Ceará, enquanto no Brasil, a expansão foi de 7,1% - comportamento semelhante ao da receita nominal.

¹³ No Estado de Alagoas não houve um comportamento padronizado para todas as variáveis e em todos os meses.

Tabela 16 - Variação de Volume de Vendas e Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Mar./07) (%)

Atividades	1o. Trimestre 07 / 1o. Trimestre 06					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	18,9	18,7	11,6	12,5	10,8	12,1
1. Combustíveis e Lubrificantes	-0,6	-0,3	-13,2	-12,7	1,3	5,4
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	13,0	14,3	10,8	12,6	11,6	14,0
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	16,6	20,3	-1,7	2,3	12,5	16,0
4. Móveis e Eletrodomésticos	29,2	25,3	18,3	16,7	19,9	17,4
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	13,8	17,1	24,1	29,7	11,0	17,5
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	3,9	5,5	3,2	3,7	13,8	15,2
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	34,0	15,6	18,7	9,1	-1,6	-13,3
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	29,0	30,9	25,4	31,4	24,0	28,5
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	24,5	22,5	19,8	18,8	11,6	10,0
10. Materiais de Construção	18,8	25,4	0,1	5,7	3,2	9,5

Fonte: IBGE (2007I).

Considerada, ainda, a receita nominal, percebe-se como outra atividade - artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos - obteve um bom desempenho no primeiro trimestre. A Bahia apresentou crescimento de 17,5%; o Ceará, elevação de 17,1% e Pernambuco, um acréscimo de 29,7% - todos superaram a taxa de expansão desta atividade no Brasil (9,8% na comparação entre 2007 e 2006).

O desempenho deste setor pode ser atribuído, em parte, à expansão do mercado de cosméticos e perfumaria no país. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABHIPEC), o faturamento do setor elevou-se 12%, entre os anos de 2005 e 2006¹⁴ (XEYLA, 2007).

Fatores como o câmbio, possibilitando importação de produtos mais baratos, elevação do salário real e estabilidade do emprego contribuíram para os bons resultados destas atividades.

Pesquisa realizada pela empresa Cetelem do Brasil, em parceria com o Instituto Ipsos, pode fornecer informações complementares sobre as

modificações ocorridas na renda dos consumidores do Nordeste (CETEM, 2007).

Segundo esta, houve, entre 2005 e 2006, uma elevação de 38,3% na renda disponível familiar¹⁵ nordestina (a maior elevação dentre todas as regiões brasileiras) e um crescimento de 12,4% da renda média familiar.

A mesma pesquisa aponta para uma mudança do perfil de distribuição das classes socioeconômicas no Brasil. As classes A e B elevaram sua participação de 15% para 18%, a classe C apresentou crescimento de dois pontos percentuais, de 34% para 36%, enquanto a classe E apresentou uma redução de cinco pontos percentuais (51% em 2005, contra 46% em 2006).

Conclui-se, portanto, que a melhoria do quadro de emprego e renda e as mudanças ocorridas na região e no Brasil têm não somente possibilitado melhor atendimento das necessidades básicas, mas resultaram na elevação do consumo de produtos relacionados aos cuidados pessoais (perfumaria), bem como de itens de lazer, como artigos espor-

¹⁴ O Brasil, no ano de 2006, subiu da quarta para a terceira posição mundial no consumo de cosméticos. Este setor vem crescendo sistematicamente nos últimos quatro anos e, segundo previsões da ABHIPEC, crescerá também em 2007.

¹⁵ Renda disponível é o resultado da subtração da renda familiar de gastos essenciais (supermercado, energia elétrica condomínio etc.) e não-essenciais, (pagamento de prestações, telefone fixo, previdência privada etc.).

Tabela 17 - Taxa de Consumidores com Contas ou Dívidas em Atrasos* (%)

MESES	Fortaleza	Maceió	Arapiraca
JAN/07	26,88	43,68	17,25
FEV/07	27,91	48,57	20,81
MAR/07	26,94	47,32	17,06
ABR/07	27,47	53,20	27,02

Fonte: IPDC (2007).

Nota: (*) Refere-se ao número de consumidores com contas ou dívidas em atraso com relação a cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimos pessoais, compra de imóvel e prestações de carro e seguros.

tivos e brinquedos. A mudança de classe dos indivíduos, apontada na pesquisa, demonstra uma outra modificação: o maior acesso a bens eletrodomésticos como televisores, máquinas de lavar e computadores.

Convém comentar o desempenho da atividade de combustíveis e lubrificantes. Frequentemente, tanto nos estados nordestinos que possuem dados desagregados por atividade, quanto no Brasil, ela tem obtido resultados piores que os apresentados para o comércio como um todo. Ao mesmo tempo, notam-se certas discrepâncias entre os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP, 2007a)¹⁶ e os dados da PMC (IBGE, 2007i; 2007j).

No Ceará, a atividade apresentou uma queda de 14,8% em janeiro no volume comercializado, e, em fevereiro, uma elevação de 6,6% - segundo a PMC, enquanto os dados da ANP apontavam para crescimento nos meses de janeiro (6,6%) e fevereiro (2,6%).

Em Pernambuco, no mês de janeiro, houve, segundo a PMC, queda de 18,0%, enquanto em fevereiro, a redução foi da ordem de 8,8%. Para a ANP, o volume comercializado elevou-se 5,0%, em janeiro, e se reduziu 1,3% em fevereiro.

Segundo análise da LCA¹⁷, a explicação para estes dados se dá na base de ponderação utili-

zada pelo IBGE para apurar o Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA) relacionado aos combustíveis, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2003 (LCA CONSULTORIA, 2007).

Após este ano, difundiu-se o uso do GNV (Gás Natural Veicular), bem como se ampliou o uso do álcool combustível, fatos não captados pela POF. A aplicação deste índice como deflator (IPCA), para apurar o volume de vendas, provocaria, portanto, distorções na obtenção do índice de volume do IBGE.

Para os próximos meses, duas variáveis podem influenciar o crescimento do comércio nordestino: o endividamento dos consumidores e a ampliação da renda.

Com relação ao endividamento, os últimos meses têm se caracterizado pela forte expansão de setores muito influenciados pelo crédito: veículos e motocicletas, partes e peças, móveis e eletrodomésticos e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

É de se esperar, portanto, que, com o maior comprometimento da renda dos consumidores com as parcelas de prestações, haja um arrefecimento destes setores.

No entanto, ao menos as pesquisas regionais¹⁸, não apontam para um descontrole orçamentário

¹⁶ Volume comercializado pelas distribuidoras em m³, dos seguintes produtos: álcool hidratado, B2 (mistura de 98% de óleo diesel e 2% de biodiesel), gasolina, gasolina tipo "C", GLP (gás liquefeito de petróleo), óleo combustível e óleo diesel.

¹⁷ Texto de outubro de 2006, sobre o comércio varejista brasileiro, produzido pela LCA Consultoria e que toma como base a PMC do IBGE.

¹⁸ Pesquisas realizadas pelo Instituto Fecomércio de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento de Alagoas (nas cidades de Arapiraca e Maceió) e pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (cidade de Fortaleza).

Tabela 18 - Taxa de Comprometimento da Renda dos Consumidores* (%)

MESES	Fortaleza	Maceió	Arapiraca
JAN/07	21,03	28,32	17,07
FEV/07	20,96	29,29	15,94
MAR/07	20,61	31,04	16,19
ABR/07	18,81	28,66	16,75

Fonte: IPDC (2007).

Nota: (*) Diz respeito à parcela da renda dos consumidores que está comprometida com cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimos pessoais, compra de imóvel e prestações de carro e seguros.

dos indivíduos neste início de ano (IFEPD, 2007a; 2007b; IPDC, 2007). Considerados os percentuais de endividamento e de comprometimento da renda, percebe-se que ambos mantiveram-se relativamente estáveis nos quatro primeiros meses do ano, em Arapiraca, Maceió e Fortaleza (Tabela 17).

Outro indicador que pode fornecer informações sobre as condições de crédito da região é o percentual de cheques sem fundos em relação aos cheques trocados – fornecido pelo Banco Central. Embora este percentual tenha apresentado elevação nos três primeiros meses do ano, no Nordeste, observam-se dois pontos: é uma tendência co-

mun ao início do ano e os índices mantiveram-se abaixo dos apresentados no ano passado.

Com relação ao rendimento, esperam-se os impactos do reajuste do salário mínimo, nos próximos meses. Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2007), 43 milhões de pessoas têm seu rendimento referenciado por este indicador, sendo que o reajuste de R\$ 30,00 gerará R\$ 16,8 bilhões de incremento na renda em todo o Brasil, podendo, portanto, causar consequências positivas no comércio varejista.

3.6 - Produção Agropecuária

3.6.1 - Agricultura

Conforme previsão feita no número anterior desta Revista BNB Conjuntura 12, a atual safra de grãos brasileira aponta para um recorde histórico, atingindo 130,7 milhões de toneladas (CONAB, 2007a). Essa estimativa representa um incremento de 8,2% em relação à safra 2005/2006 que foi de 120,8 milhões de toneladas e 2,3% acima da última previ-

são deste periódico (127,7 milhões de toneladas). Contribuíram para essa revisão da expectativa de produção de grãos o elevado nível tecnológico e as condições climáticas favoráveis durante todo o ciclo da cultura. No Nordeste brasileiro, merece destaque o aumento da produção de grãos na Bahia: 22,4% em relação à safra anterior (Tabela 19).

Tabela 19 - Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos - Produtos Selecionados (*) Safra 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Média (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	1.724,7	1.675,2	(2,9)	2.072,0	2.235,0	7,9	3.574,3	3.743,8	4,7
RR	57,2	57,2	-	3.558,0	3.578,0	0,6	203,5	204,7	0,6
RO	390,2	347,8	(10,9)	1.925,0	2.121,0	10,2	751,3	737,7	(1,8)
AC	77,0	73,4	(4,7)	1.238,0	1.275,0	3,0	95,3	93,7	(1,7)
AM	29,6	33,9	14,5	1.805,0	1.898,0	5,2	53,4	64,3	20,4
AP	5,8	6,5	12,1	948,0	806,0	(15,0)	5,5	5,3	(3,6)
PA	641,0	630,8	(1,6)	2.022,0	1.959,0	(3,1)	1.296,0	1.235,8	(4,6)
TO	523,9	525,0	0,2	2.232,0	2.669,0	19,6	1.169,1	1.402,4	20,0
Nordeste	7.961,7	8.131,2	2,1	1.232,0	1.289,0	4,6	9.805,0	10.483,6	6,9
MA	1.343,5	1.357,0	1,0	1.645,0	1.659,0	0,9	2.209,5	2.251,9	1,9
PI	942,0	897,5	(4,7)	1.168,0	1.290,0	10,4	1.100,4	1.157,8	5,2
CE	1.250,0	1.348,5	7,9	914,0	729,0	(20,2)	1.142,2	983,6	(13,9)
RN	192,8	192,8	-	640,0	642,0	0,3	123,3	123,7	0,3
PB	409,9	383,8	(6,4)	744,0	554,0	(25,5)	304,8	212,7	(30,2)
PE	629,3	624,8	(0,7)	659,0	518,0	(21,4)	414,6	323,4	(22,0)
AL	195,6	198,9	1,7	619,0	591,0	(4,5)	121,1	117,5	(3,0)
SE	203,1	203,2	0,0	1.227,0	1.199,0	(2,3)	249,1	243,7	(2,2)
BA	2.795,5	2.924,6	4,6	1.481,0	1.733,0	17,0	4.140,4	5.069,4	22,4
Centro-Oeste	14.418,7	13.881,2	(3,7)	2.782,0	3.070,0	10,4	40.118,6	42.608,7	6,2
MT	7.761,4	7.455,9	(3,9)	2.803,0	3.021,0	7,8	21.758,1	22.523,2	3,5
MS	2.839,0	2.725,2	(4,0)	2.548,0	2.983,0	17,1	7.233,5	8.128,4	12,4
GO	3.698,8	3.577,1	(3,3)	2.890,0	3.194,0	10,5	10.689,6	11.423,9	6,9
DF	119,5	123,0	2,9	3.660,0	4.335,0	18,4	437,3	533,2	21,9
Sudeste	5.433,5	4.986,4	(8,2)	2.918,0	3.306,0	13,3	15.856,5	16.487,3	4,0
MG	3.113,0	2.956,1	(5,0)	2.826,0	3.354,0	18,7	8.798,1	9.914,1	12,7
ES	67,5	65,4	(3,1)	1.654,0	1.753,0	6,0	11,7	114,6	879,5
RJ	20,4	20,3	(0,5)	2.012,0	1.926,0	(4,3)	41,0	39,2	(4,4)
SP	2.232,6	1.944,6	(12,9)	3.093,0	3.301,0	6,7	6.905,7	6.419,4	(7,0)
Sul	17.787,3	17.163,0	(3,5)	2.891,0	3.344,0	15,7	51.419,9	57.401,3	11,6
PR	8.783,0	8.493,5	(3,3)	2.856,0	3.380,0	18,3	25.087,7	28.704,5	14,4
SC	1.497,0	1.460,3	(2,5)	3.620,0	4.386,0	21,2	5.419,2	6.405,5	18,2
RS	7.507,0	7.209,2	(4,0)	2.786,0	3.092,0	11,0	20.913,0	22.291,3	6,6
Norte/Nordeste	9.686,4	9.806,4	1,2	1.381,0	1.451,0	5,1	13.379,8	14.227,4	6,3
Centro-Sul	37.639,5	36.030,7	(4,3)	2.853,0	3.233,0	13,3	107.395,0	116.497,4	8,5
Brasil	47.325,9	45.837,1	(3,1)	2.552,0	2.852,0	11,8	120.774,8	130.724,7	8,2

Fonte: Conab (2007a).

Nota: (*) Produtos Selecionados: caroço de Algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

A área cultivada com grãos mantém sua tendência de redução: previsão de 45,8 milhões de hectares plantados, contra os 47,3 milhões da safra 2005/2006, ou 3,2% inferior. Contrariando esta expectativa, a Bahia tende a aumentar em 4,6% sua área plantada, passando a 2,9 milhões de hectares. As culturas que apresentaram incremento na área cultivada em relação à safra passada foram algodão (26,0%), feijão 1ª safra (7,6%), girassol (19,6%), mamona (38,0%) e milho 2ª safra (25,4%). À exceção do feijão, observa-se forte vinculação dos demais grãos com a produção de biocombustíveis.

O algodão tende a expandir em 26,0% sua área cultivada no país, atingindo 1,1 milhão de hectares. Essa expansão é justificada pelo baixo preço

de mercado da soja e do milho na época do plantio destas culturas, estimulando a migração dos produtores para a cultura do algodão. São Paulo e Paraná, porém, cederam áreas antes plantadas com algodão para a cana-de-açúcar, em virtude da remuneração pouco atrativa com a comercialização *in natura* do algodão. A expectativa para o Nordeste é de um crescimento de 14,0%, com destaque para o aumento da área plantada no Piauí (25,0%) e na Bahia (17,0%). Em sentido oposto, reduziram suas áreas plantadas com algodão no Nordeste os Estados do Rio Grande do Norte (-10,1%) e Ceará (-5,0%), em função da falta de atratividade nos preços. Reflexo da expansão da área cultivada e das favoráveis condições climáticas da atual safra, a produção de algodão em caroço tende a superar em 36,0% a safra

Tabela 20 - Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Arroz. Comparativo de Área, Produtividade e Produção Safra - 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	455,4	517,6	13,7	2.228,0	2.295,0	3,0	1.014,6	1.188,0	17,1
RR	23,5	23,5	-	5.200,0	5.250,0	1,0	122,2	123,4	1,0
RO	76,0	71,4	(6,1)	1.930,0	2.128,0	10,3	146,7	152,0	3,6
AC	24,6	21,6	(12,2)	1.350,0	1.366,0	1,2	33,2	29,6	(10,8)
AM	10,9	9,3	(14,7)	1.912,0	1.780,0	(6,9)	20,8	16,5	(20,7)
AP	3,3	3,0	(9,1)	1.120,0	780,0	(30,4)	3,7	2,4	(35,1)
PA	211,5	234,9	11,1	2.000,0	1.980,0	(1,0)	423,2	465,1	9,9
TO	105,5	153,8	45,8	2.510,0	2.595,0	3,4	264,8	399,2	50,8
Nordeste	734,9	745,1	1,4	1.517,0	1.508,0	(0,6)	1.115,1	1.123,7	0,8
MA	506,3	511,4	1,0	1.400,0	1.415,0	1,1	708,9	723,6	2,1
PI	148,2	150,4	1,5	1.316,0	1.134,0	(13,8)	195,0	170,6	(12,5)
CE	35,7	34,6	(3,1)	3.180,0	2.675,0	(15,9)	113,5	92,6	(18,4)
RN	1,5	1,5	-	2.470,0	2.624,0	6,2	3,7	3,9	5,4
PB	7,8	7,4	(5,1)	1.390,0	1.577,0	13,5	10,8	11,7	8,3
PE	4,8	4,7	(2,1)	4.380,0	5.180,0	18,3	21,0	24,4	16,2
AL	3,2	3,2	-	4.200,0	4.516,0	7,5	13,4	14,5	8,2
SE	9,8	9,8	-	3.370,0	4.126,0	22,4	33,0	40,4	22,4
BA	17,6	22,0	25,0	890,0	1.910,0	114,6	15,7	42,0	167,5
Centro-Oeste	442,2	452,8	2,4	2.576,0	2.684,0	4,2	1.139,0	1.215,3	6,7
MT	287,5	290,3	1,0	2.570,0	2.720,0	5,8	738,8	789,7	6,9
MS	43,4	42,1	(3,0)	4.450,0	4.810,0	8,1	193,3	202,7	4,9
GO	111,2	120,1	8,0	1.860,0	1.850,0	(0,5)	206,8	222,2	7,4
DF	0,1	0,2	100,0	1.000,0	3.653,0	265,3	0,1	0,8	700,0
Sudeste	127,4	115,0	(9,7)	2.361,0	2.394,0	1,4	300,8	275,3	(8,5)
MG	92,5	85,0	(8,1)	2.150,0	2.200,0	2,3	198,9	187,0	(6,0)
ES	3,3	2,8	(15,2)	2.960,0	3.147,0	6,3	9,8	8,8	(10,2)
RJ	2,7	2,6	(3,7)	3.200,0	3.400,0	6,3	8,6	9,0	4,7
SP	28,9	24,6	(14,9)	2.890,0	2.870,0	(0,7)	83,5	70,5	(15,6)
Sul	1.236,3	1.144,2	(7,4)	6.479,0	6.526,0	0,7	8.009,4	7.466,9	(6,8)
PR	62,3	56,7	(9,0)	2.900,0	3.050,0	5,2	180,7	172,9	(4,3)
SC	155,9	155,9	-	7.050,0	7.050,0	-	1.099,1	1.099,1	-
RS	1.018,1	931,6	(8,5)	6.610,0	6.650,0	0,6	6.729,6	6.194,9	(7,9)
Norte/Nordeste	1.190,3	1.262,6	6,1	1.789,0	1.831,0	2,3	2.129,8	2.311,8	8,5
Centro-Sul	1.805,9	1.712,0	(5,2)	5.232,0	5.232,0	-	9.449,2	8.957,6	(5,2)
Brasil	2.996,2	2.974,6	(0,7)	3.865,0	3.789,0	(2,0)	11.579,0	11.269,3	(2,7)

Fonte: Conab (2007a).

2005/2006, atingindo 3,7 milhões de toneladas. Desse total produzido, 1,4 milhão de toneladas (38,8%) equivale a pluma e 2,3 milhões de toneladas (61,2%) equivalem a caroço de algodão. O Nordeste contribuirá com um aumento em 24,3% na sua produção, destaque para o incremento da Bahia (25,9%) e Piauí (25,0%), ratificando a vice-liderança nacional para o estado baiano.

A expectativa para a área de cultivo de arroz no Brasil é de 3,0 milhões de hectares, 0,7% inferior à safra 2005/2006, em decorrência da baixa remuneração dos preços na época de plantio da cultura (Tabela 20). Esse declínio na área plantada aliado à redução na produtividade fazem com que a expectativa de produção caia para 11,3

milhões de toneladas, 2,7% inferior à safra passada. Para o Nordeste, é esperado um acréscimo de 1,4% na área plantada com arroz (atingindo 745,1 mil hectares) e 0,8% na produção (passando a 1,1 milhão de toneladas). Destaque para o incremento na produção do Estado do Maranhão, maior produtor regional de arroz, que aumentará em 2,1% sua produção.

Contrariando as expectativas da edição nº 12 desta Revista, em que se esperava um crescimento na área plantada de feijão de 1,2% e de 3,1% na produção em relação à safra 2005/2006, a revisão feita pelo Oitavo Levantamento de Avaliação de Safra 2006/2007 (CONAB, 2007a) aponta para uma área plantada de 4,2 milhões de hecta-

**Tabela 21 - Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Feijão Total (1ª, 2ª e 3ª Safras).
Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safras 2005/2006 e 2006/2007**

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	174,1	170,8	(1,9)	696	801	15,1	121,2	136,8	12,9
RR	1,5	1,5	-	600	600	-	0,9	0,9	-
RO	65,5	61,1	(6,7)	540	674	24,8	35,4	41,2	16,4
AC	15,8	15,0	(5,1)	551	547	(0,7)	8,7	8,2	(5,7)
AM	3,9	6,3	61,5	949	810	(14,6)	3,7	5,1	37,8
AP	1,0	1,4	40,0	600	786	31,0	0,6	1,1	83,3
PA	74,0	74,0	-	838	845	0,8	62,0	62,5	0,8
TO	12,4	11,5	(7,3)	798	1.548	94,0	9,9	17,8	79,8
Nordeste	2.343,6	2.388,3	1,9	466	414	(11,2)	1.091,6	988,8	(9,4)
MA	84,7	86,8	2,5	450	450	-	38,1	39,1	2,6
PI	242,1	213,2	(11,9)	396	390	(1,5)	95,8	83,1	(13,3)
CE	546,6	596,2	9,1	473	365	(22,8)	258,3	217,5	(15,8)
RN	80,2	80,1	(0,1)	463	463	-	37,1	37,1	0,0
PB	204,1	187,8	(8,0)	580	445	(23,3)	118,4	83,6	(29,4)
PE	309,7	313,2	1,1	419	384	(8,4)	129,8	120,4	(7,2)
AL	98,5	98,5	-	530	478	(9,8)	52,2	47,1	(9,8)
SE	49,4	49,4	-	504	516	2,4	24,9	25,5	2,4
BA	728,3	763,1	4,8	463	440	(5,0)	337,0	335,4	(0,5)
Centro-Oeste	206,8	200,0	(3,3)	1.915	2.040	6,5	396,0	408,0	3,0
MT	30,5	24,8	(18,7)	1.502	1.617	7,7	45,8	40,1	(12,4)
MS	30,7	24,8	(19,2)	945	1.058	12,0	29,0	26,2	(9,7)
GO	127,6	132,0	3,4	2.248	2.236	(0,5)	286,9	295,1	2,9
DF	18,0	18,4	2,2	1.906	2.533	32,9	34,3	46,6	35,9
Sudeste	681,3	640,9	(5,9)	1.244	1.321	6,2	847,8	846,5	(0,2)
MG	459,2	417,6	(9,1)	1.169	1.215	3,9	536,6	507,4	(5,4)
ES	24,4	24,0	(1,6)	750	788	5,1	18,3	18,9	3,3
RJ	6,6	7,0	6,1	879	843	(4,1)	5,8	5,9	1,7
SP	191,1	192,3	0,6	1.502	1.634	8,8	287,1	314,3	9,5
Sul	817,8	819,6	0,2	1.241	1.423	14,7	1.014,6	1.166,5	15,0
PR	575,3	568,9	(1,1)	1.292	1.444	11,8	743,5	821,4	10,5
SC	122,4	130,2	6,4	1.270	1.555	22,4	155,4	202,5	30,3
RS	120,1	120,5	0,3	963	1.183	22,8	115,7	142,6	23,2
Norte/Nordeste	2.517,7	2.559,1	1,6	482	440	(8,7)	1.212,8	1.125,6	(7,2)
Centro-Sul	1.705,9	1.660,5	(2,7)	1.324	1.458	10,1	2.258,4	2.421,0	7,2
Brasil	4.223,6	4.219,6	(0,1)	822	841	2,3	3.471,2	3.546,6	2,2

Fonte: Conab (2007a).

res de feijão (praticamente inalterada em relação à safra passada, com leve recuo de 0,1%) e uma produção de 3,5 milhões de toneladas, superior em 2,2% em relação à safra de referência. Tal revisão foi motivada pela retração dos produtores no período de implementação da 2ª safra do produto, momento em que 4,7% da área deixou de ser cultivada em virtude do baixo preço do produto, cedendo lugar à cultura do milho (Tabela 21). Enquanto a produção brasileira se concentra na 1ª e 2ª safras, 41,3% e 35,5%, respectivamente, a produção nordestina está mais concentrada na 2ª e 3ª safras, 50,3% e 37,6%, respectivamente, justamente as safras nas quais ocorreram as maiores reduções de produtividade.

A região Nordeste sinaliza para um crescimento de 1,9% na área plantada, atingindo 2,4 milhões de hectares plantados com feijão, consolidando-se como maior área plantada com tal cultura: 56,6% da área nacional. Considerando-se a baixa produtividade já referida, sua produção tende a recuar 9,4%, descendo ao patamar de 988,8 mil toneladas, que representa 27,9% da produção nacional. A região Sul, apesar de possuir 19,4% da área plantada, contribui com 33,0% da produção.

O milho tende a expandir sua área cultivada em 4,8%, atingindo 13,6 milhões de hectares. A produção tende a acompanhar o ritmo, crescendo 20,1% ao patamar de 51,1 milhões de toneladas (Tabela 22).

Tabela 22 - Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safras 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	556,6	554,3	(0,4)	2.029	2.209	8,9	1.129,2	1.224,2	8,4
RR	12,2	12,2	-	2.000	2.000	-	24,4	24,4	-
RO	142,3	124,1	(12,8)	2.011	2.131	6,0	286,2	264,5	(7,6)
AC	36,6	36,8	0,5	1.459	1.519	4,1	53,4	55,9	4,7
AM	12,9	18,3	41,9	1.798	2.333	29,8	23,2	42,7	84,1
AP	1,5	2,1	40,0	800	857	7,1	1,2	1,8	50,0
PA	275,7	274,9	(0,3)	2.078	2.065	(0,6)	572,9	567,7	(0,9)
TO	75,4	85,9	13,9	2.227	3.111	39,7	167,9	267,2	59,1
Nordeste	2850,9	2897,2	1,6	1.137	1.214	6,8	3.242,4	3.517,0	8,5
MA	362,7	367,1	1,2	1.170	1.215	3,8	424,4	446,0	5,1
PI	290,1	282,0	(2,8)	804	1.167	45,1	233,2	329,1	41,1
CE	638,8	689,9	8,0	1.159	930	(19,8)	740,4	641,6	(13,3)
RN	84,0	83,6	(0,5)	625	635	1,6	52,5	53,1	1,1
PB	187,6	178,2	(5,0)	900	622	(30,9)	168,8	110,8	(34,4)
PE	283,4	275,5	(2,8)	780	493	(36,8)	221,1	135,8	(38,6)
AL	83,7	86,2	3,0	630	615	(2,4)	52,7	53,0	0,6
SE	142,7	142,7	-	1.330	1.235	(7,1)	189,8	176,2	(7,2)
BA	777,9	792,0	1,8	1.491	1.984	33,1	1.159,5	1.571,4	35,5
Centro-Oeste	2372,5	2930,2	23,5	4.043	4.070	0,7	9.592,2	11.926,4	24,3
MT	1046,8	1344,9	28,5	3.848	3.681	(4,3)	4.028,3	4.950,3	22,9
MS	623,4	730,3	17,1	3.595	3.625	0,8	2.241,0	2.647,6	18,1
GO	662,8	811,9	22,5	4.660	4.968	6,6	3.088,8	4.033,9	30,6
DF	39,5	43,1	9,1	5.927	6.835	15,3	234,1	294,6	25,8
Sudeste	2472,0	2414,8	(2,3)	3.904	4.340	11,2	9.651,9	10.479,4	8,6
MG	1371,7	1407,9	2,6	3.850	4.488	16,6	5.280,8	6.318,2	19,6
ES	39,8	38,6	(3,0)	2.101	2.251	7,1	83,6	86,9	3,9
RJ	11,1	10,7	(3,6)	2.396	2.271	(5,2)	26,6	24,3	(8,6)
SP	1049,4	957,6	(8,7)	4.060	4.229	4,2	4.260,9	4.050,0	(4,9)
Sul	4711,9	4.786,4	1,6	4.011	4.997	24,6	18.899,2	23.917,0	26,6
PR	2491,1	2.694,4	8,2	4.485	5.295	18,1	11.173,0	14.267,5	27,7
SC	784,8	706,3	(10,0)	4.050	5.520	36,3	3.178,4	3.898,8	22,7
RS	1436,0	1385,7	(3,5)	3.167	4.150	31,0	4.547,8	5.750,7	26,5
Norte/Nordeste	3407,5	3451,5	1,3	1.283	1.374	7,1	4.371,6	4.741,2	8,5
Centro-Sul	9556,4	10131,4	6,0	3.991	4.572	14,6	38.143,3	46.322,8	21,4
Brasil	12963,9	13582,9	4,8	3.279	3.759	14,6	42.514,9	51.064,0	20,1

Fonte: Conab (2007a).

Esse fato é explicado pela melhoria nos preços internacionais, motivado pela decisão do governo norte-americano de aumentar a produção de álcool combustível a partir do milho, bem como aumento na produtividade do setor, impulsionada pelas boas condições climáticas durante todo o ciclo de cultura da 1ª safra. A estiagem ocorrida nos meses de março e abril, período de plantio da 2ª safra, não chegou a comprometer o desempenho do setor. A área plantada com milho no Nordeste tende a atingir 3,0 milhões de hectares (1,6% maior que a safra 2005/2006) e a sua produção 3,5 milhões de toneladas (8,5% superior), concentrada na 1ª safra: 2,5 milhões de toneladas ou 86,6%.

A área cultivada com soja no Brasil deverá recuar 7,1% em relação à safra anterior, atingindo 20,6 milhões de hectares, devido aos baixos preços do produto na época da implantação da cultura, o que contribuiu para que os produtores abandonassem áreas menos produtivas. Esse fato, aliado às boas condições climáticas, elevou a pro-

ductividade média do país, conduzindo à produção de 57,6 milhões de toneladas, ou 7,7% superior à safra 2005/2006 (Tabela 23).

A área destinada ao plantio da soja no Nordeste deve-se reduzir em 2,0%, puxada pelo declínio da Bahia (-2,5%), maior produtor regional, e o Piauí (-4,1%). A produção, porém, tende a crescer 8,8%, atingindo 3,9 milhões de toneladas, impulsionada pelo aumento da produção baiana (16,0%), que representa 59,6% da produção regional.

Ratificando a expectativa expressa na edição 11 desta Revista, que previa uma redução na área plantada com café entre 26,9% e 23,9%, o Segundo Levantamento da Safra de Café 2007/2008 (CONAB, 2007b) aponta para uma produção de 32,1 milhões de sacas de café (24,6% inferior à safra 2006/2007), dos quais 69,5% são de café arábica e 30,5% de café robusta (Tabela 24). A bianualidade negativa é a principal causa de tal redução, associada à estiagem ocorrida entre

Tabela 23 - Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safras 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)	Safra 05/06	Safra 06/07	Var. (%)
Norte	517,5	420,7	(18,7)	2480,0	2781,0	12,1	1283,2	1170,0	(8,8)
RR	20,0	20,0	-	2800,0	2800,0	-	56,0	56,0	-
RO	106,4	91,2	(14,3)	2660,0	3070,0	15,4	283,0	280,0	(1,1)
AM	1,9	-	-	3000,0	-	(100,0)	5,7	-	100,0
PA	79,7	47,0	(41,0)	2987,0	2990,0	0,1	238,1	140,5	(41,0)
TO	309,5	262,5	(15,2)	2263,0	2642,0	16,7	700,4	693,5	(1,0)
Nordeste	1487,1	1457,7	(2,0)	2395,0	2658,0	11,0	3560,9	3874,1	8,8
MA	382,5	384,4	0,5	2680,0	2680,0	-	1025,1	1030,2	0,5
PI	232,0	222,5	(4,1)	2347,0	2400,0	2,3	544,5	534,0	(1,9)
BA	872,6	850,8	(2,5)	2282,0	2715,0	19,0	1991,3	2309,9	16,0
Centro-Oeste	10353,6	9105,0	(12,1)	2588,0	2903,0	12,2	26795,5	26428,5	(1,4)
MT	5891,5	5125,6	(13,0)	2695,0	2980,0	10,6	15877,6	15274,3	(3,8)
MS	1919,1	1736,8	(9,5)	2280,0	2810,0	23,2	4375,5	4880,4	11,5
GO	2489,0	2190,3	(12,0)	2570,0	2790,0	8,6	6396,7	6110,9	(4,5)
DF	54,0	52,3	(3,1)	2699,0	3115,0	15,4	145,7	162,9	11,8
Sudeste	1715,5	1455,7	(15,1)	2359,0	2784,0	18,0	4051,8	4052,5	-
MG	1060,9	930,4	(12,3)	2340,0	2820,0	20,5	2482,5	2623,7	5,7
SP	656,6	525,3	(20,0)	2390,0	2720,0	13,8	1569,3	1428,8	(9,0)
Sul	8153,6	8202,6	0,6	2714,0	2685,0	(1,1)	17722,5	22025,6	24,3
PR	3928,5	3932,4	0,1	2390,0	3000,0	25,5	9389,1	11797,2	25,6
SC	339,5	376,8	11,0	2400,0	2760,0	15,0	814,8	1040,0	27,6
RS	3855,6	3893,4	1,0	1935,0	2360,0	22,0	7518,6	9188,4	22,2
Norte/Nordeste	2004,6	1878,4	(6,3)	2416,0	2685,0	11,1	4844,1	5044,1	4,1
Centro-Sul	20224,7	18763,3	(7,2)	2402,0	2798,0	16,5	48569,8	52506,6	8,1
Brasil	22229,3	20641,7	(7,1)	2403,0	2788,0	16,0	53413,9	57550,7	7,7

Fonte: Conab (2007a).

**Tabela 24 - Brasil e Estados. Café Beneficiado. Comparativo de Área e Produção.
Safras 2006/2007 e 2007/2008**

UF/REGIÃO	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 06/07			Safr 07/08			Var. (%)
	Safr 06/07	Safr 07/08	Var. (%)	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.011.865	1.005.988	-0,6%	21.957	30	21.987	14.341	31	14.372	-34,6%
- Sul e Centro-Oeste	507.093	498.697	-1,7%	12.043	-	12.043	6.443	-	6.443	-46,5%
- Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	154.999	150.277	-3,0%	4.313	-	4.313	3.007	-	3.007	-30,3%
- Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	349.773	357.014	2,1%	5.601	30	5.631	4.891	31	4.922	-12,6%
Espírito Santo	473.256	460.597	-2,7%	2.128	6.881	9.009	1.600	7.062	8.662	-3,9%
São Paulo	212.100	218.230	2,9%	4.470	-	4.470	2.580	-	2.580	-42,3%
Paraná	100.330	99.400	-0,9%	2.248	-	2.248	1.855	-	1.855	-17,5%
Bahia	97.794	94.990	-2,9%	1.725	526	2.251	1.516	512	2.028	-9,9%
- Oeste	11.491	11.018	-4,1%	449	-	449	407	-	407	-9,3%
- Planalto	71.027	69.254	-2,5%	1.277	-	1.277	1.109	-	1.109	-13,1%
- Atlântico	15.276	14.718	-3,7%	-	526	526	-	512	512	-2,7%
Rondônia	162.627	159.511	-1,9%	-	1.263	1.263	-	1.443	1.443	14,3%
Mato Grosso	32.230	16.222	-49,7%	25	225	250	15	165	180	-28,0%
Pará	20.915	21.320	1,9%	-	280	280	-	306	306	9,3%
Rio de Janeiro	13.800	13.970	1,2%	255	9	264	212	9	221	-16,3%
Outros	27.480	27.480	0,0%	207	283	490	169	249	418	-14,7%
Brasil	2.250.191	2.212.698	-1,7%	33.015	9.497	42.512	22.288	9.777	32.065	-24,6%

Fonte: Conab (2007b). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

março e setembro de 2006, que afetou a floração das lavouras, e ao excesso de chuvas nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, propiciando aparecimento de pragas e doenças.

Maior produtor de café do Nordeste, o Estado da Bahia deverá produzir 2,0 milhões de sacas de café beneficiado (74,8% do tipo arábica e 25,2% do tipo robusta), com uma produtividade superior à média nacional: 21,35 sacas/ha. Essa

produção é 9,9% inferior à safra 2006/2007. Além dos problemas nacionais que também se apresentaram na Bahia, contribuem a prática da receita, baixo uso de insumos e a substituição do café pelo eucalipto.

Com a difusão do biocombustível, destaca-se o crescimento de 38,0% da área plantada com mamona no país, reflexo do incremento de 57,0% passando para 169,7 mil hectares da área desti-

Tabela 25 - Brasil, Regiões e Estados da Federação. Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção - Safras 2005/2006 e 2006/2007

REGIÃO/UF	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safr 05/06	Safr 06/07	Var. (%)	Safr 05/06	Safr 06/07	Var. (%)	Safr 05/06	Safr 06/07	Var. (%)
Nordeste	142,2	199,1	40,0	673	707	5,1	95,7	140,8	47,1
PI	15,8	12,1	(23,4)	443	694	56,7	7,0	8,4	20,0
CE	10,1	9,2	(8,9)	822	870	5,8	8,3	8,0	(3,6)
RN	0,8	0,7	(12,5)	875	1.000	-	0,7	0,7	0,0
PE	7,4	7,4	0,0	649	662	2,1	4,8	4,9	2,1
BA	108,1	169,7	57,0	693	700	1,0	74,9	118,8	58,6
Sudeste	5,2	4,5	(13,5)	1.442	1.467	1,7	7,5	6,6	(12,0)
MG	3,3	2,6	(21,2)	1.394	1.385	(0,7)	4,6	3,6	(21,7)
SP	1,9	1,9	0,0	1.526	1.579	3,4	2,9	3,0	3,4
Sul	0,5	0,5	0,0	1.400	2.000	42,9	0,7	1,0	42,9
PR	0,5	0,5	0,0	1.400	2.000	42,9	0,7	1,0	42,9
Norte/Nordeste	142,2	199,1	40,0	673	707	5,1	95,7	140,8	47,1
Centro-Sul	5,7	5,0	(12,3)	1.439	1.520	5,7	8,2	7,6	(7,3)
Brasil	147,9	204,1	38,0	703	727	3,5	103,9	148,4	42,8

Fonte: Conab (2007a).

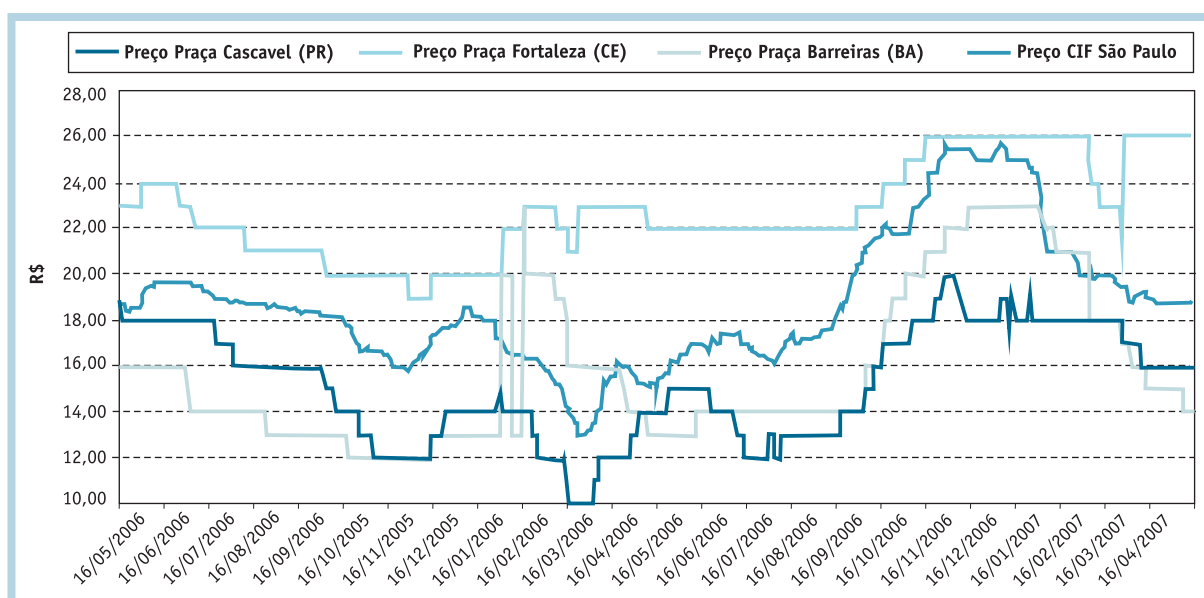


Gráfico 12 - Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg de Milho em Cascavel (PR), Fortaleza (CE), Barreiras (BA) e Campinas (SP), Maio/05 a Maio/07

Fonte: CMA (2007). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

nada ao cultivo desta oleaginosa na Bahia, estado que responde por 83,1% da área plantada nacional. A produção nacional deverá atingir na safra atual 148,4 mil toneladas (42,8% superior à safra 2005/2006), a Bahia participando com 118,8 mil toneladas (58,6% maior que a safra passada), ou 80,1% da produção nacional. A produtividade nordestina, porém, tem um longo caminho a percorrer, a fim de tornar o segmento mais competitivo: enquanto a produtividade nordestina oscila em torno de 700 kg/ha, no Sul do país, esta atinge 2.000 kg/ha (Tabela 25).

A divulgação da estimativa de demanda e oferta de grãos da safra 2007/2008 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) contribuiu para elevar os preços de milho e soja na Bolsa de Chicago (CBOT) (CEPEA, 2007c). O USDA prevê uma demanda de 81 milhões de toneladas de milho para produção de etanol (48,4% maior que a safra passada). Esse volume representa 25,6% da oferta esperada, que é de 316,5 milhões de toneladas (18,3% superior à safra 2006/2007). Com isso, espera-se reduzir o vo-

lume destinado à alimentação animal para 144,8 milhões de toneladas (2,6% inferior) e à exportação para 50,2 milhões de toneladas, contra 55,8 milhões da safra passada.

No mercado interno, os preços apresentaram uma tendência de redução no primeiro quadrimestre do ano de 2007, refletindo a expectativa de aumento da produção para a segunda safra (safrinha), conforme Gráfico 12. Comparados ao mesmo período de 2006, observa-se que os preços praticados nesta safra estão em um patamar superior.

O mercado internacional da soja apresentou forte oscilação no período de abril a maio/07. A expectativa de maior oferta do milho, durante o mês de abril, derrubou o contrato maio/07 na Bolsa de Chicago (CBOT) em 4,3%, variando entre US\$ 15,82 e US\$ 17,13 por arroba (CEPEA, 2007d)¹⁹. A divulgação do relatório da USDA em maio, prevendo uma redução de aproximadamente 11% na área plantada de soja nos EUA, influenciada pelos efeitos do La Niña trazendo clima seco

¹⁹ Valores convertidos de cents/bushel para dólar/arroba. Relação: 1@ = 2,20 bushel.

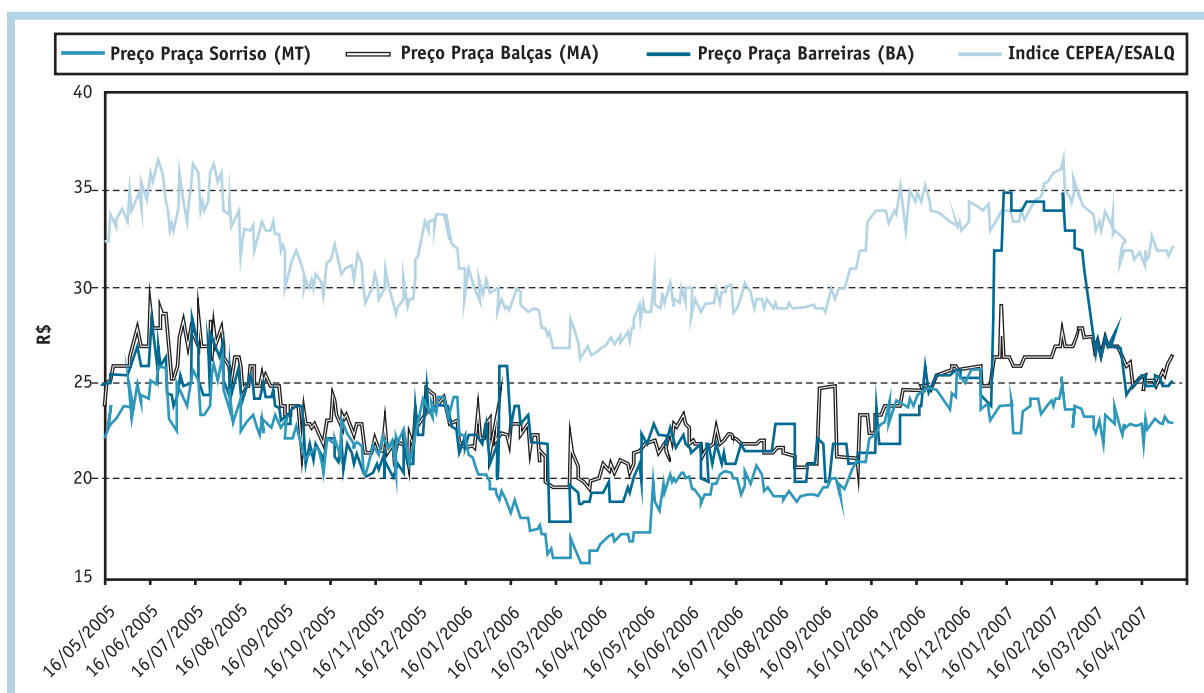


Gráfico 13 - Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg de Soja em Sorriso (MT), Balsas (MA), Barreiras (BA) e Índice CEPEA/ESALQ, Maio/05 a Maio/07

Fonte: CMA (2007). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

e quente para as lavouras norte-americanas, fez com que o preço da commodity reagisse, fechando o pregão do dia 18/05 cotado a US\$ 17,44 por arroba, acumulando alta de 6,0% em relação à semana anterior (CMA, 2007)²⁰.

O mercado brasileiro manteve-se estável. Apesar das altas na CBOT, os produtores nacionais seguraram suas vendas, em virtude da valorização do Real frente ao Dólar, que atingiu a cotação de R\$ 1,954 por dólar no dia 16/05 (CMA, 2007)²¹. Acompanhando a CBOT, o índice CEPEA/ESALQ, que reflete o comportamento dos preços no porto de Paranaguá-PR, registrou queda de 6,3% em abril, com média de R\$ 32,07/sc de 60 kg. O Nordeste também refletiu a queda da cotação, retraindo seus preços em 5,0% em Balsas-MA (R\$ 26,02) e 15,1% em Barreiras-BA (R\$ 25,65), fruto do aumento da oferta baiana. Em maio, esta tendência estabilizou-se: no fechamento da bolsa em 18/05, estava cotado a R\$ 26,60 em Balsas e R\$ R\$ 25,30 em Barreiras (Gráfico 13).

A cotação do algodão brasileiro que ensaiava uma recuperação em abril/07, após forte queda em março, voltou a cair na segunda semana de maio, fechando o dia 18/05 cotado a R\$ 42,33 por arroba em São Paulo (queda de 8,6% em relação ao fechamento de abril). O Nordeste, conforme verificado no Gráfico 14, apresentou, no mesmo dia, os preços de R\$ 41,01 em Barreiras (queda de 3,9%) e R\$ 44,31 em Fortaleza (queda de 3,6%). Essa queda reflete os efeitos negativos da valorização cambial brasileira que eleva o custo dos insumos, retira a atratividade do produto manufaturado no mercado internacional, inibe as exportações de têxteis e favorece as importações, causando excesso de oferta no mercado interno.

Além da valorização da moeda nacional, a primeira quinzena de maio foi marcada pela divulgação do Oitavo Levantamento da Safra de Grãos 2006/2007 (CONAB, 2007a), que prevê um incremento de 36,0% na produção

²⁰ Preços de fechamento da bolsa para o dia 18 de maio de 2007, convertidos de cents/bushel para dólar/arroba.

²¹ Preços de fechamento da bolsa para o dia 16 de maio de 2007.

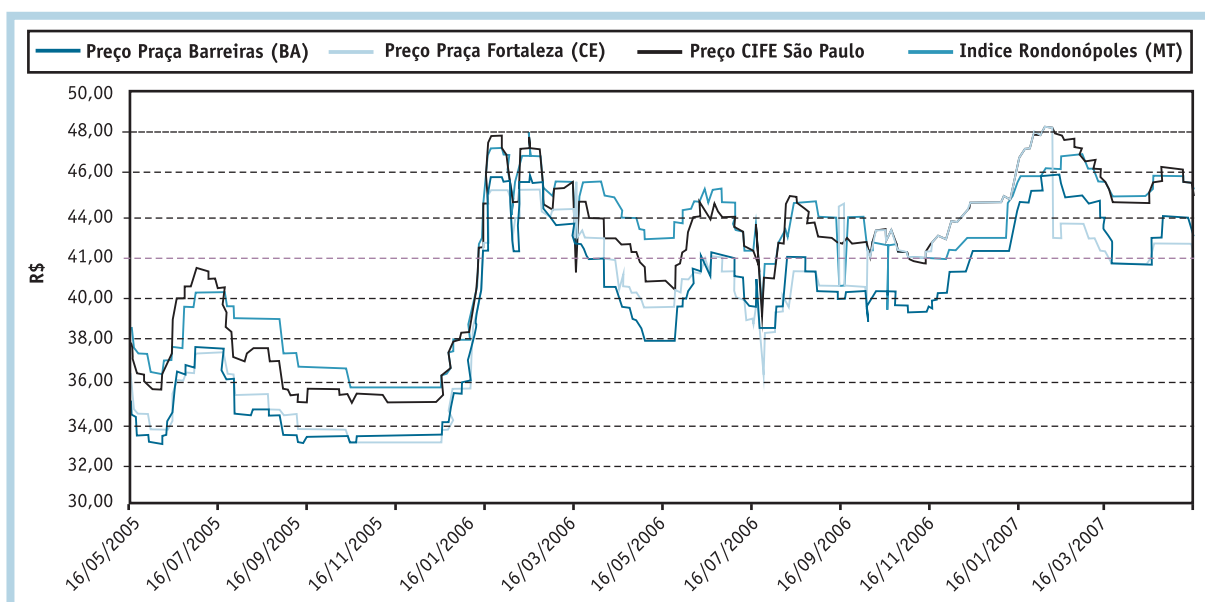


Gráfico 14 - Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), São Paulo (CIF) e Rondonópolis (MT), Maio/05 a Maio/07

Fonte: CMA (2007). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

de algodão. Esse fato fez com que o governo brasileiro interviesse no mercado realizando dois leilões para escoamento da safra e estabilização do preço futuro.

A cotação no mercado internacional do algodão também caiu na bolsa de mercadorias de Nova York (NYBOT). O contrato Maio/07 foi negociado em abril a uma média de US\$ 16,68 por

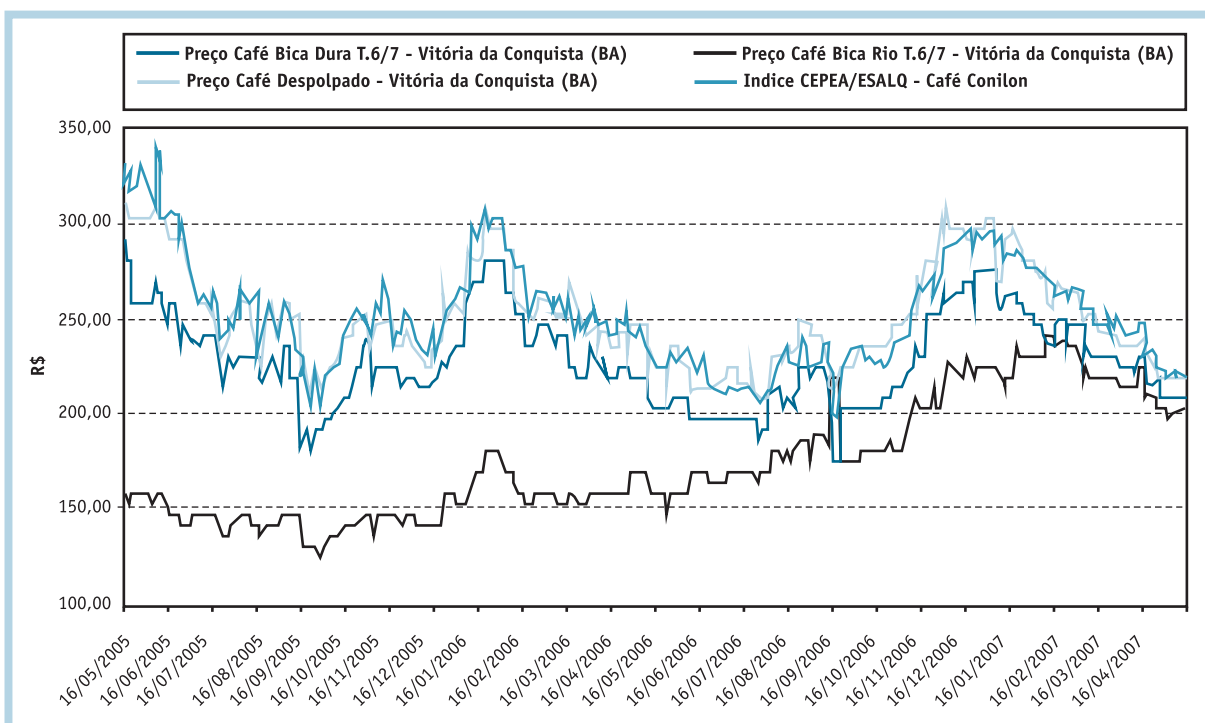


Gráfico 15 - Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para o Café Conilon, Maio/05 a Maio/07

Fonte: CMA (2007). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

arroba, contra US\$ 17,76 por arroba em março, numa queda de 6,1%. A venda dos contratos dos especuladores foi a principal responsável pela queda nos preços na NYBOT.

Numa safra marcada pela bianualidade negativa, a expectativa do consumo interno de café é de 17,4 milhões de sacas, acrescido de uma demanda externa estimada em 29 milhões de sacas, segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) (CEPEA, 2007b). Com a estimativa de produção de 32,1 milhões de sacas, o estoque de passagem atual, que deveria ser de 14,7 milhões de sacas para suprir a demanda total, está em 1,5

milhão de sacas. O índice CEPEA/ESALQ para o café arábica tipo 6, porém, registrou queda de 5,1% na média de abril em relação a março, cotado a R\$ 241,52/sc de 60 kg (CEPEA, 2007b). É um fenômeno totalmente inesperado em se tratando de período de entressafra, mas que segue o comportamento do preço internacional, observado nas bolsas de Nova York (NYBOT) e Londres. O mercado regional acompanhou a tendência apresentada nas principais bolsas. Vitória da Conquista registrou uma média de R\$ 224,78 para o Café Bica Dura tipo 6/7 (queda de 5,1%), R\$ 218,11 para o Bica Rio tipo 6/7 (3,6% inferior) e R\$ 236,17 para o Café Despolpado (5,5% inferior), conforme o Gráfico 15.

3.6.2 - Pecuária

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA destacou no número 45 de seu boletim Indicadores Pecuários (CNA, 2007b) a importância dos subsídios para a pecuária europeia, afirmando que em alguns países do Velho Continente os subsídios chegam perto de 20% do valor total recebido por arroba. Este fato comprova a competitividade internacional da pecuária brasileira pois, enquanto na Europa a rentabilidade do setor está

vinculada à renda gerada pelo subsídio, no Brasil, o produtor não dispõe deste recurso, sendo sua única fonte de receita a venda dos animais.

Apesar da tendência de alta nos custos de produção do boi gordo não ter sido revertida, os produtores tiveram algum alívio no que tange aos preços, que experimentaram uma reação positiva, aumentado em média 1,77% em fevereiro de 2007 em relação a janeiro do mesmo ano, para os

Tabela 26 - Preços do Boi Gordo - Brasil e Estados Selecionados do Nordeste (R\$/arroba)

MESES	Brasil	Bahia	Maranhão
Jan/06	50,08	54,95	nd
Fev/06	49,25	53,72	48,00
Mar/06	48,53	53,28	48,00
Abr/06	48,55	53,26	48,00
Mai/06	48,56	53,04	48,00
Jun/06	48,57	52,75	48,30
Jul/06	48,59	52,23	47,49
Ago/06	50,75	52,04	nd
Set/06	52,55	52,68	nd
Out/06	54,79	53,50	nd
Nov/06	53,66	54,04	nd
Dez/06	52,69	53,98	nd
Média 2006 (Preços Correntes)	50,55	53,29	47,97
Média 2006 (Preços Constantes de Abr/2007)	52,33	55,17	49,66
Jan/07	52,19	53,85	nd
Fev/07	52,20	53,78	nd
Média 2007 (Preços Correntes)	52,20	53,82	nd
Média 2007 (Preços Constantes de Abr/2007)	52,38	54,01	nd
Variação Nominal	3,26	1,00	nd
Variação Real	0,10	-2,10	nd

Fonte: FGV (2007b). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

dez Estados que integram a pesquisa CNA/Cepea (CNA, 2007b).

Conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007b), os preços recebidos pelos pecuaristas para o boi gordo subiram (em termos nominais) 3,26%, comparando-se à média de preços praticados em 2006 em relação aos primeiros dois meses de 2007. Comportamento semelhante, porém em menor proporção, verificou-se para o Estado da Bahia, destaque regional na pecuária de corte (Tabela 26).

A elevação, por parte dos varejistas, dos preços da carne bovina ao consumidor final, tem contido o aumento da demanda e prejudicado não só consumidores, mas também produtores. De acordo com o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Antenor Nogueira, em março de 2007, os pecuaristas paulistas receberam em média R\$ 56,70 por arroba de boi vendida no atacado, enquanto os consumidores chegaram a pagar até R\$ 137,39 pela mesma quantidade de carne no varejo (CNA, 2007a).

3.6.3 - Agronegócio

3.6.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

No início do mês de maio de 2007, a CNA divulgou o número 75 de seu boletim Indicadores Rurais (CNA, 2007c), no qual apresenta o desempenho do agronegócio do país no primeiro mês do corrente ano. O crescimento registrado para o Produto Interno Bruto do agronegócio

foi de apenas 0,06%. Apesar de sua diminuta dimensão, constitui-se um avanço se comparado ao desempenho do mesmo mês do ano anterior, quando houve decréscimo de 0,15% (Gráfico 16).

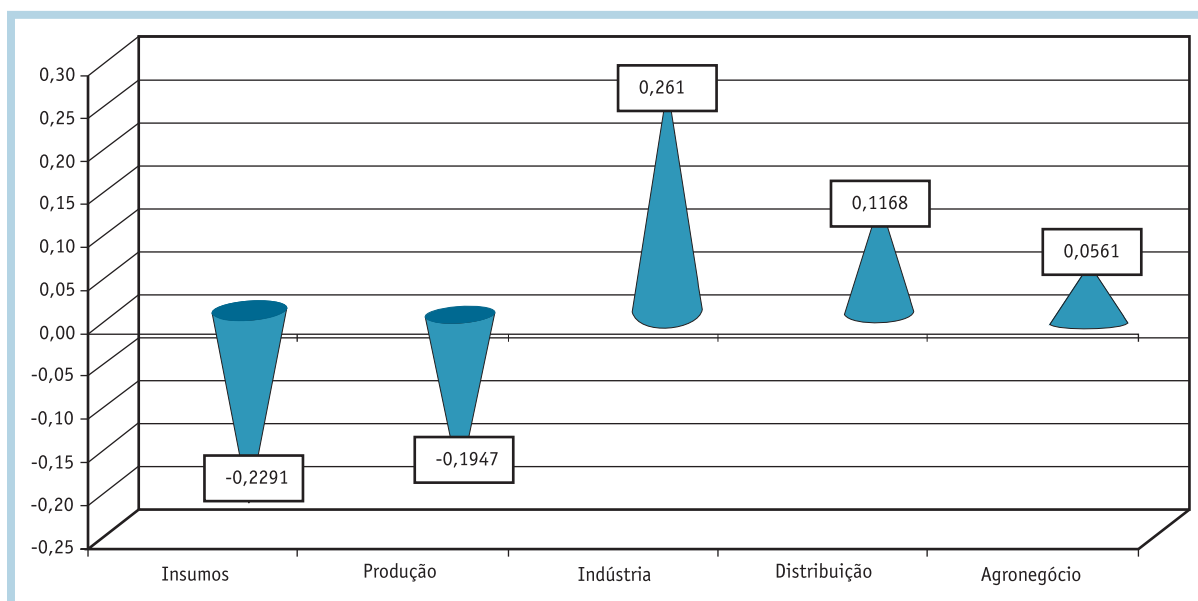


Gráfico 16 - Brasil: PIB do Agronegócio - Variação (%) em Janeiro/2007

Fonte: CNA (2007c).

As duas subdivisões básicas do agronegócio tiveram comportamentos distintos; enquanto o agronegócio da agricultura cresceu 0,24%, e o da pecuária experimentou um recuo de 0,42% em seu PIB (Tabela 27). A expectativa de aumento nos preços dos produtos, tanto da agricultura como da pecuária, apontam para um cenário melhor para o agronegócio brasileiro nos próximos meses do ano.

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da

porteira”), o que pode ser feito colocando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria e distribuição), percebe-se que o PIB da agricultura caiu 0,03% e o da pecuária 0,40%. Ressalte-se que a agricultura caiu menos que no ano anterior e a pecuária aprofundou seu declínio, uma vez que no mesmo mês do ano passado havia caído apenas 0,08% (Tabela 28).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, também considerada como parte inte-

Tabela 27 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2006-2007 (%)

AGROPECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Fevereiro	-0,3520	-0,2326	0,0927	-0,0581	-0,0817
Março	-0,5376	-0,4974	0,1618	-0,0873	-0,1518
Abril	-0,4854	-0,3745	-0,1666	-0,3255	-0,3020
Maio	-0,3484	-0,2402	-0,0650	-0,0908	-0,1450
Junho	-0,2100	-0,2028	-0,0880	-0,1466	-0,1479
Julho	-0,2759	-0,3853	0,3181	0,1597	0,0356
Agosto	-0,2280	-0,0686	0,2355	0,1280	0,0794
Setembro	-0,2120	0,0000	0,7914	0,5661	0,4261
Outubro	0,0817	-0,0235	0,5298	0,4557	0,3284
Novembro	0,3755	0,3024	0,5571	0,4185	0,4328
Dezembro	-0,0680	-0,0702	0,3706	0,1167	0,1375
Janeiro	-0,2291	-0,1947	0,2610	0,1168	0,0561
Acumulado em 2007	-0,2291	-0,1947	0,2610	0,1168	0,0561
AGRICULTURA					
2006/2007	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Fevereiro	-0,5330	-0,2911	0,1608	0,0441	-0,0246
Março	-0,6350	-0,3854	0,2395	0,0866	-0,0059
Abril	-0,4696	-0,1866	-0,0710	-0,1454	-0,1521
Maio	-0,3618	-0,1932	-0,0212	0,0195	-0,0703
Junho	0,0551	0,1488	0,0364	0,1269	0,0886
Julho	-0,0358	0,0216	0,4844	0,5764	0,3817
Agosto	0,0203	0,1932	0,3758	0,4090	0,3213
Setembro	-0,2825	-0,3012	0,9201	0,7132	0,5194
Outubro	0,2204	-0,0114	0,5593	0,5303	0,4146
Novembro	0,9439	0,8391	0,6816	0,7105	0,7428
Dezembro	0,5520	0,4705	0,5740	0,5545	0,5465
Janeiro	-0,1064	-0,0323	0,3675	0,3402	0,2437
Acumulado em 2007	-0,1064	-0,0323	0,3675	0,3402	0,2437
PECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Fevereiro	-0,0827	-0,1595	-0,3077	-0,2926	-0,2168
Março	-0,3934	-0,6371	-0,2968	-0,4872	-0,4979
Abril	-0,5087	-0,6096	-0,7340	-0,7424	-0,6596
Maio	-0,3286	-0,2991	-0,3273	-0,3474	-0,3240
Junho	-0,6014	-0,6452	-0,8338	-0,7855	-0,7160
Julho	-0,6328	-0,9013	-0,6880	-0,8227	-0,8026
Agosto	-0,5993	-0,4036	-0,6234	-0,5439	-0,5136
Setembro	-0,1058	0,3879	-0,0043	0,2108	0,1956
Outubro	-0,1266	-0,0390	0,3455	0,2749	0,1147
Novembro	-0,4814	-0,3764	-0,2209	-0,2916	-0,3381
Dezembro	-1,0160	-0,7702	-0,9121	-0,9588	-0,8909
Janeiro	-0,4197	-0,4076	-0,4210	-0,4404	-0,4224
Acumulado em 2007	-0,4197	-0,4076	-0,4210	-0,4404	-0,4224

Fonte: CNA (2007b).

Nota: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio.

grante do agronegócio, continua seu movimento de expansão. Foi registrado um crescimento de 0,26% no mês de janeiro de 2007, crescimento este puxado pelo aquecimento da indústria processadora vegetal, cujo aumento é proveniente principalmente da expansão verificada na produ-

ção de açúcar – que cresceu 2,98% – e de álcool, que atingiu uma taxa de crescimento de 1,2%. Por outro lado, a indústria de processamento animal continua em sua tendência de queda, com 0,42% de redução no mês em análise.

Tabela 28 - Brasil: PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2006 e 2007 (R\$ bilhões, a preços de dezembro/2005)

Atividades	Anos		Variação	
	2006	2007	(%)	Abs.
Agricultura	84,97	84,94	-0,03	-0,03
Pecuária	64,82	64,56	-0,41	-0,26
Agropecuária	149,80	149,50	-0,20	-0,30
Agronegócio	540,06	539,76	-0,06	-0,30
Outros Segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: CNA (2007c). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

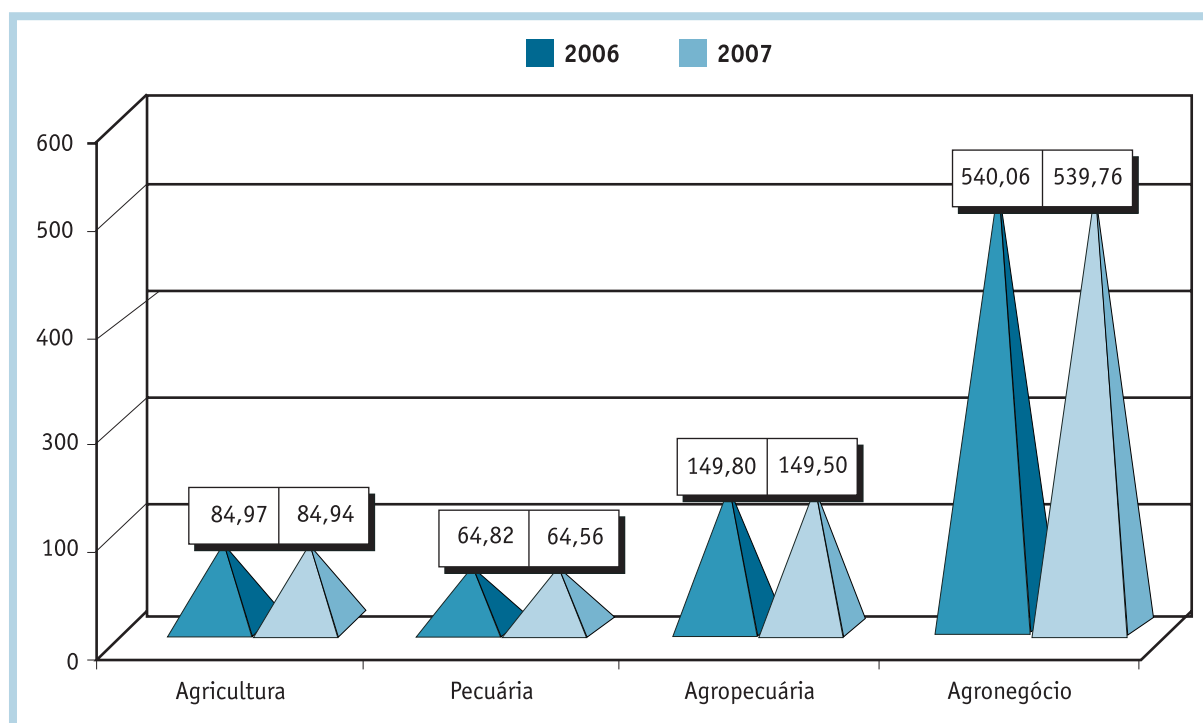


Gráfico 17 - Brasil: PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2005)

Fonte: CNA (2007c). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A trajetória de queda da maior parte dos preços dos produtos do agronegócio foi revertida. No último número deste periódico, BNB Conjuntura Econômica 12, relatou-se a queda dos preços de todos os produtos pecuários e de dezesseis produtos agrícolas, ao se comparar os preços

praticados em 2005 e 2006. Já no primeiro mês de 2007 (Tabela 29), apenas um dos preços da pecuária (ovos) e seis da agricultura (batata, cebola, feijão, fumo, mamona e mandioca) haviam diminuído. O aumento do quantum e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários

permitiu um aumento de 8,7% no Valor Bruto da Produção (VBP), se comparado a 2006, passando de R\$ 173 para R\$ 188 bilhões em 2007.

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram o café (R\$ 1.449 milhões), o trigo (R\$ 803 milhões) e a batata (R\$ 164 milhões). A soja, com um aumento de produção de 8,5% de 2006 para 2007, aliado a um incremento nos preços, aumentou sua receita em 14,6%. Os destaques entre os produtos com crescimento do VBP ficaram com o milho (R\$ 3,89 bilhões) e a soja (R\$ 3,38 bilhões). Entre os produtos pecuários, os maiores aumentos de VBP ficaram com a carne bovina (R\$ 1,70 bilhão) e o frango (R\$ 1,19 bilhão).

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas nos produtos agrícolas trigo (-46,9%),

e cebola (-27,7%). Nenhum dos produtos pecuários registrou recuo em seu VBP, antes se observou taxas de crescimento que variaram de 3,92% (ovos) a 8,67% (leite).

Estima-se que o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Nordeste, em 2007, alcance R\$ 28,9 bilhões, o que representaria um crescimento de 7,3% em relação ao ano de 2006 (R\$ 27,0 bilhões) (Tabela 30). Esse crescimento viria tanto da agricultura (+7,7% em relação a 2006) quanto da pecuária (+6,5% em relação ao período anterior). Com esses desempenhos, o faturamento das atividades agropecuárias nordestinas passaria a representar 14,5% do total estimado para o Brasil (R\$ 199,6 bilhões).

Esse percentual é maior do que o estimado na edição nº 12 desta Revista, em virtude de modi-

Tabela 29 - Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2006 e 2007

PRODUTOS	Produção			Preços Médios Reais (base dezembro/2006, pelo IGD - DI)			Vr. Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões		Variação	
	Unidade	2006	2007	Unidade	2006	2007	2006	2007	%	Abs.
Agrícolas							103.570,8	113.929,2	10,00	10.358,4
Algodão em Carçoço	Mil t	2.723,0	3.663,0	kg	0,97	0,99	2.641,3	3.619,8	37,05	978,5
Amendoim	Mil t	268,0	243,0	kg	0,98	1,10	262,4	267,4	1,91	5,0
Arroz	Mil t	11.579,0	11.203,0	kg	0,47	0,50	5.425,9	5.594,3	3,10	168,4
Banana	Mil cach de 10 dúzias	713,0	717,0	dúzia	0,66	0,69	4.705,8	4.921,8	4,59	216,0
Batata Inglesa	Mil t	3.126,0	3.340,0	kg	0,64	0,55	2.005,9	1.841,6	-8,19	-164,3
Cacau (em amêndoa)	Mil t	204,0	195,0	15 kg	49,29	49,86	670,3	648,2	-3,30	-22,1
Café Beneficiado	Mil sacas de 60kg	41.573,0	31.708,0	60 kg	258,32	292,98	10.739,0	9.289,9	-13,49	-1.449,1
Cana-de-açúcar	Mil t	457.984,0	491.474,0	t	40,45	42,89	18.524,2	21.080,6	13,80	2.556,4
Cebola	Mil t	1.168,0	1.204,0	kg	0,50	0,35	588,9	425,9	-27,68	-163,0
Feijão	Mil t	3.472,0	3.587,0	kg	1,23	1,15	4.271,0	4.142,1	-3,02	-128,9
Fumo	Mil t	908,0	920,0	kg	4,75	4,66	4.316,2	4.287,8	-0,66	-28,4
Laranja	Milhões de caixas	442,5	438,4	cx	10,21	14,34	4.516,8	6.286,2	39,17	1.769,4
Mamona	Mil t	104,0	148,0	kg	0,57	0,54	59,1	80,1	35,53	21,0
Mandioca	Mil t	26.662,0	27.312,0	t	168,28	166,39	4.486,7	4.544,4	1,29	57,7
Milho	Mil t	42.515,0	51.050,0	kg	0,27	0,30	11.510,9	15.401,5	33,80	3.890,6
Sisal	Mil t	247,0	216,0	kg	1,07	1,07	264,9	231,5	-12,61	-33,4
Soja	Mil t	53.414,0	57.960,0	kg	0,43	0,46	23.149,0	26.530,8	14,61	3.381,8
Tomate	Mil t	3.278,0	3.279,0	kg	0,87	0,89	2.867,2	2.933,7	2,32	66,5
Trigo	Mil t	4.873,0	2.233,0	kg	0,35	0,41	1.708,7	906,0	-46,98	-802,7
Uva	Mil t	1.228,0	1.266,0	kg	0,70	0,71	856,6	895,6	4,55	39,0
Pecuários							69.506,4	74.091,9	6,60	4.585,5
Carne Bovina, Eq.Cab.	Mil t	8.950	9.200	15 kg	52,15	53,50	31.117,6	32.813,3	5,45	1.695,7
Frango	Mil t	9.335	9.802	kg	1,75	1,79	16.344,6	17.539,3	7,31	1.194,7
Leite	Milhões de litros	25.062	26.065	litro	0,50	0,52	12.476,8	13.558,1	8,67	1.081,3
Ovos	Mil cx de 30 dúzias	74.894	79.029	dúzia	1,40	1,38	3.488,8	3.625,7	3,92	136,9
Suínos	Mil t	2.870	2.940	15 kg	31,77	33,45	6.078,6	6.555,5	7,85	476,9
Total							173.077,2	188.021,2	8,63	14.944,0

Fonte: CNA (2007c).

ficações introduzidas na base de dados utilizada para o cálculo do VBP da pecuária regional. Anteriormente, vínhamos utilizando como proxy das quantidades produzidas as participações do Nordeste nas pesquisas trimestrais de abate (de bovinos, suínos e aves) e produção de leite e de ovos, do IBGE (2007p). Entretanto, por questões metodológicas, aquela participação regional é bastante inferior à informada pelo mesmo IBGE na Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2007o), conforme se vê nos exemplos a seguir.

Na Pesquisa Trimestral do Leite 2005, o Nordeste participou com 5,8% da produção nacional (IBGE, 2007q), enquanto, de acordo com a PPM do mesmo ano, essa participação foi de 12,1%. Na produção de ovos, a pesquisa trimestral registrou 13,7% para 2005, enquanto na PPM essa participação foi de 16,4%²². A PPM não informa a produção de carnes e sim os efetivos bovino, avícola e suíno; a pesquisa trimestral de abate também não informa o peso dos animais e sim a quantidade de cabeças. Ainda assim, as participações do Nordeste, segundo a PPM, são consideravelmente maiores que segundo a pesquisa trimestral, a saber: 13,02% frente a 8,52% para bovinos; 10,44% contra apenas 1,26%, para aves; e 20,81% frente a 1,76% para suínos. Por isso, foram modificadas as proxy das quantidades, conforme explicado no rodapé da Tabela 30 – passou-se a utilizar a PAM e dados da Fundação FNP – o que levou ao aumento referido. A comparação entre os valores de 2006 e 2007 constantes daquela tabela, entretanto, não foi afetada.

O faturamento de treze lavouras temporárias e onze permanentes, assim como o de todos os produtos pecuários deverá aumentar. Nas lavouras temporárias, os destaques positivos, em termos relativos, são a batata-inglesa, o sorgo granífero e o algodão herbáceo, todos com variação do VBP acima de 20%. Em termos absolutos destacam-se

o milho, a cana-de-açúcar, o feijão e o algodão herbáceo, que juntos respondem por 88,4% do aumento do faturamento daquelas lavouras. O crescimento de 9,2% do VBP das lavouras temporárias deve-se principalmente ao aumento das quantidades produzidas (média de 10,8%), uma vez que os preços se reduziram em média 6,1%.

Nas lavouras permanentes, os destaques relativos positivos são o guaraná (+48,7%), o coco-da-baía (+44,7%) e a tangerina (+35,3%); em termos absolutos, destacam-se o coco-da-baía, a banana e o café que, juntos, terão um aumento de VBP de R\$ 488,2 milhões, maior que o resultado final do conjunto das lavouras permanentes. Parte desse resultado é anulada pela queda de VBP de seis lavouras. Conquanto tenha havido aumento médio tanto das quantidades (1,6%) quanto dos preços (2,3%), o resultado final foi significativamente impactado pelo comportamento dos faturamentos do cacau (redução de 5,3% na quantidade produzida e de 12,3% nos preços entre 2006 e 2007) e da uva (leve aumento na produção – 0,86% – mas forte redução dos preços – 19,3%), produtos de peso significativo no VBP das lavouras permanentes.

Todos os produtos pecuários apresentaram aumento nas quantidades entre 2006 e 2007 e apenas o preço dos ovos reduziu-se no período. Em termos relativos, o maior aumento no faturamento é o do leite: 8,7%; mas, em termos absolutos, a maior contribuição é dada pela produção de carne bovina: 41,1% do aumento do VBP da pecuária.

Os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, conjuntamente, respondem por 66% do faturamento agropecuário regional, alcançando R\$ 19,2 bilhões (Tabela 31). A Bahia apresenta, isoladamente, a maior participação (42,6%) no VPB ou em qualquer um dos seus segmentos (lavouras ou pecuária), seguida por Pernambuco e Ceará, nessa ordem.

²² As comparações estão sendo feitas com o ano de 2005 pelo fato de referir-se a esse ano a última PPM divulgada pelo IBGE.

Tabela 30 - Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2006 e 2007

Continua

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (abril/2007)		VBP (milhões de reais)	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
LAVOURA TEMPORÁRIA (A)							
Brasil						84.097,4	96.861,6
Nordeste						12.277,8	13.406,6
Abacaxi	Mil frutos	700.000	737.745	0,51	0,52	353,7	385,3
Algodão Herbáceo (em caroço)	Tonelada	887.338	1.154.747	1,17	1,08	1.040,2	1.251,6
Alho	Tonelada	7.468	7.725	1,82	1,82	13,6	14,1
Amendoim (em casca)	Tonelada	11.119	11.699	1,03	0,95	11,5	11,1
Arroz (em casca)	Tonelada	1.109.130	1.217.133	0,65	0,60	725,4	726,0
Batata - Doce	Tonelada	190.384	190.384	0,39	0,39	73,6	73,6
Batata - Inglesa	Tonelada	169.596	248.940	1,00	0,82	169,0	204,5
Cana-de-açúcar	Tonelada	64.417.583	66.197.750	0,04	0,04	2.318,9	2.587,7
Cebola	Tonelada	251.966	243.598	1,08	0,86	273,0	208,5
Fava (em grão)	Tonelada	12.345	12.345	1,36	1,36	16,8	16,8
Feijão (em grão)	Tonelada	1.027.464	1.195.607	1,45	1,46	1.492,8	1.740,4
Fumo (em folha)	Tonelada	33.310	30.649	2,91	1,54	97,0	47,1
Mamona (baga)	Tonelada	85.817	133.263	0,83	0,64	71,4	85,0
Mandioca	Tonelada	9.676.228	10.336.000	0,18	0,18	1.699,4	1.810,2
Melancia	Tonelada	455.225	455.225	0,27	0,27	123,0	123,0
Melão	Tonelada	332.879	332.879	0,69	0,69	230,3	230,3
Milho (em grão)	Tonelada	3.159.586	3.894.339	0,43	0,42	1.367,0	1.636,5
Soja (em grão)	Tonelada	3.466.628	4.055.528	0,45	0,42	1.573,7	1.719,2
Sorgo Granífero (em grão)	Tonelada	127.510	153.453	0,28	0,28	36,0	43,4
Tomate	Tonelada	517.784	494.471	1,14	0,99	590,9	491,4
Trigo (em grão)	Tonelada	1.915	1.915	0,35	0,41	0,7	0,8
LAVOURA PERMANENTE (B)							
Brasil						26.041,8	27.883,0
Nordeste						6.471,8	6.790,4
Abacate	Tonelada	11.571	11.571	0,84	0,90	9,7	10,4
Algodão Arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	685	1,11	1,11	0,7	0,8
Banana	Tonelada	2.833.638	2.726.085	0,42	0,48	1.196,9	1.321,3
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.916	30.916	1,62	1,62	50,0	50,0
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	135.925	128.711	3,79	3,32	514,5	427,4
Café (beneficiado)	Tonelada	181.164	184.224	4,35	4,93	787,9	908,7
Caqui	Tonelada	60	60	2,40	2,40	0,1	0,1
Castanha-de-caju	Tonelada	236.140	265.888	1,12	1,12	263,5	296,7
Côco-da-baía	Mil frutos	1.295.982	1.328.486	0,42	0,59	543,5	786,5
Dendê (côco)	Tonelada	155.651	155.651	0,17	0,17	26,6	26,6
Goiaba	Tonelada	156.886	156.886	0,47	0,47	74,0	74,0
Guaraná (semente)	Tonelada	1.405	2.089	1,28	1,28	1,8	2,7
Laranja	Tonelada	1.786.009	1.659.593	0,31	0,37	547,0	617,9
Limão	Tonelada	66.191	66.191	0,84	0,99	55,6	65,3
Mamão	Tonelada	879.288	879.288	0,76	0,68	665,6	594,5
Manga	Tonelada	702.925	702.925	0,73	0,74	512,0	517,2
Maracujá	Tonelada	244.343	244.343	1,04	1,02	254,8	249,3
Marmelo	Tonelada	70	70	3,51	3,51	0,2	0,2
Palmito	Tonelada	3.911	3.911	1,66	1,66	6,5	6,5
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.988	3.768	4,99	5,09	19,9	19,2
Sisal ou Agave (fibra)	Tonelada	247.558	215.612	0,96	1,06	238,5	227,5
Tangerina	Tonelada	44.338	44.338	0,64	0,87	28,5	38,5
Urucum (semente)	Tonelada	3.071	3.071	1,57	1,57	4,8	4,8
Uva	Tonelada	245.521	247.624	2,73	2,20	669,1	544,4

Tabela 30 - Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2006 e 2007

Conclusão

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (abril/2007)		VBP (milhões de reais)	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
AGRICULTURA (C)							
Brasil						110.139,3	124.744,6
Nordeste						18.749,7	20.197,0
PECUÁRIA (D)							
Brasil						70.213,6	74.845,8
Nordeste						8.216,3	8.747,9
Carne Bovina	Tonelada	1.142.915	1.174.840	3,51	3,60	4.014,2	4.232,9
Frango	Tonelada	702.926	738.091	1,77	1,81	1.243,3	1.334,1
Leite	Milhões de litros	3.025	3.146	0,50	0,53	1.521,3	1.653,1
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	12.283	12.961	1,41	1,39	578,0	600,7
Suínos	Tonelada	401.800	411.600	2,14	2,25	859,7	927,1
AGROPECUÁRIA							
Brasil						180.352,9	199.590,4
Nordeste						26.966,0	28.944,9
RELAÇÕES NORDESTE/BRASIL							
LAVOURA TEMPORÁRIA (A)						14,60	13,84
LAVOURA PERMANENTE (B)						24,85	24,35
AGRICULTURA (C = A + B)						17,02	16,19
PECUÁRIA (D)						11,70	11,69
AGROPECUÁRIA (C + D)						14,95	14,50

Fontes: CNA (2007c); IBGE (2007c; 2007r, 2007o); FNP (2006). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (04/2007) e de CNA (2007c). Para os produtos não contemplados no LSPA utilizou-se a PAM-2005.

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2007c), SIGMAN (2007) e PAM (2005), corrigidos para abr/2007.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional em 2005, cfe. a PAM-2005.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

Tabela 31 - Nordeste - Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2007

milhões de reais

Estados	Lavouras			%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
	Temporárias	%	Permanentes							
BA	5.255,5	39,20	4.062,5	59,83	9.318,0	46,14	3.018,5	34,50	12.336,5	42,62
CE	1.281,4	9,56	656,1	9,66	1.937,5	9,59	1.137,2	13,00	3.074,6	10,62
PE	1.432,0	10,68	854,3	12,58	2.286,3	11,32	1.471,8	16,82	3.758,2	12,98
BA + CE + PE	7.968,9	59,44	5.573,0	82,07	13.541,8	67,05	5.627,4	64,33	19.169,3	66,23
Demais	5.437,7	40,56	1.217,4	17,93	6.655,2	32,95	3.120,5	35,67	9.775,6	33,77
Nordeste	13.406,6	100,00	6.790,4	100,00	20.197,0	100,00	8.747,9	100,00	28.944,9	100,00

Fontes: CNA (2007c); IBGE (2007); FNP (2006). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: No cálculo do VPB dos estados foram considerados, para os produtos, os mesmos preços do Nordeste e não os preços estaduais.

3.6.3.2- Balança comercial do agronegócio

O saldo da balança comercial do agronegócio nordestino, de janeiro a março de 2007, alcançou US\$ 905,4 milhões, determinado por exportações de US\$ 1.212,2 milhões e importações de US\$ 306,7 milhões (Tabela 32). Com esses resultados, reduziu-se levemente a participação nordestina no saldo do agronegócio nacional, entre os mesmos períodos de 2006 e 2007 (de 10,0% para 9,3%), principalmente porque as importações do agronegócio regional cresceram significativamente mais (53,8%) do que as do agronegócio nacional (33,8%).

Os produtos do agronegócio continuam dando uma contribuição positiva para o resultado

final da balança comercial brasileira: enquanto os saldos das balanças comerciais totais do Brasil e do Nordeste registraram quedas (6,2% para o Brasil e 23,4% para o Nordeste), os saldos das balanças comerciais dos agronegócios cresceram: 18,0% para o Brasil e 9,6% para o Nordeste. No primeiro trimestre de 2007, as exportações dos agronegócios do Brasil e do Nordeste cresceram mais do que as exportações totais respectivas, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior. De igual modo, as importações de ambos os agronegócios cresceram mais do que as importações totais.

Tabela 32 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2006 e 2007
Dados de janeiro a março de cada ano (US\$ mil)

Região/Estado	2006			2007		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (A)	29.387.321	20.109.521	9.277.800	33.919.237	25.218.650	8.700.587
Brasil – Agronegócio (B)	9.795.180	1.504.559	8.290.621	11.795.128	2.012.566	9.782.562
Nordeste – Total (C)	2.694.150	1.918.125	776.025,2	3.072.303	2.478.116	594.187
Nordeste – Agronegócio (D)	1.025.582	199.465	826.117	1.212.185	306.763	905.422
Alagoas	262.327	6.613	255.714	299.499	7.415	292.085
Bahia	371.588	62.390	309.198	433.723	98.210	335.513
Ceará	164.979	36.983	127.996	175.452	72.886	102.566
Maranhão	8.575	2.772	5.803	20.203	5.735	14.468
Paraíba	25.451	9.565	15.886	39.622	24.700	14.923
Pernambuco	101.238	70.911	30.326	126.783	78.054	48.729
Piauí	7.585	160	7.425	11.112	1.748	9.364
Rio Grande do Norte	75.762	4.185	71.578	81.956	10.921	71.034
Sergipe	8.078	5.887	2.191	23.835	7.095	16.741
VARIAÇÕES 2007/2006						
Brasil – Total	15,4	25,4	-6,2			
Brasil – Agroneg.	20,4	33,8	18,0			
Nordeste – Total	14,0	29,2	-23,4			
Nordeste – Agroneg.	18,2	53,8	9,6			
Alagoas	14,2	12,1	14,2			
Bahia	16,7	57,4	8,5			
Ceará	6,3	97,1	-19,9			
Maranhão	135,6	106,9	149,3			
Paraíba	55,7	158,2	-6,1			
Pernambuco	25,2	10,1	60,7			
Piauí	46,5	989,4	26,1			
Rio Grande do Norte	8,2	161,0	-0,8			
Sergipe	195,1	20,5	664,0			
RELAÇÕES						
B/A	33,3	7,5	89,4	34,8	8,0	112,4
D/C	38,1	10,4	106,5	39,5	12,4	152,4
D/B	10,5	13,3	10,0	10,3	15,2	9,3

Fonte: Brasil (2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

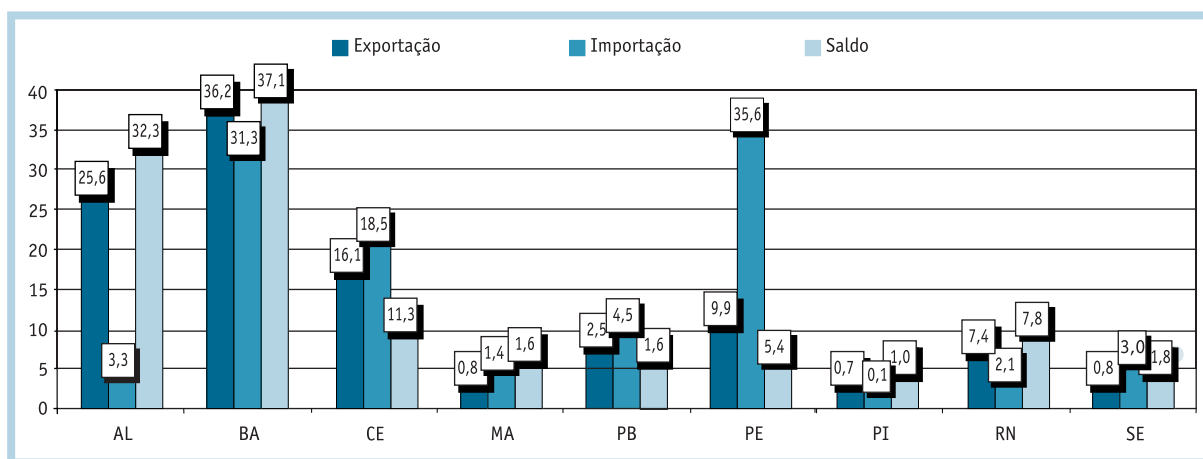


Gráfico 18 - Nordeste. Participação dos Estados nas Exportações, Importações e no Saldo da Balança Comercial do Agronegócio - Janeiro a Março/2007

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais. Brasil (2007a).

O saldo comercial do agronegócio de seis dos nove estados nordestinos apresentou crescimento, com destaque para a evolução do saldo de Sergipe (+664,0%) e do Maranhão (+149,3%), que também foram os estados cujas exportações mais cresceram no período (195,% e 135,6%, respectivamente). Em Sergipe, o destaque nas exportações foram os “Demais produtos de Origem Vegetal” e os “Sucos de Fruta”; conjuntamente, esses “setores”²³ representaram 95% do valor exportado pelo agronegócio do Estado e cresceram 293% em relação ao primeiro trimestre de 2006. No Maranhão, as exportações do “Complexo Soja”, que representaram 72,7% do total exportado pelo agronegócio maranhense, cresceram 322,5%.

Já o Piauí foi o estado que apresentou maior aumento nas importações do agronegócio (989,4%), devido totalmente às importações do “setor” “Couro, Produtos de Couro e Peleteria”, mas também chamam a atenção os números do Rio Grande do Norte (+161,0), Paraíba (+158,2%) e Maranhão (+106,9%), nos quais se destacaram, em termos relativos, os “setores” “Demais Produtos de Origem Vegetal”, “Produtos Alimentícios Diversos” e “Produtos Florestais”, respectivamente.

Esses desempenhos não alteraram significativamente a ordem de importância dos principais estados nos três indicadores: exportações, importações e saldo. Bahia, Ceará e Alagoas se destacam pela participação nas exportações e no saldo, e Pernambuco, Bahia e Ceará, nas importações (Gráfico 18).

²³ São 25 os setores utilizados pelo Ministério da Agricultura na base de dados Agroestat: Animais vivos; Bebidas; Cacau e seus produtos; Café; Carnes; Cereais, farinhas e preparações; Chá mate e especiarias; Complexo soja; Complexo sucroalcooleiro; Couros, produtos de couro e peleteria; Demais produtos de origem animal; Demais produtos de origem vegetal; Fibras e produtos têxteis; Frutas inclusive nozes e castanhas; Fumo e seus produtos; Látex; Pescados; Plantas vivas e produtos de floricultura; Produtos apícolas; Produtos alimentícios diversos; Produtos florestais; Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; Produtos oleaginosos exclusive soja; Rações para animais; Sucos de fruta.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

4.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (2007m), estimou em 10,1% a taxa de desocupação²⁴ referente a março de 2007, no agregado das regiões metropolitanas pesquisadas²⁵, o que representou estabilidade na comparação com fevereiro último e uma elevação de 0,8 ponto percentual em relação a janeiro. Na comparação com março de 2006, não houve variação estatisticamente significativa na taxa de desocupação (Gráfico 19).

Vale destacar, no entanto, que a taxa de desocupação de março de 2007 foi a menor na comparação com este mesmo mês nos últimos seis anos; fato que também havia sido verificado para a taxa de fevereiro e para a de janeiro de 2007. Assim, os três primeiros meses de 2007 têm mostrado um cenário mais favorável para o mercado de trabalho, na comparação com os anos referidos.

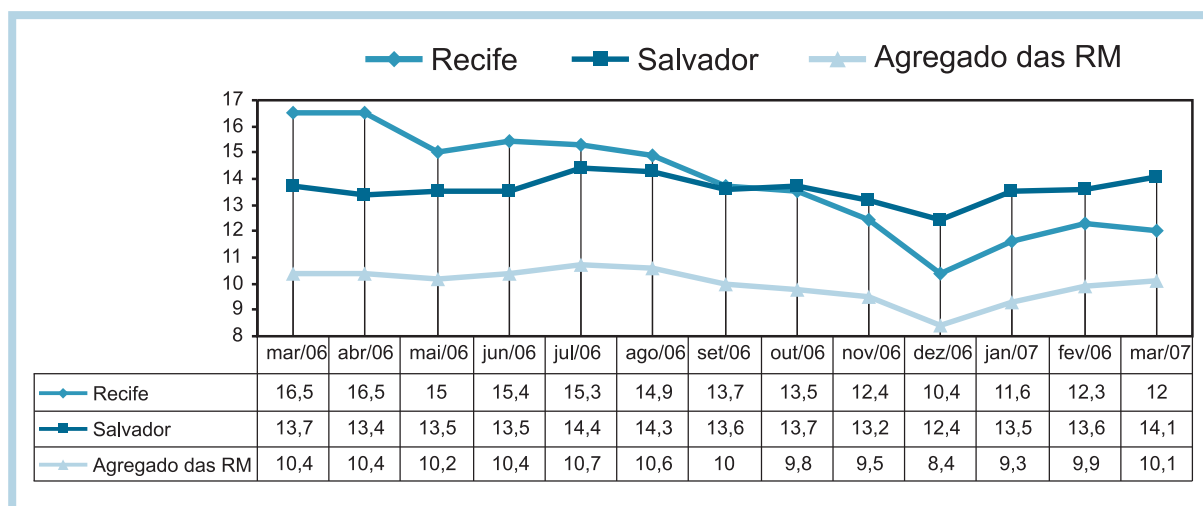


Gráfico 19 - Taxa de Desocupação (%) para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Jan./06 - Jan./07)

²⁴ Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa. Foram classificadas, pelo IBGE, como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando e permaneciam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tinham tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa. A população economicamente ativa (PEA) compreende as pessoas ocupadas, com trabalho remunerado ou não, e as desocupadas que procuravam trabalho na semana de referência. A PEA é o contingente de pessoas na força de trabalho. Vale destacar que os valores apresentados para cada uma das categorias acima indicadas levam em conta pessoas com 10 anos ou mais de idade, que são consideradas pelo IBGE pessoas em idade ativa, ou PIA.

²⁵ Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Com relação às regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, os comportamentos das taxas de desocupação foram inversos. Em Recife, com taxa de 12,0% em março de 2007, houve estabilidade na comparação mensal, e uma queda da taxa na comparação anual. Em relação a Salvador, com taxa de 14,1% em março de 2007, houve elevação na comparação mensal, e também na comparação com março de 2006.

O número de pessoas desocupadas, no conjunto das Regiões Metropolitanas, segundo os dados da PME, foi estimado em 2,3 milhões, em março de 2007. Isso significou estabilidade, tal como a taxa de desocupação, em relação ao mês anterior e também na comparação com março de 2006 (Gráfico 20). O Gráfico 20 mostra também os efeitos sazonais que reduzem o contingente de desocupados nos períodos de final e início de ano.

Vale destacar, no entanto, que, observando-se a série histórica para os meses de março nos últimos seis anos, o número de desocupados vem aumentando ano a ano. O fato de a taxa de desocupação ser a menor dos últimos seis anos, como observado acima, é devido ao crescimento rela-

tivamente menor da população desocupada em relação ao crescimento da População Economicamente Ativa – PEA, que contabiliza as pessoas ocupadas e as desocupadas compondo a força de trabalho. A PEA tem crescido 2,8% ao ano, em média, nos últimos seis anos (período de março de 2002 a março de 2007). A população ocupada, por sua vez, tem crescido 3,4% ao ano, em média, no mesmo período, o que explica a queda na taxa de desocupação.

Já o PIB real brasileiro, cresceu aproximadamente 2,8% ao ano, em média, no período de 2002 a 2006; abaixo, portanto, do crescimento da população ocupada. Isso significa que o crescimento econômico está se dando de forma a contribuir para que a taxa de desocupação se reduza.

Os resultados relativamente promissores com relação ao mercado de trabalho, mostrados acima, podem ser justificados pelo aquecimento da atividade econômica, e pela perspectiva de permanência deste cenário. A atividade da indústria, mensurada pela Pesquisa Industrial Mensal – PIM, do IBGE, que pode ser considerada um indicativo importante da atividade econômica, mostrou que

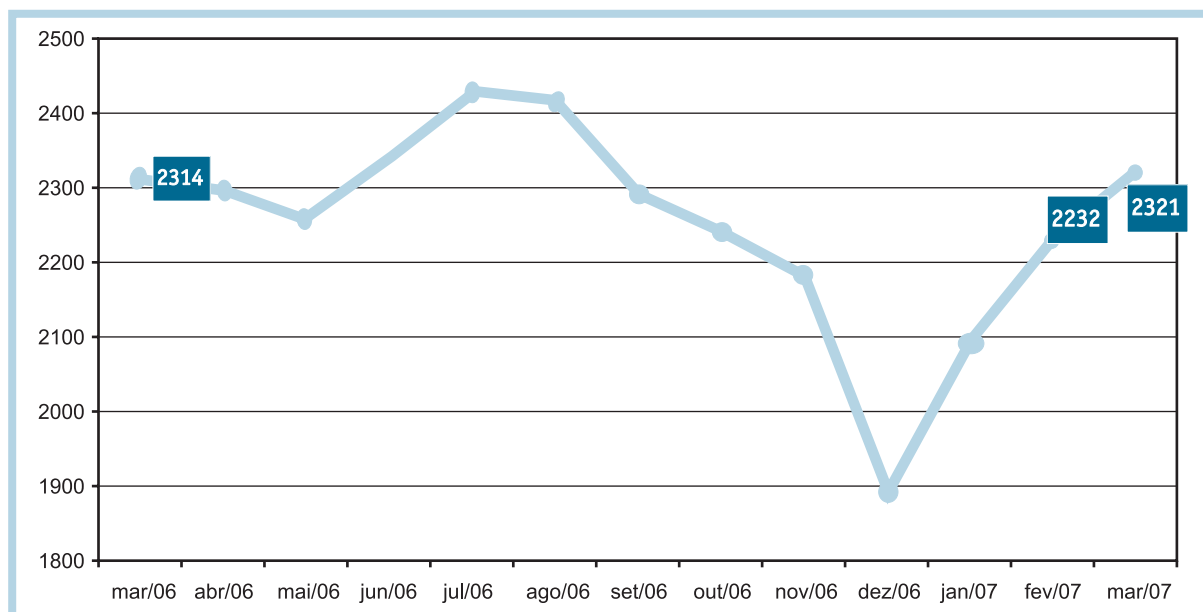


Gráfico 20 - População Desocupada Total (em mil pessoas)

Fonte: IBGE (2007m).

a produção industrial cresceu 3,8% no primeiro trimestre de 2007, na comparação com o mesmo período de 2006. No entanto, percebe-se com os números mostrados acima que o aumento da atividade econômica não teve reflexos imediatos significativos no emprego; mas há perspectiva que sejam percebidos nos próximos meses, pois o principal fator do crescimento industrial no primeiro trimestre do ano se deu com a categoria de bens de capital (14,8%). Adicionalmente, outro resultado que reforça a perspectiva de geração de empregos para os próximos meses são os números do comércio, apresentados pela Pesquisa Mensal do Comércio PMC, do IBGE (2007j; 2007l), referentes aos meses de fevereiro e março de 2007, que indicaram crescimento do volume de vendas de 9,1%, em fevereiro, e de 11,5%, em março, na comparação anual.

Para a RM de Recife, a PME indicou uma taxa de desocupação de 12,0% em março, significando estabilidade na comparação com o mês anterior e uma queda bastante expressiva na comparação com março de 2006, cuja taxa foi de 16,5% (IBGE, 2007m). Em termos do contingente de desocupados, que, em janeiro de 2007, ficou em 179 mil pessoas, não houve variação significativa no confronto com fevereiro, mas houve redução de 29,0% na comparação com março de 2006. Entre os desocupados, vale destacar pessoas com idade entre 18 e 24 anos (38,7%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (53,1%). Dos desocupados, 20,5% tinham tempo de procura por emprego já há mais de 6 meses. Destaque-se, no entanto, que as pessoas com mais alto nível de instrução (11 anos ou mais de estudo) representam 53,3% dos ocupados, em Recife, indicando que o grau de instrução é sim fator para colocação no mercado de trabalho. Por outro lado, os jovens de 18 a 24 anos são apenas 15,1% da população ocupada, mas representam um percentual significativamente maior no contingente de desocupados, como indicado acima.

Para a RM de Salvador, a taxa de desocupação em março de 2007 foi estimada em 14,1%, contra 13,6% em fevereiro de 2007, e 13,7% em março de 2006. Salvador vem apresentando a maior taxa de desocupação, entre as regiões pesquisadas, nos últimos seis meses (Tabela 33). O contingente de desocupados em Salvador, referente a março de 2007, foi estimado em 241 mil pessoas, representando estabilidade em relação a fevereiro último, mas crescimento (7,7%) na comparação anual, ao contrário do observado para Recife. Entre os desocupados, vale destacar pessoas com idade entre 18 e 24 anos (37,0%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (54,3%). Dos desocupados, 36,1% tinham tempo de procura por emprego com mais de 6 meses. Destaque-se que as pessoas com mais alto nível de instrução (11 anos ou mais de estudo) representam 54,8% dos ocupados, em Salvador. Por outro lado, os jovens de 18 a 24 anos são apenas 15,6% da população ocupada.

Quanto à importância do nível de instrução como fator de colocação no mercado de trabalho, a série histórica da PME confirma a concepção teórica (IBGE, 2007m). Enquanto a população ocupada cresceu 18,4% entre março de 2002 e março de 2007, ou seja, em um período de seis anos, a população ocupada com mais de 11 anos de estudo cresceu 42,2%. E quanto menor o nível de instrução, menor foi o crescimento verificado na condição de população ocupada. Assim, aqueles que têm menos de 11 anos de estudo cresceram, como população ocupada, menos do que o total da população ocupada, nesse período de seis anos: contingente de pessoas com de 8 e 11 anos de estudo (7,4%), contingente de pessoas com 4 a 7 anos de estudo (0,4%), contingente de pessoas com 1 a 3 anos de estudo (-20%) e contingente de pessoas com menos de 1 ano de estudo (-27,2%). Destaque-se, contudo, que pessoas com mais alto nível de instrução (11 anos ou mais de estudo) é a única categoria que cresceu

entre os desocupados (27,1%, em seis anos), porém menos do que o crescimento como população ocupada; assim, o saldo ainda é bastante positivo no sentido da colocação no mercado de trabalho. Na PEA, que constitui a força de trabalho, ou seja, ocupados mais desocupados, o contingente de pessoas com 11 anos ao mais de estudo (12,2 milhões de pessoas, em março de 2007) cresceu 41,4% em seis anos, enquanto que o contingente de pessoas com menos de 11 anos de estudo (10,6 milhões de pessoas, em março de 2007) reduziu 5,7% no mesmo período. Vale destacar que os números apresentados acima são válidos apenas para as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

As regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, Recife e Salvador, continuam apresentando taxas de desocupação superiores às observadas para o agregado das regiões metropolitanas, como indicado pelo Gráfico 19; mas, em 2007, foi registrada a menor taxa dos últimos quatro anos para o mês de março no caso da RM de Recife, e a segunda menor taxa para a RM de Salvador. Vale destacar que as duas RMs nordestinas têm apresentado as duas maiores taxas de desocupação, entre as regiões pesquisadas, em quase todos os meses pesquisados, há mais de três anos. As taxas mais elevadas ocorreram em março de 2006 (16,5%), em Recife, e em março de 2004 (17,1%), em Salvador. A Tabela 33 permite uma comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas em uma série histórica para os meses de março entre 2002 e 2007.

Algumas características da população ocupada que podem representar reflexos de características estruturais do mercado de trabalho, nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, Recife e Salvador, referentes a março de 2007, podem explicar em parte os mais altos índices de desocupação verificados para estas regiões. Por exemplo, considerando o percentual dos ocupados com baixa escolaridade (até 3 anos de estudo), Recife (8,6%) e Salvador (7,9%) apresentam percentuais acima da média de seis das principais regiões metropolitanas brasileiras (6,8%). Com relação ao percentual da população ocupada empregada em empreendimentos de menor porte (até 10 pessoas), e considerando que empreendimentos de menor porte são mais vulneráveis a oscilações do mercado, Recife (51,3%) e Salvador (49,2%) apresentam percentuais acima da média de seis das principais regiões metropolitanas (43,3%). Por fim, considerando que a precariedade torna o emprego mais instável, verifica-se que o percentual da população ocupada que está empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado em Recife (35,5%) e Salvador (36,6%) está abaixo da média de seis das principais regiões metropolitanas do Brasil (41,8%).

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, o contingente da população ocupada, estimado em 20,6 milhões em março de 2006, apresentou pequena elevação na comparação com o mês anterior (0,7%). Na comparação com março de 2006, houve aumento de 3,2%, puxado pelo grupamento “serviços prestados à empresa,

Tabela 33 - Taxa de Desocupação. Série Histórica para os Meses de Março, 2002-2007 (%)

Região Metropolitana	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Recife	13,9	12,7	12,6	14,1	16,5	12,0
Salvador	17,4	16,2	17,1	15,7	13,7	14,1
Belo Horizonte	12,8	10,3	12,1	10,7	9,3	8,6
Rio de Janeiro	10,8	9,1	9,8	8,4	8,5	7,4
São Paulo	13,8	13,9	14,6	11,5	10,6	11,5
Poto Alegre	10,0	10,0	9,6	7,9	8,3	8,2

Fonte: Fonte: IBGE (2007m). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 34 - População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%). Março 2007

Mês de Janeiro	Total	Recife	Salvador	POA*
SEXO				
Masculino	55,7	56,0	52,6	55,2
Feminino	44,3	44,0	47,4	44,8
FAIXA ETÁRIA				
10 a 14 anos	0,3	0,3	0,3	0,2
15 a 17 Anos	1,7	1,2	1,2	1,9
18 a 24 anos	15,8	15,1	15,6	16,0
25 a 49 anos	63,2	65,9	66,0	63,5
50 Anos ou Mais	19,1	17,5	16,8	18,4
ANOS DE ESTUDO				
Sem Instrução e Menos de 1 Ano	2,1	3,3	2,1	1,5
1 a 3 Anos	4,7	5,3	5,8	4,9
4 a 7 Anos	21,5	22,2	19,1	24,5
8 a 10 Anos	17,9	15,4	18,2	19,5
11 Anos ou Mais	53,5	53,3	54,8	49,4
TAMANHO DO EMPREENHIMENTO				
1 a 5 Pessoas	37,1	44,1	42,1	35,2
6 a 10 Pessoas	6,2	7,2	7,1	6,3
11 ou Mais Pessoas	56,7	48,7	50,8	58,5
TEMPO DE PERMANENCIA NO TRABALHO				
Até 30 Dias	1,9	2,1	2,0	3,1
De 31 a Menos de 1 Ano	17,9	18,9	18,8	18,6
De 1 a Menos de 2	11,7	10,2	11,0	10,9
2 Anos ou Mais	68,5	68,8	68,1	67,4

Fonte: IBGE (2007m).

Nota: (*) POA é a População Ocupada Ativa. A População Ocupada é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado.

aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira”, que registrou elevação de 7,5%, e pelo grupamento “serviços domésticos”, que cresceu 6,5% no ano²⁶.

A população ocupada estimada em Recife, em março de 2007, foi de 1.316 mil pessoas, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior, mas um aumento de 3,4% na comparação com março de 2006, provocado principalmente pelos expressivos aumentos verificados no grupamento construção, que cresceu 19,9%, e no grupamento “serviços domésticos”, que cresceu 17,8%. Há preponderância, entre os ocupados, de homens (57,4%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (66,1%) e pessoas com 11 anos ou mais de estudo (51,8%). Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME indicou que

67,5% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. Das pessoas ocupadas, em Recife, 48,7% estavam ligadas a estabelecimentos de maior porte (com 11 ou mais pessoas) (IBGE, 2007m) (Tabela 34).

A população ocupada na Região Metropolitana de Salvador foi estimada em 1.469 mil pessoas, com referência ao mês de março de 2007. Esse resultado significou estabilidade na comparação com fevereiro de 2006, e crescimento na comparação anual (4,5%), provocado principalmente pelo grupamento “serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira”. Há preponderância, entre os ocupados, de homens (53,0%), pessoas com idade entre 25 e 49 anos (65,6%) e com 11 anos ou mais de estudo (54,9%). Com relação ao tempo de per-

²⁶ A PME considera a população ocupada distribuída pelos seguintes grupamentos de atividades: i) indústria extrativa, de transformação e de distribuição de eletricidade, gás e água; ii) construção; iii) comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis; iv) serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira; v) educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social; vi) serviços domésticos; e vii) outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais).

Tabela 35 - Distribuição da População Ocupada, por Região Metropolitana, segundo a Posição Ocupada (%). Março 2007

Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação	TOTAL	REC	SAL	POA
Com Carteira no Setor Privado	41,8	35,5	36,6	44,9
Sem Carteira no Setor Privado	14,0	14,3	13,0	11,8
Conta Própria	19,5	21,2	22,2	18,8
Empregador	4,7	4,1	4,4	4,1

Fonte: Brasil (2007m).

manência no trabalho, a PME indicou que 67,8% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos. A maior parcela dos trabalhadores ocupados em Salvador (50,3%) encontram-se em estabelecimentos de maior porte, com 11 pessoas ou mais (IBGE, 2007m) (Tabela 34).

A População Ocupada Ativa (POA), para o conjunto das Regiões pesquisadas, também é indicada na Tabela 34, para efeito de comparação. A POA compreende as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência da pesquisa. A População Ocupada, por sua vez, é formada pela POA e pelas pessoas que estavam temporariamente afastadas de trabalho remunerado²⁷.

A População Economicamente Ativa (PEA), que contabiliza as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas procurando por trabalho, aumentou 2,9%, na comparação anual, no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, 5,0% na RM de Salvador, e apresentou estabilidade na RM de Recife. Isso explica, em parte, a elevação da taxa de desocupação em Salvador, dada a pressão provocada no mercado de trabalho em face do ingresso de 81 mil pessoas na força de trabalho.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que responde por 41,8% da população ocupada no conjunto das Regiões Metropolitanas pesquisadas pelo IBGE,

apresentou estabilidade em relação a dezembro passado, mas elevou-se em 4,4% frente a janeiro de 2006. No Nordeste, os trabalhadores com carteira assinada representam 35,5% e 36,6% da população ocupada nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente (Tabela 35). Em Recife o contingente de trabalhadores “com carteira” apresentou estabilidade na comparação mensal e elevação de 4,4% na comparação com março de 2006. Em Salvador, também houve estabilidade mensal, mas elevação de 8,5% na comparação anual. Depreende-se a partir disso que a formalização do trabalho aumentou no período de um ano nestas duas regiões metropolitanas, já que a população ocupada cresceu menos em Recife (3,4%) e em Salvador (4,4%).

Na cidade de Fortaleza, destaca-se a pesquisa denominada Ocupação e Desemprego em Fortaleza, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT, 2007), entidade cuja atribuição, estabelecida pelo Poder Executivo estadual, é executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Tal pesquisa é uma importante fonte de dados para investigação do emprego e rendimento em uma das três principais capitais do Nordeste, tendo em vista que o IBGE, por meio de sua PME, não inclui a RM de Fortaleza em sua abrangência (IBGE, 2007m). As diferenças metodológicas das duas pesquisas impedem quaisquer comparações teoricamente consistentes entre os números estimados para a RM de

²⁷ Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições de tempo ou outros fatores ocasionais.

Fortaleza e aqueles apresentados pelo IBGE para as RMs de Recife e Salvador, até mesmo porque a pesquisa refere-se à cidade de Fortaleza, e não à RM de Fortaleza. Mas, em termos de comparação temporal, a análise de evolução do emprego na cidade de Fortaleza é de grande valia.

Dessa forma, os números apresentados na pesquisa Ocupação e Desemprego em Fortaleza mostram que a taxa de desemprego aberto²⁸ atingiu 14,9% em março de 2007, ou 157 mil pessoas, representando uma elevação em relação a fevereiro de 2007, que apresentou taxa de 13,8%, e

redução em relação a março de 2006, com taxa de 16,3%. Destaque-se que, como indicado acima, a taxa de desocupação, na comparação anual, também caiu na RM de Recife, mas aumentou na RM de Salvador. Da população desocupada em Fortaleza, 12,7% tinha mais alto grau de instrução (curso superior completo), 25,6% eram jovens (de 15 a 24 anos) e 45,48% tinham tempo de procura por emprego com mais de 6 meses. No caso da população ocupada, estimada em 898 mil pessoas, 65,6% tinham curso superior completo e 67,7% tinham carteira de trabalho assinada, com referência a março de 2007.

4.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores atingiu R\$ 1.109,50, representando estabilidade em relação a fevereiro último. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o rendimento real teve um

incremento de 5,0%, puxado principalmente pelo agrupamento de atividades “indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água” (10,8%) e pelo setor de “construção” (10,1%). Os benefícios mostraram-se maiores para trabalhadores por conta própria, cuja renda

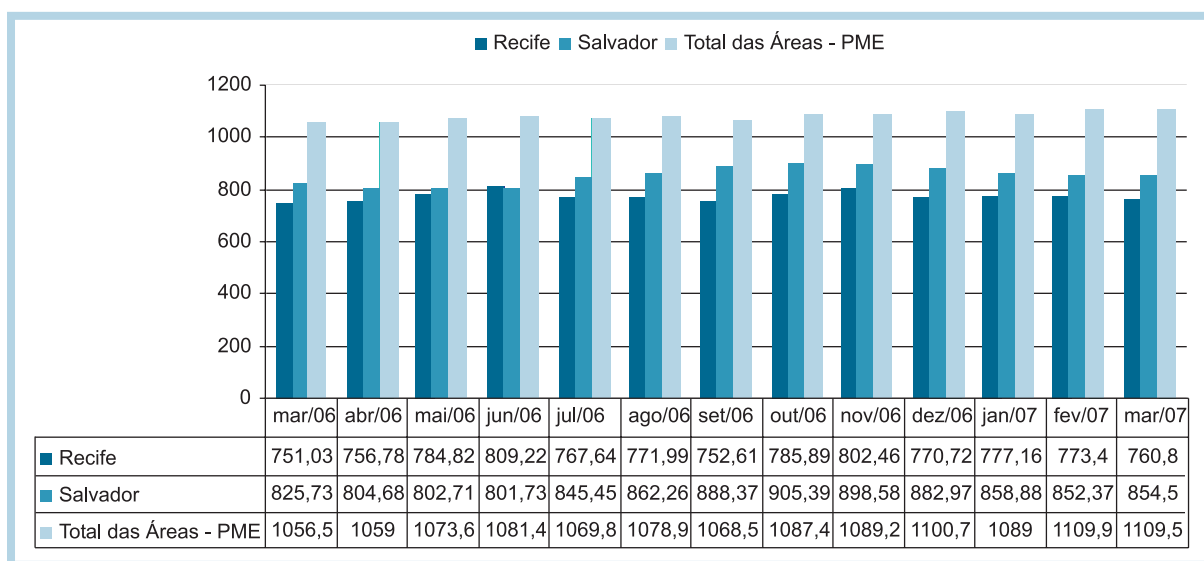


Gráfico 21 - Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador (Mar. 06/ Mar. 07) (R\$ 1,00)

Fonte: IBGE (2007m). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

²⁸ Desemprego Aberto refere-se a pessoas que, no período de referência da pesquisa, não estavam exercendo nenhuma atividade, isto é, não tinham nenhuma ocupação, e se encontravam pressionando o mercado de trabalho, através de medidas concretas de procura.

média cresceu 12,1%. Assim, o rendimento médio apresentou crescimento anual acima do mostrado para a ocupação, que foi de 3,2%. Isto se deve, em parte, ao fato de que os empregos “com carteira”, em geral mais bem remunerados, cresceram (4,4%) mais do que a ocupação (3,2%). Vale destacar que, na comparação anual, o comportamento do rendimento foi de elevação em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas.

A Região Metropolitana de Recife exibiu um recuo de 1,0% no rendimento médio real em relação a janeiro, e elevação de 4,5% em relação a março de 2006, alcançando R\$ 419,46. Para a RM de Salvador, também foi verificado um recuo nos rendimentos na comparação com fevereiro (-0,6%), e aumento na comparação com janeiro de 2006 (3,1%), alcançando R\$ 557,85 (Gráfico 21). Comparando-se a evolução do rendimento com a da ocupação nas regiões metropolitanas nordestinas entre março de 2007 e março de 2006, observa-se que, em Recife, o rendimento elevou-se acima da ocupação, que cresceu 3,4%, enquanto que em Salvador o rendimento não acompanhou a elevação da ocupação, que cresceu 4,5%. O fato de o rendimento ter crescido menos do que a ocupação em Salvador, a despeito de ter crescido em 8,5% no ano o contingente de trabalhadores “com carteira”, pode ser justificado em parte por contratações com baixos salários, por exemplo, salário mínimo.

Na RM de Recife, na comparação mensal, destacou-se a redução dos rendimentos reais dos trabalhadores “sem carteira” (-11,5%), e, na comparação anual, destaque-se a elevação dos rendimentos reais dos trabalhadores “com carteira” (11,5%). Na RM de Salvador, na comparação anual, destaque-se a elevação dos rendimentos reais dos trabalhadores por conta própria, 10,9%.

A massa de rendimentos referente a fevereiro de 2007, estimada em 22,5 bilhões de reais, cresceu 7,7% em relação a fevereiro de 2006, a maior alta anual registrada para o mês de fevereiro desde 2002. Os números do comércio, apresentados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE (2007j; 2007l), referentes aos meses de fevereiro e março de 2007, demonstram os efeitos da elevação da massa de rendimentos, indicando crescimento do volume de vendas de 9,1%, em fevereiro, e de 11,5%, em março, na comparação anual. A receita nominal das vendas cresceu 9,3%, em fevereiro, e 11,6%, em março, também na comparação anual.

Vale destacar que os preços do varejo continuam relativamente estáveis, a despeito do aquecimento da atividade comercial. A inflação, oficialmente medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, foi de 1,51% no primeiro trimestre de 2007, contra 1,44% no mesmo período de 2006. Isso abre espaço para uma redução dos juros pelo Banco Central, sem comprometer a estabilidade dos preços. A progressiva queda do câmbio, especialmente provocada pela solidez dos fundamentos da economia brasileira²⁹, também vem contribuir para este resultado, na medida em que exerce influência sobre os preços, principalmente no caso dos bens internos não comercializáveis no mercado externo. A redução dos juros, por sua vez, também impede uma queda excessiva do câmbio, quando contribui para a redução do fluxo de capitais para a economia doméstica. Assim, juros mais baixos associados com um câmbio estável, desde que não sobrevalorizado, vão contribuir para o aquecimento da economia. Ressaltando que sempre é necessária a estabilidade de preços para criar um ambiente propício para o investimento e para o crescimento sustentável. A geração de empregos será uma consequência natural.

²⁹ A expressão “fundamentos da economia sólidos” refere-se à sustentabilidade da dívida pública, à redução da vulnerabilidade externa e à estabilidade de preços. Um dos indicadores que quantificam essa solidez é o chamado “Risco-Brasil”, que leva em conta principalmente a hipotética capacidade do país (setor público e privado) honrar suas dívidas.

4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais

4.3.1 - O desempenho do Brasil

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) divulgados no mês de março de 2007 revelam dados animadores com relação ao desempenho do Brasil quanto à geração de empregos formais no ano (BRASIL, 2007b). Com referência ao mês de março, foi registrado saldo positivo de 146.141 novos empregos, resultado esse referente à diferença de 1.255.630 novas admissões e 1.109.489 desligamentos. Quando comparado a março de 2006 (saldo positivo de 76.455), a variação é de mais de 90%, o que já demonstra o bom desempenho da geração de empregos formais no país. Comparado ao mês anterior, o resultado foi praticamente o mesmo (o mês de fevereiro registrou saldo de 148.019 empregos formais).

O primeiro trimestre de 2007 registrou saldo de 399.628 empregos formais. Esse resultado é superior ao registrado no mesmo período de 2004 – quando o saldo foi de 347.392 –, que fora até então o melhor saldo registrado para o período na série do Caged.

Esse bom desempenho no trimestre é reflexo das boas expectativas sobre a economia para o ano. O governo federal acredita que 2007 supere o recorde de 2004 quando o número de novas vagas superou a casa de um milhão e meio (CRIAÇÃO..., 2007) (Tabela 36).

Setorialmente, destaca-se a participação do setor de Serviços (56.527), com variação de 38,8% com relação ao mesmo mês de 2006, Indústria de Transformação (40.538), variação de 61,7% com relação a março do ano passado e Construção Civil (17.253). A variação da Construção Civil com relação a março de 2006 é um fato que merece destaque, pois ultrapassa os 200%, essa elevação se deu por conta da participação dos estados de São Paulo e Minas Gerais que registraram, respectivamente, saldo de 5.517 e 5.327 empregos formais nesse setor. Para perceber a importância desses valores, basta que se perceba que apenas os dois estados representaram 62% do total para esse setor no Brasil.

Entre as regiões brasileiras, o Sudeste mantém o posto de principal geradora de emprego formal, sua participação no total brasileiro é significa-

Tabela 36 - Brasil. Variação Absoluta no Acumulado do Ano do Emprego Formal, segundo os Setores de Atividade Econômica

	Total das Atividades	Extração Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviço	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Mar/04	347.392	2.529	124.933	2.347	23.258	35.425	122.030	14.564	22.294
Jan a Mar/05	292.222	2.589	51.613	6.081	15.041	33.795	159.297	19.594	4.193
Jan a Mar/06	339.703	3.316	68.028	4.178	41.440	5.474	158.700	19.489	39.078
Jan a Mar/07	399.628	2.239	110.448	2.526	34.483	14.733	166.670	17.971	50.558

Fonte: Brasil (2007b).

tivo tanto no mês de março (106.869) quanto no trimestre Janeiro – Março (285.600). Logo, percebe-se que o grande responsável pelo melhor trimestre já registrado pelo Caged é a região Sudeste com uma participação de 71% no total.

Para ser mais preciso, somente o Estado de São Paulo com um saldo de 209.805 novos empregos no trimestre, representa, sozinho, 52,5% do total brasileiro (Tabela 37).

Tabela 37 - Brasil. Evolução do Emprego por Nível Geográfico. Total das Atividades (Saldo)

Regiões	Mar/06	Mar/07	Jan-Mar/2006	Jan-Mar/2007	Últimos 12 Meses
Total	76.455	146.141	339.703	399.628	1.288.611
Norte	1.441	4.551	7.158	8.437	45.161
Nordeste	-17.992	-11.831	-61.493	-60.902	167.457
Sudeste	70.975	106.869	261.939	285.600	796.709
Sul	11.961	33.767	87.068	114.223	226.972
Centro-Oeste	10.070	12.785	45.031	52.270	52.312

Fonte: Brasil (2007b).

4.3.2 - O desempenho do Nordeste

A região Nordeste foi a única a apresentar saldo negativo no estoque de emprego no mês de março (-11.831) e esse desempenho também é constatado na soma do primeiro trimestre do ano (-60.902). Esse fato é comumente observado no início do ano ao longo de toda a série histórica, pois segue um ciclo sazonal do setor agrícola e seus desdobramentos sobre a cadeia produtiva –

um maior detalhamento sobre o desempenho negativo será apresentado no comentário sobre os estados. Vale destacar que esse resultado, por ser estritamente sazonal, não desmerece o bom ritmo de crescimento que o Nordeste vem apresentando, prova disso é a análise dos últimos doze meses, em que a região vem apresentando saldo favorável de 167.457 novos postos de trabalho,

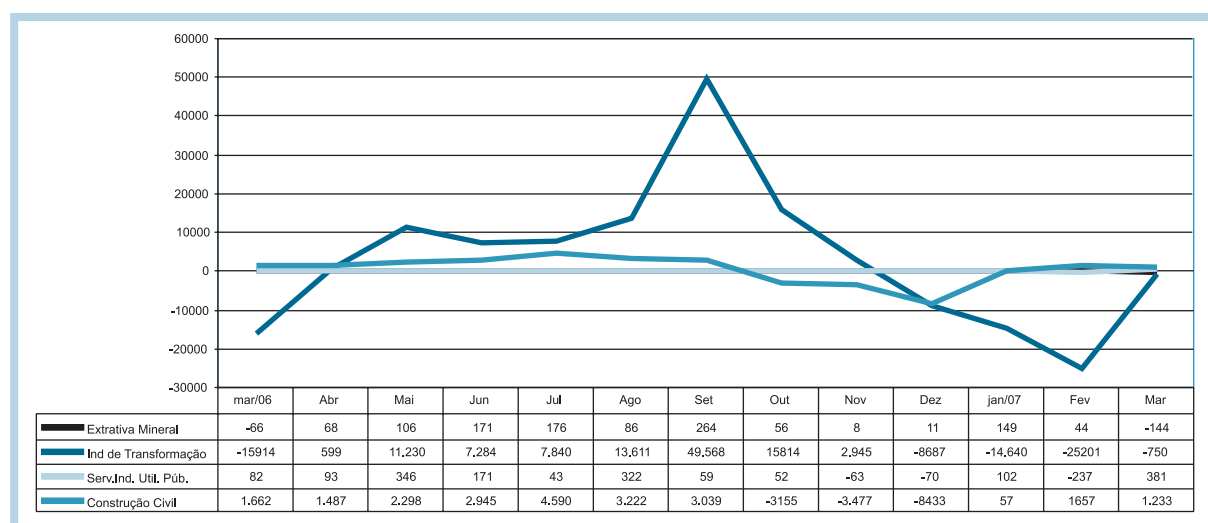


Gráfico 22 - Nordeste. Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade (Saldo)

Fonte: Brasil (2007b).

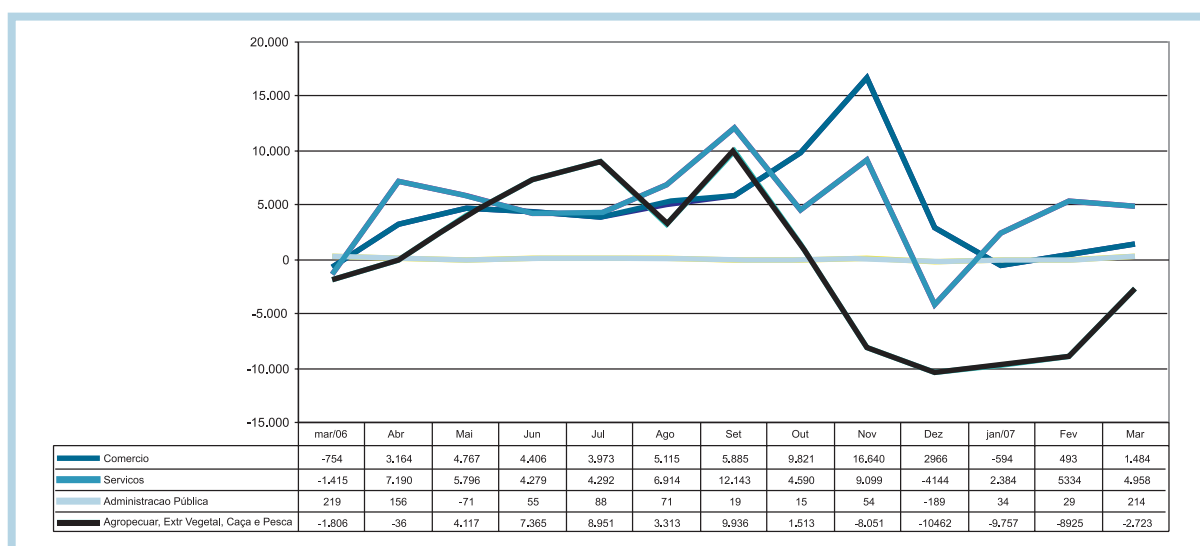


Gráfico 23 - Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade (Saldo)

Fonte: Brasil (2007b).

resultado esse que segue a mesma média para o período nos últimos anos³⁰ (Gráficos 22 e 23).

O Estado de Alagoas registrou, para o mês de março, o maior saldo negativo do Brasil, (-16.545). No acumulado do ano o saldo negativo também é elevado, com relação ao resto do País (-30.004). Esse resultado no mês foi o principal responsável pelo total negativo do saldo nos empregos formais nordestinos. Especificamente, o responsável foi a Indústria de Transformação com saldo de -16.489, sendo o ramo de atividade Produção de Alimentos e Bebidas o responsável direto pela eliminação de 16.530 postos de trabalho. Esse dado corrobora com a afirmação de que o ciclo sazonal da agricultura foi o responsável pela queda no nível de emprego formal – considerando que os resultados da Indústria de Alimentos e Bebidas são extremamente sensíveis ao desempenho agrícola. Positivamente, destaca-se o Setor de Serviços, com saldo de 250 novos postos de trabalho. Mais especificamente, o ramo Ensino e Alojamentos com saldos respectivos de 130 e 129 novos empregos. Vale salientar que esse desempenho é comum nesse período do ano. Em 2006

o saldo para o mês foi -14.622, exatamente por sofrer a influência de fatores sazonais.

A Bahia manteve no mês de março a liderança regional na geração de empregos formais, sendo um dos três estados que não apresentaram saldo negativo para o mês em análise, com um incremento no estoque de empregos da ordem de 7.966 postos de trabalho, resultado muito superior ao observado em março do ano passado quando foi registrado saldo de 101 empregos celetistas. No acumulado do ano, essa tendência de crescimento se confirma – o Estado acumula saldo de 13.045 postos de trabalho; quando comparada ao mesmo período de 2006, a variação é significativa, 37%. Setorialmente, os responsáveis pelo desempenho positivo do Estado foram: Agropecuária (2.656), Serviços (2.134) e Indústria de Transformação (1.556). Destaque para o setor Agropecuário que vem apresentando uma boa recuperação em 2007 após ter fechado o ano passado em declínio no estoque de empregos formais. Segundo o governo estadual, o interior do Estado foi responsável pela geração de 4.998 postos o que representa 62,7% do saldo total no mês, a Região Metropolitana de

³⁰ A média citada refere-se à participação da região com relação ao Brasil no primeiro trimestre. Essa média manteve-se nos últimos anos entre 12% e 14%.

Salvador respondeu pela criação de 2.968 postos ou 37,3% do total (BAHIA, 2007).

Segundo o Caged, o Estado do Ceará também contribuiu para o desempenho negativo da região no mês de março – registrando uma redução no estoque de empregos celetistas de 200 postos. Mesmo sendo negativo, esse resultado ainda é superior ao registrado em março de 2006 – quando o Ceará registrou saldo de -1.821. Na verdade, o desempenho negativo do Estado se deve ao setor Agropecuário que apresentou saldo de -922 postos de trabalho, decorrentes de fatores sazonais já explicitados anteriormente. Outro ponto a respeito da Agricultura no Ceará é a queda na produção de grãos – seca verde – a expectativa da Secretária de Desenvolvimento Agrário do Estado (DAS) é que haja uma redução de 25,9% na safra desse ano devido à “seca verde”, o que certamente terá sérios impactos na geração de emprego nesse setor em 2007 (SECRETARIA..., 2007). Os setores que apresentaram resultados positivos significativos foram: Indústria de Transformação e Comércio, com saldos respectivos de 441 e 306 postos de trabalho. No acumulado do ano, o saldo também é negativo (-5.145) - esse resultado foi pior do que o registrado no mesmo período de 2006, (-4.719).

O Maranhão foi um dos três estados a não apresentarem desempenho negativo no mês de março, saldo de 937 empregos formais, resultado pouco inferior ao de março de 2006 (-9,7%). No acumulado do ano, o estoque absoluto de emprego formal recebeu um incremento de 2.578, resultado bem superior ao mesmo período do ano passado, quando esse resultado foi de 1.204 postos de trabalho, variação de 114%. Os responsáveis por esse bom desempenho no mês foram: Agropecuária e Serviços com saldos respectivos de 500 e 445 novos empregos formais. Destaque negativo ficou por conta da Construção Civil (-182) e Indústria de Transformação (-32). No acumulado do ano, Serviços e Agropecuária mantêm um bom nível de

geração de empregos, apenas trocando de posição, agora sendo Serviços com melhor resultado, 1.250 e 1.243 postos, respectivamente.

A Paraíba foi um dos três estados nordestinos a apresentarem saldo positivo no mês de março, 28 novos empregos. Mesmo assim, não foi suficiente para retirar o resultado negativo acumulado no primeiro trimestre de 2007 (-7.711). No mês em análise, o resultado positivo foi conseguido graças ao bom desempenho dos setores: Serviços, com saldo de 300 postos de trabalho – destaque para o ramo de Educação, com 258 novos empregos formais, Construção Civil, saldo de 285 novos empregos formais, e Comércio, que registrou saldo de 217 novos postos de trabalho, sendo 126 no Comércio Varejista e 91 no Atacadista. Por outro lado, o setor que mais contribuiu para o baixo desempenho do Estado foi a Agropecuária, que registrou uma diminuição no seu estoque de empregos celetistas de 709 postos de trabalho. Como no restante da região, esse valor é consequência da entressafra, em especial a da cana-de-açúcar. Pode-se perceber o reflexo desse período de baixa produção no campo quando há consequências em outros setores, como a Indústria de Transformação, que apresentou saldo negativo de 156 postos de trabalho, resultado esse devido ao ramo de Produtos Alimentícios e Bebidas que apresentou saldo de -397 empregos formais. No total do ano, o setor que mais empregou foi a Construção Civil (1.304), enquanto que Agropecuária, com saldo de -5.259, e a Indústria de Transformação (-4.593) foram responsáveis pelo resultado negativo do saldo em 2007.

Pernambuco registrou pelo quarto mês consecutivo saldo negativo; em março, o resultado foi -1.195 empregos formais no estoque. Resultado bem menor do que o registrado em fevereiro – quando a supressão nos empregos formais ultrapassou os 16.000. Contribuiu para esse valor no mês a Indústria de Transformação (-2.071) e

Agropecuária (-896). Os dois resultados estão ligados à entressafra da cana-de-açúcar no Estado. O setor que apresentou resultado mais significativo foi Serviços, com saldo de 1.355 novos postos de trabalho. No acumulado do ano, o Estado mantém um saldo deficitário de 27.105 empregos a menos na economia – resultado esse pouco superior ao do mesmo período de 2006 quando o saldo foi de -25.504 empregos formais. Contribuíram para esse resultado negativo em 2007 o Setor da Indústria de Transformação (-21.556), especificamente o ramo Produtos Alimentícios e Bebidas, com saldo negativo da ordem de 22.020 empregos formais a menos no Estado. Agricultura e Silvicultura também registram saldo negativo no trimestre (-7.593). Assim como no mês de março, Serviços também registra no trimestre o melhor desempenho entre os setores da economia, com a geração de 1.892 postos de trabalho.

O Estado do Piauí registrou saldo negativo de 125 no estoque de empregados formais em março. Resultado bem inferior ao de março de 2006, quando o Estado obteve um saldo de 825 empregos celetistas. Setorialmente, os responsáveis por esse desempenho negativo foi a Construção Civil (-407 empregos formais) e Indústria de Transformação (-100 postos trabalho) – mais uma vez, entre os ramos da Atividade Industrial, o maior responsável pela derrubada no estoque de empregos formais é o de Produtos Alimentícios e

Bebidas que foi responsável pela exoneração de 153 postos de trabalho formais. No acumulado do ano, o saldo também é negativo (-433), bem diferente do ano anterior, quando o saldo para o período foi positivo em 474 novos empregos. Os setores que contribuíram para esse desempenho foram: Construção Civil (-843) e Indústria de Transformação, -454 empregos formais. Colaborou para diminuir o saldo negativo no período, o setor de Serviços, que apresentou saldo de 668 novos postos de trabalho.

Rio Grande do Norte também apresentou déficit no saldo de empregos formais em março, quando foram eliminados 1.162 postos de trabalho, resultado esse um pouco melhor do que o registrado no ano anterior – quando o resultado foi -1.703. Agropecuária apresentou o pior resultado entre os setores, quando foram suprimidos 1.495 postos de trabalho, e a Indústria de Transformação acompanhou a tendência de queda da agropecuária, registrando queda de 297 empregos formais no estoque total – mais uma vez, o ramo de Produtos Alimentícios e Bebidas puxou o resultado da Indústria de Transformação para baixo – quando foram eliminados 232 empregos celetistas. No acumulado do ano, o Estado também apresenta queda no nível de emprego, -5.420 empregos formais. Foram responsáveis por esse resultado os setores: Agropecuária (-4.397) e Indústria de Transformação (-2.1240). Quando

Tabela 38 - Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado em Março de 2007 (Saldo)

Estado	Extrativa Miberal	Ind. de Transformação	Serv. Ind. Util. Púb.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	-5	-16.489	13	327	-142	250	0	-499	-16.545
Bahia	-25	1.556	405	926	197	2.134	117	2.656	7.966
Ceará	-5	441	-60	0	306	75	5	-962	-200
Maranhão	3	-32	11	-182	195	445	-3	500	937
Paraíba	0	-156	92	285	217	300	-1	-709	28
Pernambuco	-24	-2.071	-21	185	263	1.355	14	-896	-1.195
Piauí	7	-100	25	-407	12	219	2	117	-125
Rio Gde. do Norte	-73	-297	17	-24	292	338	80	-1.495	-1.162
Sergipe	-22	-86	-101	123	144	-158	0	-1435	-1.535
Nordeste	-144	-17.234	381	1.233	1.484	4.958	214	-2723	-11.831

Fonte: Brasil (2007b).

comparado ao primeiro trimestre de 2006, percebe-se que o desempenho foi melhor em 2007 – pois além dos dois setores citados acima, em 2006 os Serviços também registraram saldo negativo somando com Agropecuária e Indústria de Transformação e registrando saldo de -7.332 postos de trabalho.

Sergipe registrou no mês em análise saldo negativo no seu estoque de empregados formais (-1.535). Quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, o Estado apresenta um resultado bastante inferior – em 2006 o saldo foi de 783 postos de trabalho. Como na maioria dos estados que apresentaram saldo negativo, a Agropecuária foi a grande responsável pelo desempenho nega-

tivo, com a eliminação de 1.435 postos de trabalho. Entre os demais setores, apenas Comércio e Construção Civil registraram saldo positivo no mês com saldos respectivos de 144 e 123 empregos formais. No acumulado do ano, o saldo no estoque de trabalhadores também é negativo, -707. Na comparação com o mesmo período de 2006, o resultado também se revela muito abaixo – em 2006 o saldo no primeiro trimestre foi de 1.413 novos postos de trabalho. Entre os setores, o responsável por esse nível de emprego também é a Agropecuária, que registra no primeiro trimestre queda no estoque de 1.492 empregos. Serviços colaborou para que o saldo não fosse mais baixo, quando apresentou uma elevação de 503 empregos no estoque total.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

Em março deste ano, a corrente de comércio brasileira (exportações mais importações) somou R\$ 22,4 bilhões, valor recorde para meses de março, com crescimento de 29,5% sobre o mês imediatamente anterior e de 17,3% sobre março de 2006. No acumulado de janeiro a março, a corrente de comércio alcançou R\$ 59,1 bilhões, cifra, também, recorde para o período, com incremento de 19,4% sobre igual período do ano anterior. Este resultado dá continuidade à trajetória de crescimento retomada em 2003, após

a inflexão ocorrida em 2002, com a expressiva desvalorização cambial iniciada no final de 2001 (Gráfico 24).

O saldo da balança comercial brasileira (exportações menos importações) totalizou R\$ 3,3 bilhões em março do ano corrente, representando aumento de 13,8% sobre fevereiro, quando totalizou R\$ 2,9 bilhões. Na comparação com março de 2006, o saldo comercial ficou abaixo, registrando decréscimo de 10,8%. Da mesma forma, o saldo comercial do acumulado de janeiro-março (R\$ 8,7

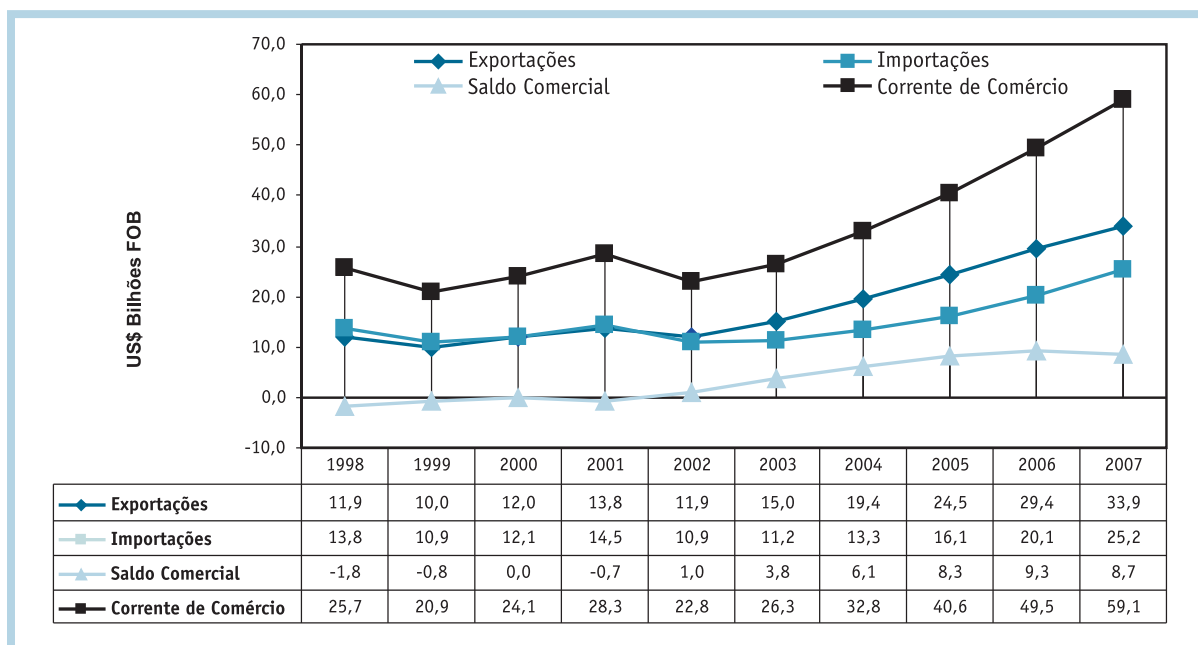


Gráfico 24 - Brasil. Balança Comercial Brasileira. Acumulado Jan.-Mar. (1998 a 2007)
US\$ Bilhões

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica

bilhões) apresentou resultado abaixo do mesmo período em 2006 (R\$ 9,3 bilhões), com taxa de crescimento negativa de 6,4% — consequência

da maior taxa de crescimento das importações frente às exportações, no período considerado.

5.1.1 - Exportações

As vendas externas brasileiras em março de 2007 somaram R\$ 12,8 bilhões — valor recorde para meses de março. Este total representou incremento de 26,7% sobre o total exportado em fevereiro de 2007 e 12,3% sobre março de 2006. Considerando-se o acumulado dos três primeiros meses do ano, a análise do gráfico (balança comercial brasileira jan.-mar. 1990 a 2007) revela que as exportações brasileiras vêm apresentando desempenho satisfatório desde 2003, quando retomou o crescimento, alcançando R\$ 33,9 bilhões em 2007 — cifra recorde para acumulado do primeiro trimestre — com aumento de 15,3% sobre igual período de 2006. Porém, esse resultado foi inferior ao apresentado pelas importações sob essa mesma base de comparação.

Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX, 2007a), o incremento registrado pelas exportações brasileiras entre janeiro e março de 2007, com relação a igual período de 2006, foi puxado pelo crescimento de 9,2% nos preços e de 5,7% nas quantidades exportadas. Com relação aos preços, as três categorias de produtos apresentaram aumento, tendo os semimanufaturados registrado o maior crescimento (18,8%), como se pode ver na Tabela 39. Quanto

ao volume exportado, o crescimento foi puxado pela expansão de 14,9% na categoria dos produtos básicos (Tabela 39).

A análise das exportações por fator agregado revela que houve incremento para todas as categorias, na comparação de jan.-mar/07 com jan.-mar./06, tendo sido registrado o maior crescimento relativo nas exportações de produtos básicos (25,1%). Em seguida, vêm os produtos semimanufaturados, com expansão de 22,2%, e os manufaturados, com aumento de 13,2%.

Dessa forma, a expansão das exportações de produtos básicos se deu mais em função do aumento do quantum do que dos preços, ao passo que, para o incremento das vendas externas de manufaturados e semimanufaturados, o aumento dos preços prevaleceu sobre o do volume exportado (Tabela 40).

No que tange à composição da pauta de exportações brasileira, os produtos manufaturados aparecem com 54,6% da pauta total, seguidos dos produtos básicos (29,0%) e dos semimanufaturados (14,4%). A queda de participação dos produtos industrializados na pauta nacional exportações, na comparação do primeiro trimestre

Tabela 39 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Exportações (Jan. - Mar. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Exportação Total	9,2	5,7
Básicos	7,3	14,9
Semimanufaturados	18,8	1,3
Manufaturados	8,6	2,5

Fonte: Funcex (2007a).

Tabela 40 - Brasil. Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan.-Mar.2007/2006)

Exportações	Jan.-Mar/07	Jan./-Mar./06	Var.% - 2007/2006 p/Média Diária	Part.%	
				2007	2006
Básicos	9.828	7.986	25,1	29,0	27,2
Industrializados	23.394	20.677	15,0	69,0	70,4
Semimanufaturados	4.878	4.056	22,2	14,4	13,8
Manufaturados	18.516	16.621	13,2	54,6	56,6
Operações Especiais	697	724	-2,2	2,1	2,5
Total	33.919	29.387	17,3	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de 2007 com igual período de 2006, ocorreu em função da queda de participação dos manufaturados, que passaram de 56,6% para 54,6%.

Com relação às exportações por segmento, verifica-se que a maior expansão, na comparação jan.-mar/07 com jan.mar./06, foi do segmento de álcool etílico não desnaturado (108,2%). Outros setores que apresentaram variações significati-

vas das vendas externas foram: fumo e cigarros (78,5%); suco de laranja concentrado (69,9%); ferramentas (49,1%); frutas (41,4%); brinquedos, jogos e artigos e diversão (40,6%); carne (32,4%); produtos químicos (32,0%); e café (31,2%). Por outro lado, os segmentos que tiveram variação negativa das suas exportações, sob a mesma base de comparação, foram: chocolates e suas preparações

**Tabela 41 - Brasil. Exportação por Grupo de Produto - Jan.-Mar. (2007/2006)
Variação Percentual (%)**

Seguimentos	VR. %
Álcool Etilico, não Desnaturado	108,2
Fumo e Cigarros	78,5
Suco de Laranja Concentrado	69,9
Ferramentas	49,1
Frutas	41,4
Brinquedos, Jogos e Artigos de Diversão	40,6
Carne	32,4
Produtos Químicos	32,0
Café	31,2
Cacau	27,9
Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos	24,6
Minérios Metalúrgicos	23,4
Metais e Pedras Preciosas e Joalheria	22,2
Produtos de Confeitaria, sem Cacau	20,2
Produtos Metalúrgicos	20,2
Açúcar	15,4
Vidro e suas Obras	15,3
Calçados e Couro	15,1
Instrumentos, Aparelhos de Ótica e de Precisão	14,5
Papel e Celulose	12,9
Obras de Pedras e Semelhantes	10,9
Móveis e Mobiliário Médico-Cirúrgico	10,5
Produtos Cerâmicos	6,8
Petróleo e Derivados	4,0
Madeiras e Manufatura de Madeira	3,3
Leite e Derivados	2,5
Bebidas - Cerveja e Refrigerante	2,0
Material de Transporte e Componentes	0,2
Chocolates e suas Preparações	-20,0
Pescados	-17,4
Vinho	-12,3
Materiais Elétricos e Eletrônicos	-6,9
Soja	-2,8
Produtos Têxteis	-0,7
Demais Produtos	30,5

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(-20,0%); pescados (-17,4%); vinho (-12,3%); materiais elétricos e eletrônicos (-6,9%); soja (-2,8%) e produtos têxteis (-0,7%) (Tabela 41).

No que tange às exportações de álcool, dois eventos importantes vêm influenciado o mercado internacional do álcool: os altos preços do petróleo e as questões ambientais. Com o aumento dos preços do petróleo, os maiores consumidores dos derivados desse produto vêm buscando alternativas de abastecimento a partir de fontes renováveis. Além dessa questão econômica, deve-se também ressaltar o papel das questões ambientais, em razão da necessidade de frear o processo de aquecimento global. Conseqüentemente, Estados Unidos e União Européia vêm se empenhando na substituição de uma parcela dos combustíveis derivados de petróleo por combustíveis renováveis no setor de transporte.

Na contramão do crescimento verificado no setor de fumo e cigarros — 78,5% entre janeiro e março de 2007, em relação ao mesmo período de 2006 — o governo brasileiro anunciou, em março, para dezessete outros países produtores mundiais de tabaco, a intenção de aumentar a carga tributária sobre o cigarro como uma das principais estratégias nacionais para reduzir a oferta de fumo nas próximas décadas (DANTAS, 2007), como parte do esforço de firmar o país como referência nas políticas públicas de prevenção ao fumo, em colaboração com a ONU (Organização das Nações Unidas). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco do mundo, depois da China, e o maior exportador mundial.

O setor de suco de laranja concentrado, que registrou alta de 69,9% nas exportações, no primeiro trimestre de 2007, na comparação com jan.-mar./06, tem boas perspectivas para os próximos meses. As cotações permanecem em elevado patamar em virtude dos problemas de oferta da Flórida — com previsão de 17 tempestades para este ano.

O desempenho insatisfatório do setor de pescado, com retração de 17,4%, continua sendo influenciado pelo câmbio desfavorável. Esse cenário está levando grandes empresas exportadoras do setor a redirecionar seus negócios, investindo na ampliação das vendas no mercado doméstico. Em 2006, as empresas exportadoras de pescado enfrentaram algumas dificuldades que não deverão se repetir este ano (BOUÇAS; CRUZ, 2007). No caso da lagosta, foi a redução das reservas naturais que afetaram a oferta; no do camarão, a captura foi abalada pelo surto de mancha branca em Santa Catarina, importante pólo de carcinicultura. Outro fator que influenciou a retração das exportações do setor no ano passado foi a queda de 25,0% nos preços do camarão enviado à Europa, e a decisão européia de aumentar as exigências fitossanitárias para o pescado brasileiro desde setembro, elevando os custos das indústrias pesqueiras e tornando o produto menos competitivo (ver mais comentários a esse respeito em BNB Conjuntura Econômica nº 12).

O complexo da soja registrou ligeira queda (-2,8%) entre janeiro e março de 2007, comparativamente ao mesmo período de 2006. Dentre os motivos já apontados na BNB Conjuntura Econômica nº 12, permanece o câmbio desfavorável. Porém, apesar da retração no primeiro trimestre de 2007, há boas perspectivas para esse segmento. A área de milho nos Estados Unidos já vem ganhando espaço sobre a área de soja em decorrência do programa norte-americano de álcool, que tem o milho como sustentação (ZAFALON, 2007). Esse novo cenário agrícola nos Estados Unidos beneficia o Brasil — país que tem a maior área agricultável entre os principais produtores de grãos — de duas formas: o país tanto pode aumentar as áreas de soja como também receber mais por esse produto devido à maior demanda. Ao reduzir a área de soja, os Estados Unidos, líder mundial na produção da oleaginosa, deixa espaço para o Brasil, o segundo maior produtor mundial.

Os produtos têxteis registraram queda de 0,7% entre janeiro e março de 2007, relativamente ao mesmo período de 2006. O déficit comercial do setor poderá chegar a US\$ 1,3 bilhão neste ano se for mantida trajetória de alta das importações. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT, 2007a), a balança comercial do setor registrou déficit acumulado de US\$ 171,9 milhões, entre janeiro e março de 2007, invertendo o saldo que, no mesmo período do ano passado, estava positivo em US\$ 24,9 milhões. Segundo a ABIT, o segmento de vestuário tem sido o mais prejudicado pela concorrência dos produtos da Ásia.

Contudo, a entrada em vigor da nova Tarifa Externa Comum (TEC), a partir de junho, deve reduzir as importações. Em abril, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou elevação da tarifa de importação de calçados e de confecções de 20,0% para 35,0%, a maior tarifa que o Brasil pode aplicar a produtos industriais. A barreira tarifária foi uma medida do Governo como resposta às pressões desses setores que vêm sofrendo dificuldades com o câmbio valorizado.

Como se sabe, a imposição de uma barreira tarifária pode ajudar uma indústria temporaria-

mente contra a concorrência externa, mas não pode torná-la mais eficiente. Ao contrário, a elevação da TEC pode aumentar a ineficiência dessas indústrias e ainda agrava a concentração de renda, ao proteger alguns produtores à custa do consumidor, que sairá prejudicado com o aumento dos preços praticados no mercado interno após a imposição da tarifa.

Segundo avaliação da Associação Brasileira de Calçados (ABICALÇADOS, 2007), o aumento da TEC ajuda, mas não resolve o problema dos exportadores. Seria necessária a implantação imediata de uma política industrial elaborada em cima de fatores como redução de custos trabalhistas, dos impostos e dos juros. Segundo os resultados das exportações para o segmento de calçados e couros, houve crescimento de 15,1% nas exportações do primeiro trimestre de 2007, relativamente ao primeiro trimestre de 2006, contudo, esse crescimento foi puxado pela elevação de 37,1% das vendas externas de couros e peles, ao passo que as exportações de calçados, suas partes e componentes registraram ligeira retração de 0,3%.

Analisando as exportações nacionais de acordo com o destino, contata-se que todos os principais blocos econômicos compradores de produ-

**Tabela 42 - Brasil. Exportação - Segundo os Principais Blocos Econômicos.
Jan. - Mar. - 2007/2006 (US\$ Milhões FOB)**

	Janeiro/Março		Var.% 2007/06 p/ Média Diária	Part.%	
	2007	2006		2007	2006
União Européia	8.524	6.570	31,8	25,1	22,4
Aladi	7.708	6.721	16,5	22,7	22,9
- Mercosul	3.441	2.954	18,4	10,1	10,1
- Argentina	2.866	2.480	17,4	8,4	8,4
- Demais da Aladi	4.267	3.767	15,1	12,6	12,8
EUA*	5.566	5.569	1,6	16,4	19,0
Ásia	5.051	4.315	18,9	14,9	14,7
- China	1.913	1.558	24,8	5,6	5,3
África	1.776	1.535	17,6	5,2	5,2
Oriente Médio	1.490	1.091	38,8	4,4	3,7
Europa Oriental	896	746	22,0	2,6	2,5
Demais	6.349	5.794	11,3	18,7	19,7
Total	33.919	29.387	17,3	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclui Porto Rico.

tos brasileiros registraram crescimento. O maior incremento relativo se deu nas exportações para o Oriente Médio (38,8%), com aumento de participação de 3,7% para 4,4%, considerando-se o primeiro trimestre de 2007, comparativamente ao mesmo período de 2006. Em seguida, aparece a União Européia com o segundo maior crescimento (31,8%), elevando sua participação de 22,4%, em 2006, para 25,1%, em 2007.

O terceiro maior incremento ocorreu nas exportações para a Europa Oriental (22,0%), mas a sua participação na pauta de exportações nacionais manteve-se relativamente estável. As vendas para a Ásia aparecem em quarto lugar, com expansão de 18,9% e relativa estabilidade de sua participação nas exportações brasileiras. O principal parceiro do Brasil dentro desse bloco, a China, aumentou suas compras do Brasil em 24,8%, mantendo-se como o terceiro país comprador de produtos brasileiros (Tabela 42).

As exportações com destino ao Mercosul tiveram expansão de 18,4%, porém o bloco manteve

inalterada sua participação (10,1%), ao passo que a Argentina, principal parceiro comercial do Brasil dentro do Mercosul e o segundo no mundo, aumentou suas compras de produtos brasileiros em 17,4%, entretanto, inferior ao incremento das vendas para o Mercosul.

Por último, aparecem as exportações para os Estados Unidos, com incremento de apenas 1,6% no primeiro trimestre de 2007, relativamente ao primeiro trimestre de 2006. Esse resultado afetou a participação dos Estados Unidos como destino das exportações brasileiras, que passou de 19,0% (jan.-mar./06) para 16,4% (jan.-mar./07).

No que tange às exportações por região, constata-se que, com exceção da região Centro-oeste, todas as regiões do país apresentaram crescimento das suas exportações no acumulado de janeiro a março de 2007, relativamente a igual período de 2006. A maior expansão foi registrada pelas exportações da região Sul (19,2%), seguida da região Sudeste (17,5%), região Nordeste (12,8%) e região Norte (9,3%).

5.1.2 - Importações

O crescimento das importações no Brasil vem se mostrando consistente no início de 2007. Em março de 2007, alcançaram R\$ 9,5 bilhões — maior valor até hoje registrado num mês — com acréscimo de 31,9% sobre o mês imediatamente anterior, e de 23,4% sobre março de 2006, favorecidas pelo câmbio valorizado. No acumulado do primeiro trimestre de 2007, as importações somaram R\$ 25,2 bilhões, elevando-se 25,4% sobre o mesmo período do ano anterior — crescimento superior ao registrado pelas exportações — levando à redução do saldo comercial, sob essa mesma base de comparação, como já referido.

Diferentemente das exportações, o incremento das importações entre janeiro e março de 2007, na comparação com o mesmo período de 2006, foi puxado pelo crescimento consistente do quantum (23,3%), contra 1,7% dos preços, segundo a Funcex (2007a). Todas as categorias de bens importados apresentaram aumento do volume importado, tendo sido mais significativo o aumento da importação de bens de consumo duráveis (53,7%), seguidos de bens de capital (30,9%), bens de consumo não-duráveis (27,2%), combustíveis (22,1%) e bens intermediários (20,0%) (Tabela 43).

Tabela 43 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Importações (Jan. - Mar. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Importação Total	1,7	23,3
Bens de Capital	-5,5	30,9
Intermediários	2,8	20,0
Bens de Consumo Duráveis	1,6	53,7
Bens de Consumo Não-Duráveis	6,7	27,2
Combustíveis	2,7	22,1

Fonte: Funcex (2007a).

O crescimento das importações no primeiro de trimestre de 2007, foi puxado por todas as categorias de uso, sendo mais significativa a elevação registrada nas importações de bens de consumo (39,1%) — com crescimento de 42,1% dos bens não-duráveis e de 35,6% dos bens duráveis. Em segundo lugar, aparecem as importações de matérias-primas e intermediários, com incremento de 27,4%, seguidas das importações de bens de capital (24,7%) e de combustíveis e lubrificantes (22,5%).

Com relação à composição da pauta de importações nacionais, a categoria mais relevante, no primeiro trimestre de 2007, matérias-primas e intermediários, respondeu por 50,2% do total importado, mantendo sua participação estável com relação ao mesmo período de 2006. O aumento dos gastos com matérias-primas e intermediários deveu-se, principalmente, ao crescimento de matérias-primas para agricultura (78,2%); materiais de construção (48,4%); produtos alimentícios (47,1%); e produtos minerais (36,1%) (Tabela 44).

As importações de bens de capital corresponderam a 20,7% do total importado, tendo sido mais relevante o aumento das aquisições de máquinas e ferramentas (153,0%); partes e peças para bens de capital para indústria (92,4%); bens e equipamentos para agricultura (52,3%); ferramentas (34,0%); máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico (27,4%); acessórios de maquinaria industrial (25,9%); e equipamento móvel e transporte (25,7%).

No que se refere a combustíveis e lubrificantes, sua participação na pauta importadora nacional foi de 15,9%, entre janeiro e março de 2007, significando queda com relação ao mesmo período de 2006. As compras externas mais relevantes dessa categoria foram de petróleo, com elevação de 39,9% na quantidade adquirida e acréscimo de 30,8% nos gastos. Destacam-se também incremento nas aquisições de gás natural (16,2%), motivado pelo aumento dos preços médios (18,3%), a despei-

Tabela 44 - Brasil. Importação por Categoria de Uso. Jan./ Mar. - 2007/2006. (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Março		Var.% 2007/2006	Part.%	
	2007	2006		2007	2006
Bens de Capital	5.228	4.261	24,7	20,7	21,2
Matérias-primas e Intermediários	12.653	10.092	27,4	50,2	50,2
Bens de Consumo	3.337	2.438	39,1	13,2	12,1
- Não - Duráveis	1.814	1.297	42,1	7,2	6,4
- Duráveis	1.523	1.141	35,6	6,0	5,7
Automóveis	434	274	60,9	1,7	1,4
Combustíveis e Lubrificantes	4.001	3.318	22,5	15,9	16,5
- Petróleo	2.512	1.951	30,8	10,0	9,7
- Demais	1.489	1.367	10,7	5,9	6,8
	25.219	20.109	27,4	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

to da queda registrada na quantidade desembarcada (-1,8%). Enquanto que as compras de carvão mantiveram-se praticamente inalteradas (0,2%), em face da redução nos preços médios (-11,8%).

As importações de bens não-duráveis corresponderam a 7,2% das importações brasileiras. Contribuíram para a expansão das suas importações: vestuário e confecções (55,1%); produtos farmacêuticos (46,7%); produtos de toucador (39,2%); bebidas e tabacos (37,8%); e produtos alimentícios (28,2%). Já os bens duráveis tiveram participação de 6,6% nas importações brasileiras. O aumento das importações desses produtos foi puxado pela expansão das compras de automóveis de passageiros (60,9%); móveis e outros equipamentos para casa (52,2%); utensílios domésticos (48,2%); objetos de adorno pessoal (42,2%); e máquinas e aparelhos para uso doméstico (17,4%).

Segundo estudo do BNDES (2007b), o aumento das importações no Brasil, em decorrência da valorização cambial, ainda não está levando a uma desindustrialização da economia brasileira. Esse aumento faria parte de uma tendência global de crescimento do comércio exterior.

De acordo com a pesquisa, o Brasil registrou crescimento do seu coeficiente de importação, mas esse ainda está bem abaixo da média mundial. A penetração das importações na economia brasileira cresceu desde 2002 (3,6% do consumo total), para 4,9% em 2005 e 5,5% em 2006. Porém, o país permanece, dentro de um grupo de países emergentes, como o de segunda menor penetração das importações no consumo total em 2005, perdendo apenas para a Índia, com 3,5%. Na Coreia, a penetração das importações foi de 25,3% em 2005. No México, foi de 21,6%. Na

União Européia, o coeficiente de importação registrou 14,0%, ao passo que nos Estados Unidos e na China foi de 13,1% e 7,8%, respectivamente.

O estudo revela que, em média, os setores que apresentaram maior aumento de importações no Brasil, entre 2003 e 2006, foram os que mais expandiram a produção e as exportações. Esses setores incluem os de grande escala industrial e os de maior conteúdo tecnológico. As exceções foram os setores intensivos em trabalho, e portanto, têm uma parcela expressiva de gastos em reais com mão-de-obra, afetando seus custos com a valorização cambial. Nos setores de vestuário e calçados, por exemplo, houve substituição da produção nacional por importados, ou seja, fortes aumentos das importações acompanhados por queda da produção nacional.

Assim, o estudo conclui que o crescimento das importações brasileiras, entre 2003 e 2006, esteve mais relacionado ao aumento do consumo e das exportações que à substituição da produção nacional. De forma que, permanecendo o cenário de maior intercâmbio comercial mundial e de valorização do câmbio, o desafio seria definir políticas que levem em conta os custos econômicos e sociais para os setores afetados pelo aumento das importações.

Na análise dos mercados fornecedores, verifica-se que houve crescimento das importações de todos os blocos econômicos, exceto as provenientes do Oriente Médio (-50,9%), na comparação jan.-mar./07 a jan.-mar./06. Ressalte-se o desempenho da China, que ultrapassou a Argentina e se tornou o segundo principal fornecedor de produtos para o Brasil, com participação de 9,7% nas importações brasileiras, ao passo que a Argentina teve 9,1% de participação, no mesmo período.

5.2 - Balança Comercial Nordeste

As exportações do Nordeste alcançaram R\$ 1,0 bilhão em março de 2007, com crescimento de 9,4% sobre as exportações de fevereiro e de 1,0% sobre o mesmo mês do ano anterior, enquanto as importações nordestinas apresentaram crescimento mais robusto — com elevação de 50,5% em março deste ano relativamente ao mês imediatamente anterior e de 49,6% na comparação com março de 2006 (Gráfico 25).

No primeiro trimestre deste ano, as vendas externas da Região somaram R\$ 3,0 bilhões, com expansão de 12,8% sobre igual período de 2006. Mesmo apresentando desempenho satisfatório, as exportações não acompanharam o ritmo de crescimento das exportações nacionais, que foi de 15,3% no período considerado. Já as importações nordestinas totalizaram R\$ 2,5 bilhões no acumulado dos três primeiros meses de 2007, significando aumento de 29,2% sobre igual pe-

ríodo de 2006. Ao contrário do desempenho das exportações da Região, as importações cresceram no agregado com taxa superior às do Brasil (25,4%).

Dessa forma, o saldo comercial da região (exportações menos importações) apresentou retração de 27,7% no período de janeiro a março de 2007, com relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo maior incremento das importações, ao passo que a corrente de comércio nordestina (exportações mais importações) totalizou R\$ 5,5 bilhões entre janeiro e março de 2007, com expansão de 19,6% sobre igual período de 2006.

No que se refere ao destino das vendas externas do Nordeste, por Bloco Econômico, no período de janeiro a março de 2007, constata-se que União Européia, Estados Unidos, Ásia, Aladi

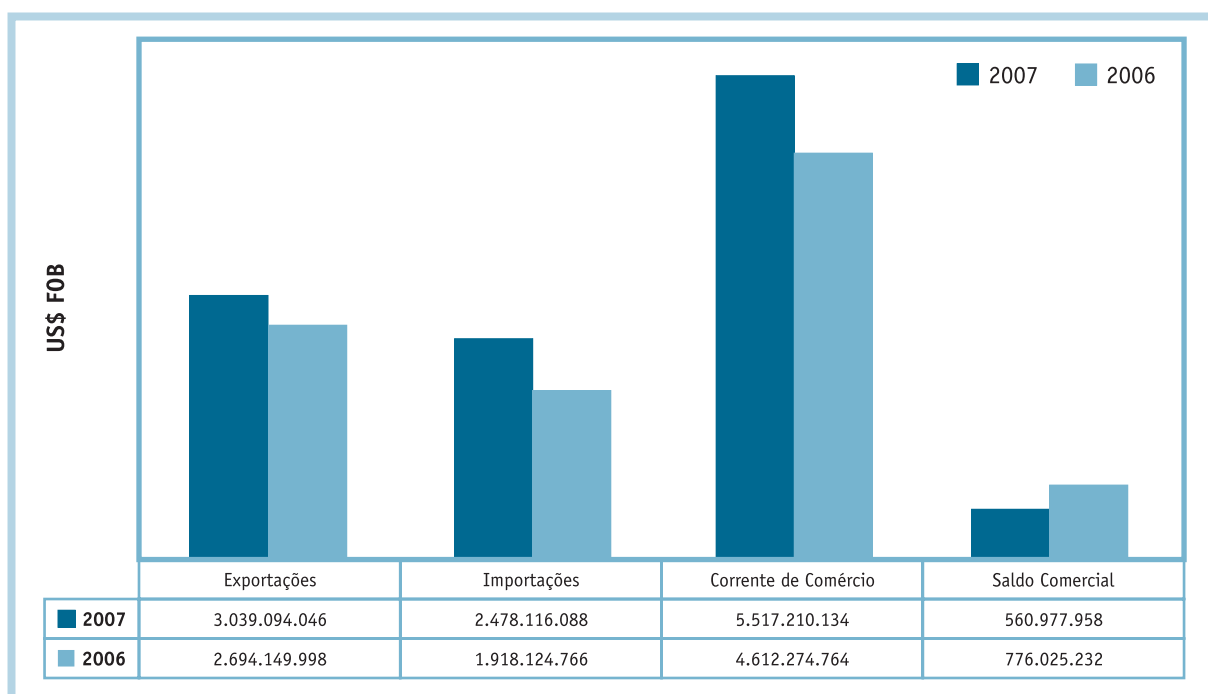


Gráfico 25 - Nordeste. Balança Comercial - Jan.-Mar. (2007/2006) (US\$ 1,00)

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica

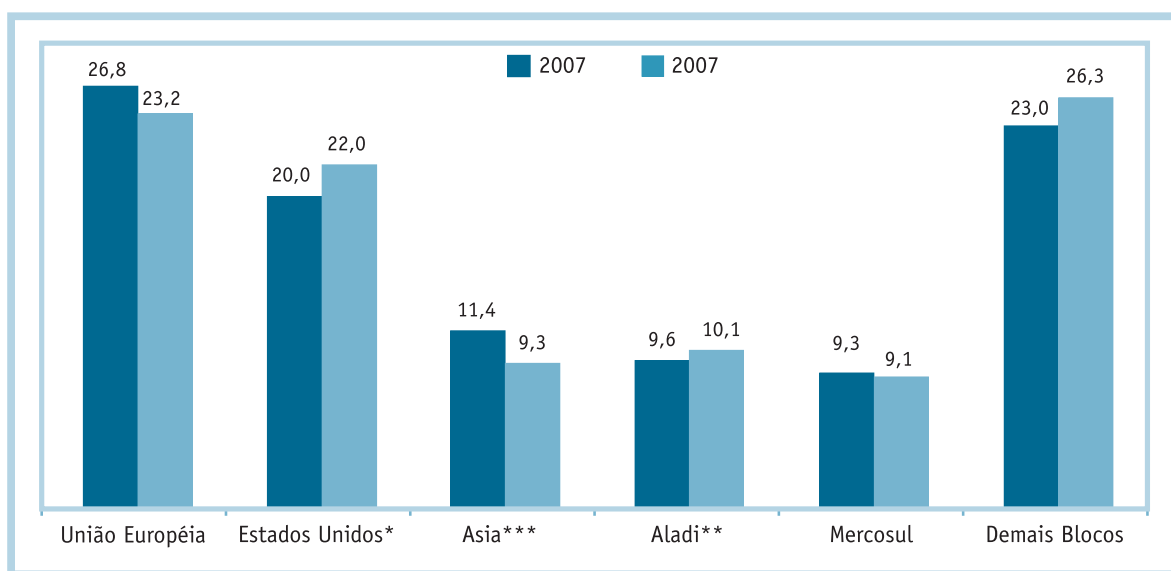


Gráfico 26 - Participação (%) dos Blocos Econômicos nas Exportações do Nordeste - Jan.-Mar. (2007/2006)

Fonte: Brasil (2007d). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclusive Porto Rico; (**) Exclusive Mercosul; (***) Exclusive Oriente Médio.

e Mercosul, representaram 77,1%. A maior variação, em termos de valor exportado, foi verificada nas exportações para a Ásia (38,2%), na comparação com igual período de 2006, enquanto as exportações para os Estados Unidos cresceram apenas 2,8% (Gráfico 26).

De acordo com a classificação NCM³¹, os principais capítulos exportados pelo Nordeste, em termos de valor, entre janeiro e março de 2007, foram: açúcares e produtos de confeitaria; produtos químicos orgânicos; alumínio e suas obras; cobre e suas obras; combustíveis, óleos e ceras minerais; ferro fundido, ferro e aço; pastas de madeira ou outras matérias fibrosas; veículos automóveis, tratores e ciclos; frutas, cascas de cítricos e de melões; calçados, polainas e suas partes; e minérios, escórias e cinzas. Conjuntamente, esses onze capítulos somaram 69% da pauta de exportações nordestina.

No que tange às exportações dos estados nordestinos, todos apresentaram elevação das suas

exportações, na comparação do acumulado de janeiro a março de 2007, com igual período de 2006, com destaque para Sergipe, o melhor desempenho relativo dentre todas as unidades federativas. Com relação à participação dos estados no total exportado pelo Nordeste, destaca-se que Maranhão e Sergipe aumentaram suas participações, ao passo que Bahia e Pernambuco perderam posições relativas. Os demais estados da Região praticamente mantiveram suas participações.

As exportações do Estado de Alagoas somaram R\$ 320,4 milhões entre janeiro e março de 2007, com aumento de 17,2% sobre igual período de 2006. A pauta de exportações alagoana concentrou-se basicamente em cinco capítulos da NCM: açúcares e produtos de confeitaria; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; produtos químicos orgânicos; plásticos e suas obras; e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento. Juntos, esses cinco capítulos somaram 99,0% da pauta de exportações do Estado. Já as importações de Alagoas somaram R\$ 51,5 milhões, com expansão de 104,4%, considerando-se o mes-

³¹ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

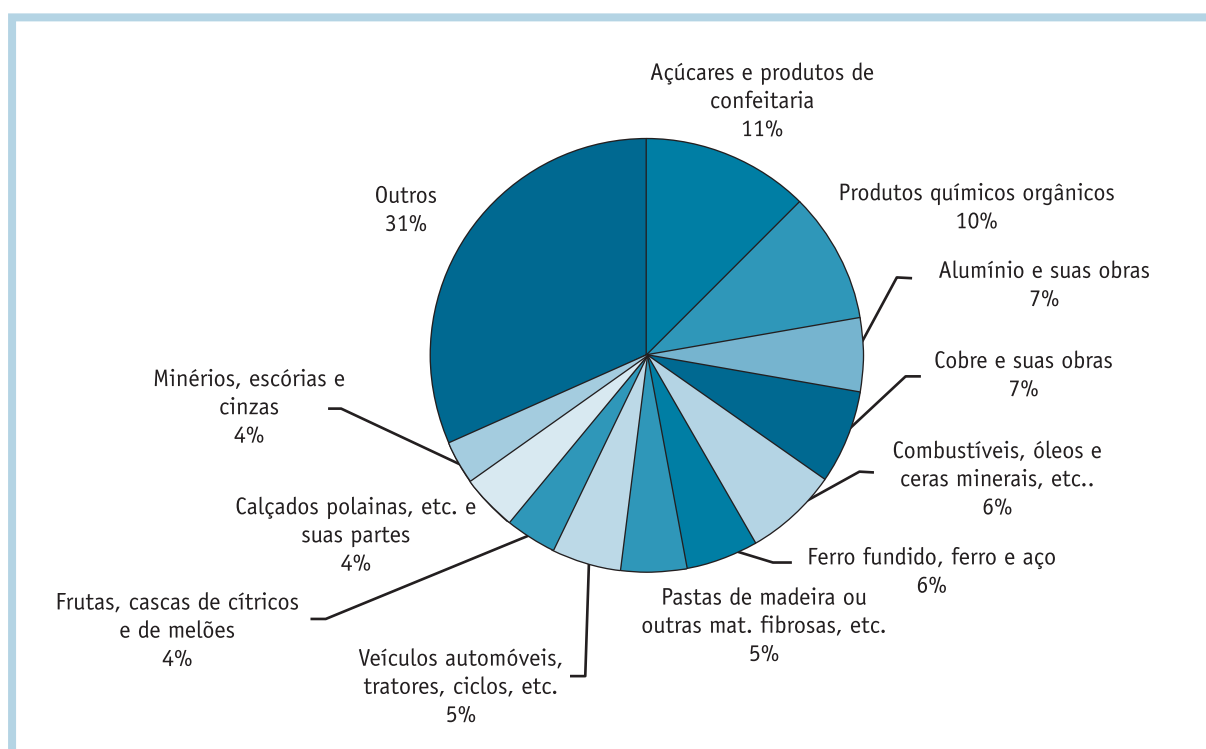


Gráfico 27 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

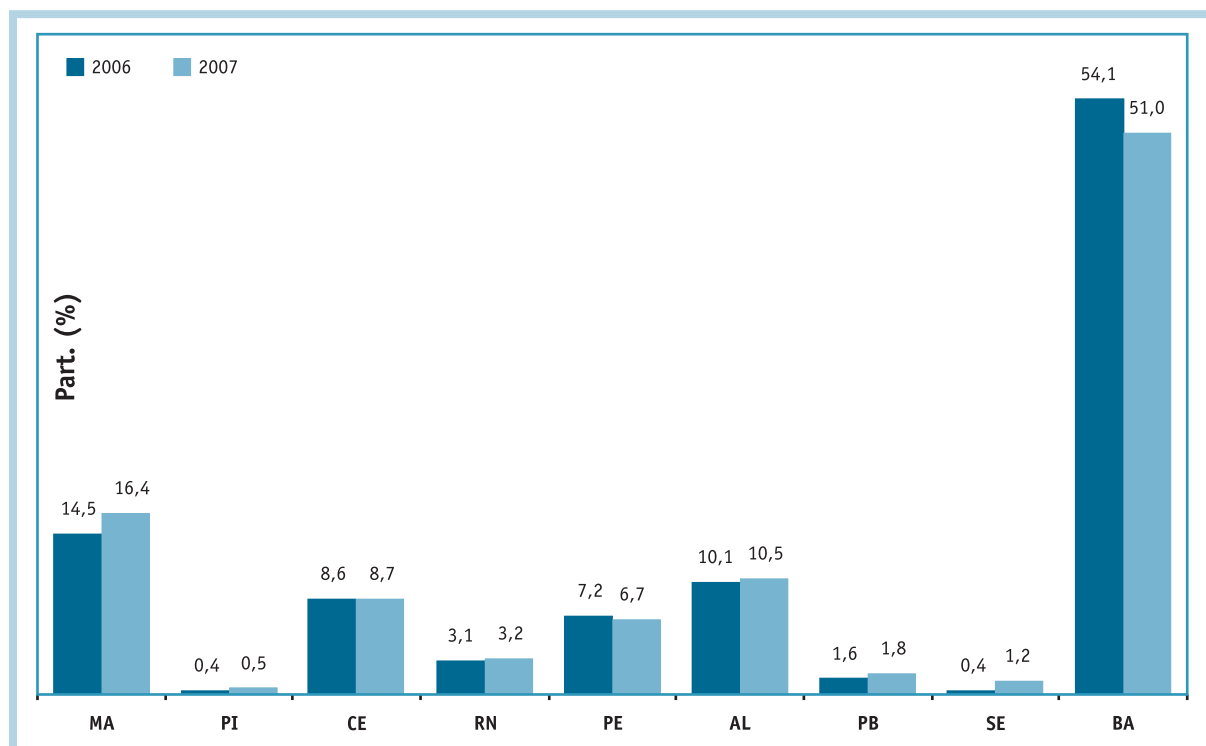


Gráfico 28 - Nordeste. Participação dos Estados Nordestinos nas Exportações da Região - Jan. - Mar. (2007/2006)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

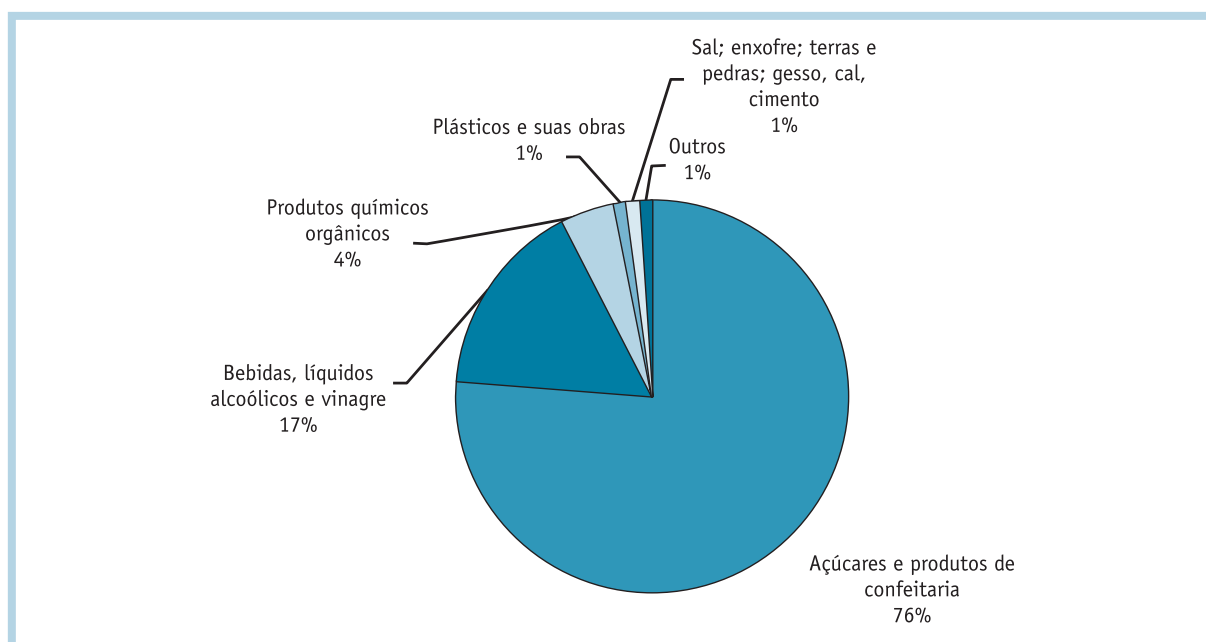


Gráfico 29 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

mo período — a terceira maior taxa de crescimento dentre os estados do Nordeste.

As vendas externas da Bahia expandiram-se 6,3% nos primeiros três meses deste ano, relativa-

mente a igual período de 2006, alcançando R\$ 1,5 bilhão. Seus principais capítulos exportados compreenderam 71% da pauta de exportações baianas. Dentre eles estavam: produtos químicos orgânicos; cobre e suas obras; combustíveis, óleos e ceras mi-

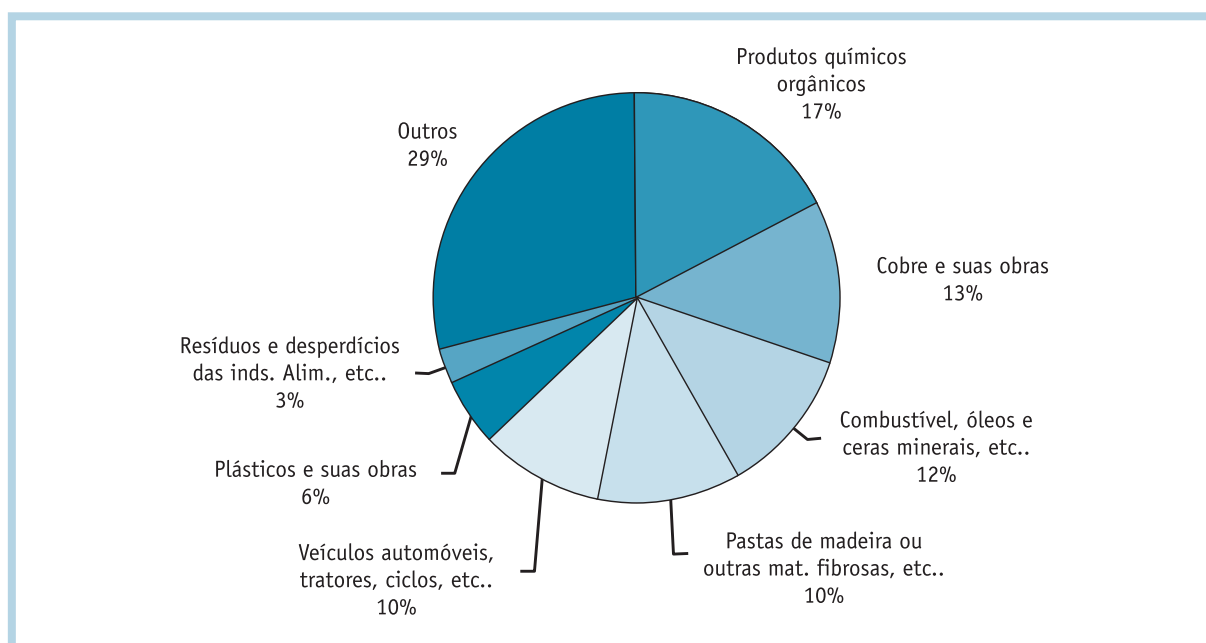


Gráfico 30 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

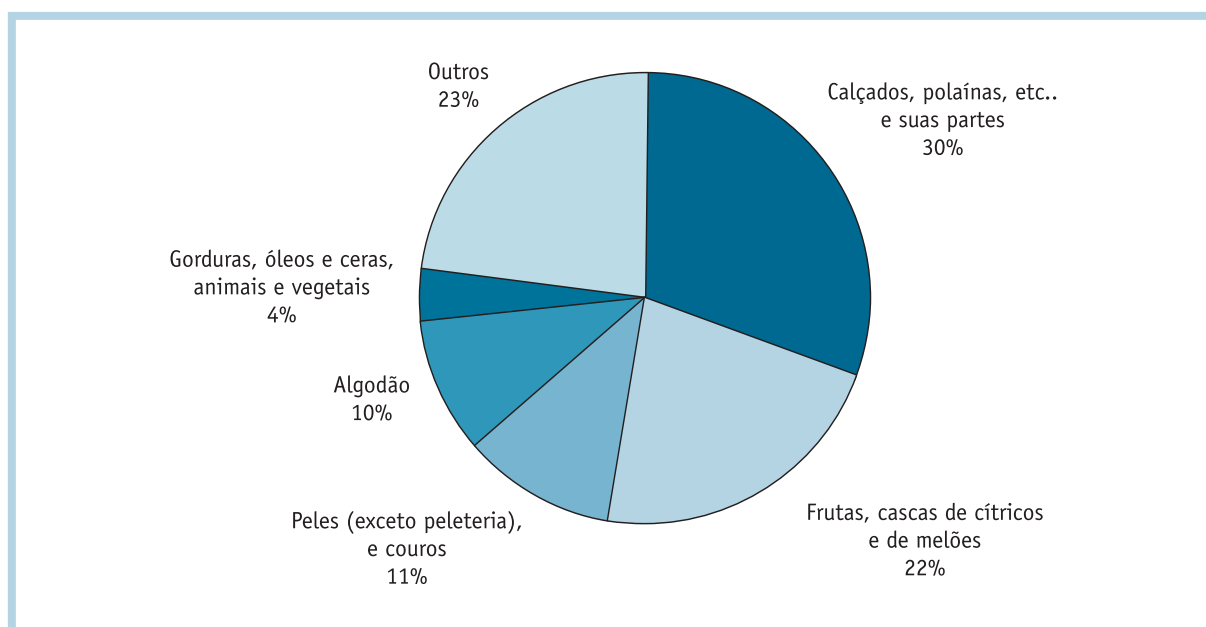


Gráfico 31 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

nerais, etc; pastas de madeira ou outras matérias fibrosas, etc; veículos automóveis, tratores e ciclos, etc; plásticos e suas obras; resíduos e desperdícios das indústrias alimentícias, etc. As importações, por seu lado, apresentaram elevação de 35,7%, considerando-se o mesmo período em análise.

O Estado do Ceará totalizou R\$ 264,3 milhões em exportações, entre janeiro e março de 2007, com elevação de 13,5% sobre igual período de 2006. Esse resultado não influenciou a participação do Estado nas exportações da região, mantendo-se estável em 8,7%. As vendas externas do Ceará concentraram-se em cinco capítulos, os quais corresponderam a 77% da pauta de exportações cearense: calçados, polainas e suas partes; frutas, cascas de cítricos e de melões; peles (exceto peleteria), e couros; algodão; e gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais. A análise revela que as importações do Estado cresceram em ritmo superior ao das exportações, com taxa de 22,3%. No entanto, a participação do Ceará nas importações do Nordeste diminuiu de 8,2% (jan.-mar./06) para 7,8% (jan.mar./07), no período em análise.

As exportações do Maranhão, o segundo maior exportador da região Nordeste, alcançaram R\$ 498,9 milhões, no primeiro trimestre de 2007, com crescimento de 27,6% sobre o primeiro trimestre de 2006. A sua pauta de exportações compreendeu basicamente cinco capítulos: alumínio e suas obras; ferro fundido, ferro e aço; minérios, escórias e cinzas; produtos químicos inorgânicos; sementes e frutos oleaginosos, grãos. Juntos, esses capítulos totalizaram 97% das exportações maranhenses. Por outro lado, apresentou retração de 6,4% nas importações, entre janeiro e março de 2007, comparativamente ao mesmo período de 2006, sendo o único estado a apresentar variação negativa das importações dentro da região. Esse resultado levou à queda de participação do Estado na pauta de importações do Nordeste de 24,7% para 17,9%, no período em análise.

O Maranhão, juntamente com o Piauí, aumentou expressivamente o cultivo de soja nos últimos anos, dada a crescente demanda internacional e os problemas com importadores, decorrentes do plantio na região Amazônica (BOUÇAS, 2007). Es-

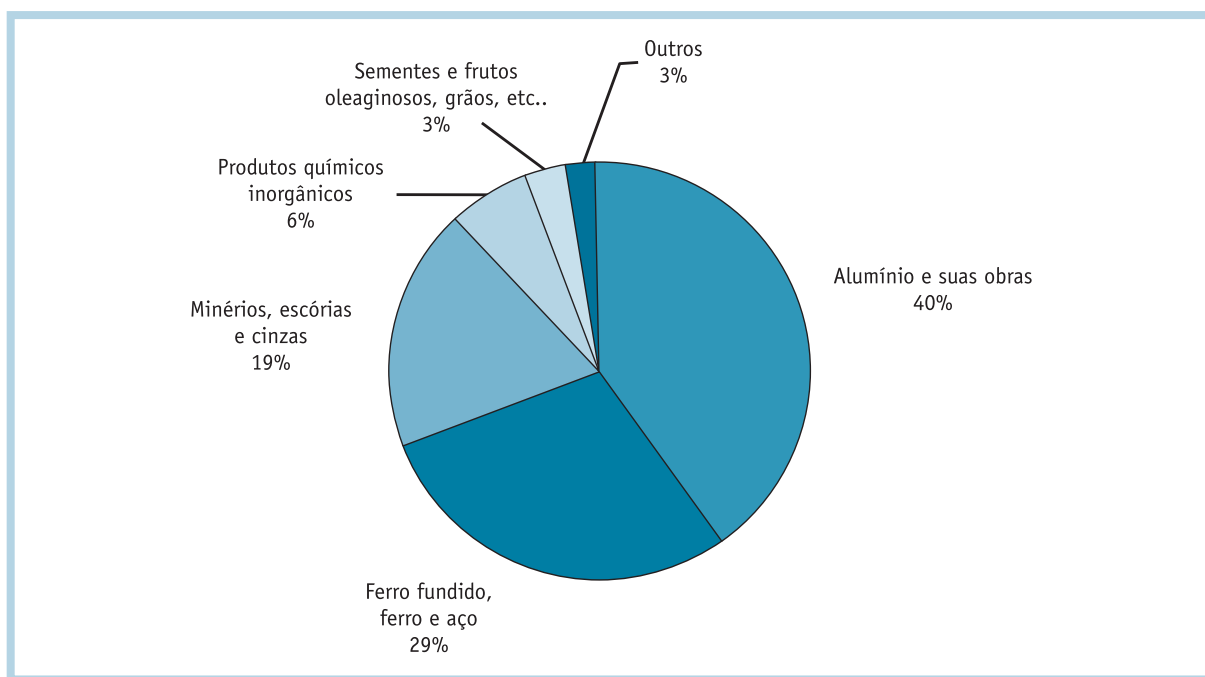


Gráfico 32 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

ses dois estados do Nordeste, juntamente com o Tocantins, mantêm a região como uma das mais promissoras do mundo para o avanço do grão. A partir da safra 2000/01, quando todo o país vivenciou uma nova fase de expansão da produção agrícola, a área plantada dos três estados cresceu 96,2%, enquanto a área nacional aumentou 47,3%. Nas últimas três safras, quando os sojicultores tiveram problemas com quebra de safra e preços em queda, a redução de área nos três estados foi de 9,0%, menor que o recuo nacional (11,7%). Com a expansão da área de soja, houve estímulo para instalação de indústrias na região, com boas perspectivas para a exportação, como visto na análise da balança comercial brasileira.

A Paraíba exportou R\$ 54,5 milhões entre janeiro e março de 2007, com variação positiva de 26,6%, sobre o mesmo período de 2006. Os principais capítulos da NCM exportados pelo Estado foram: outros artefatos têxteis confeccionados; tecidos especiais, rendas, tapeçarias; calçados, polainas, etc. e suas partes; açúcares e produtos de

confeitaria; e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento. Conjuntamente, esses cinco capítulos representaram 85% da pauta de exportações paraibana. Já as importações somaram R\$ 69,6 milhões no período em análise, significando elevação de 61,2% sobre o primeiro trimestre de 2006.

As exportações pernambucanas atingiram R\$ 205,1 milhões nos três primeiros meses de 2007, com expansão de 5,8% sobre os três primeiros meses de 2006. Esse resultado, porém, foi insuficiente para aumentar a participação do Estado na pauta de exportações nordestina no período. As exportações de Pernambuco compreenderam, principalmente, os seguintes capítulos da NCM: açúcares e produtos de confeitaria; plásticos e suas obras; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; borracha e suas obras. Juntos, os cinco capítulos perfizeram 70% do total exportado pelo Estado. Já as importações alcançaram R\$ 353 milhões, considerando-se o mesmo período, com elevação de 60,6% sobre jan.-mar./06. Esse re-

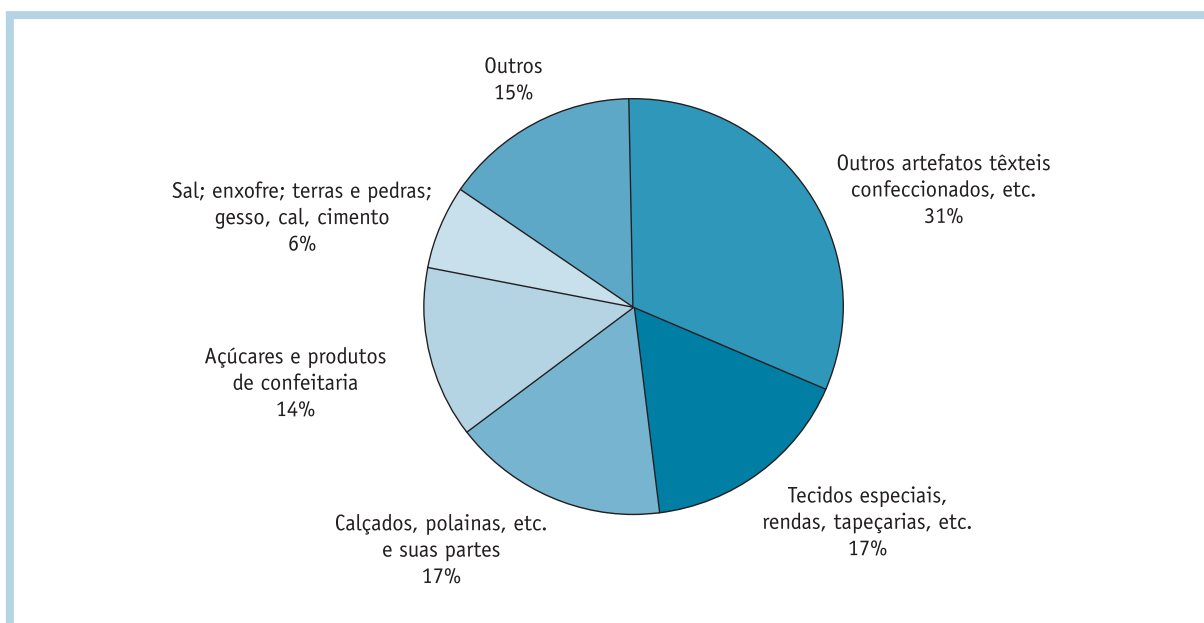


Gráfico 33 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Mar. 2007)

Fonte: BRASIL (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

sultado elevou a participação do Estado de 11,5% para 14,2% nas importações nordestinas.

Seguindo tendência nacional do setor, de perda de competitividade das exportações, em virtude do câmbio, muitas empresas do setor pesqueiro no Nordeste vêm investindo na ampliação

das vendas no mercado interno. Exemplo dessa tendência é a pernambucana Netuno (BOUÇAS; CRUZ, 2007), maior exportadora brasileira de pescados, que pretende elevar as vendas internas em 50,0%, na tentativa de igualar o peso dos mercados externo e interno em suas receitas.

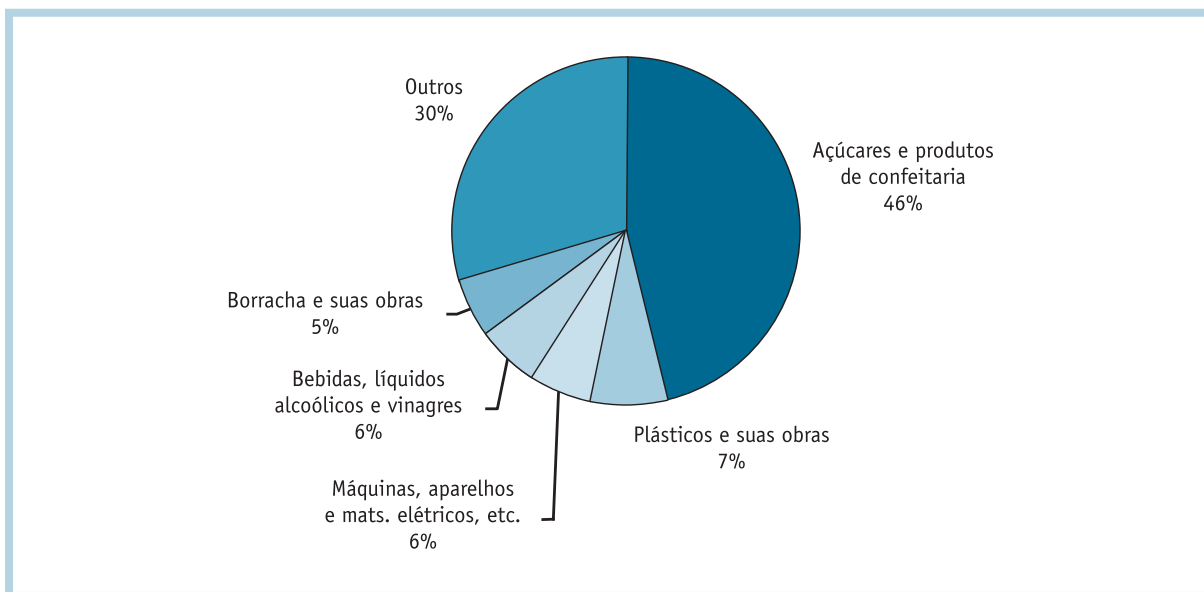


Gráfico 34 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco (Jan./Mar. 2007)

Fonte: BRASIL (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

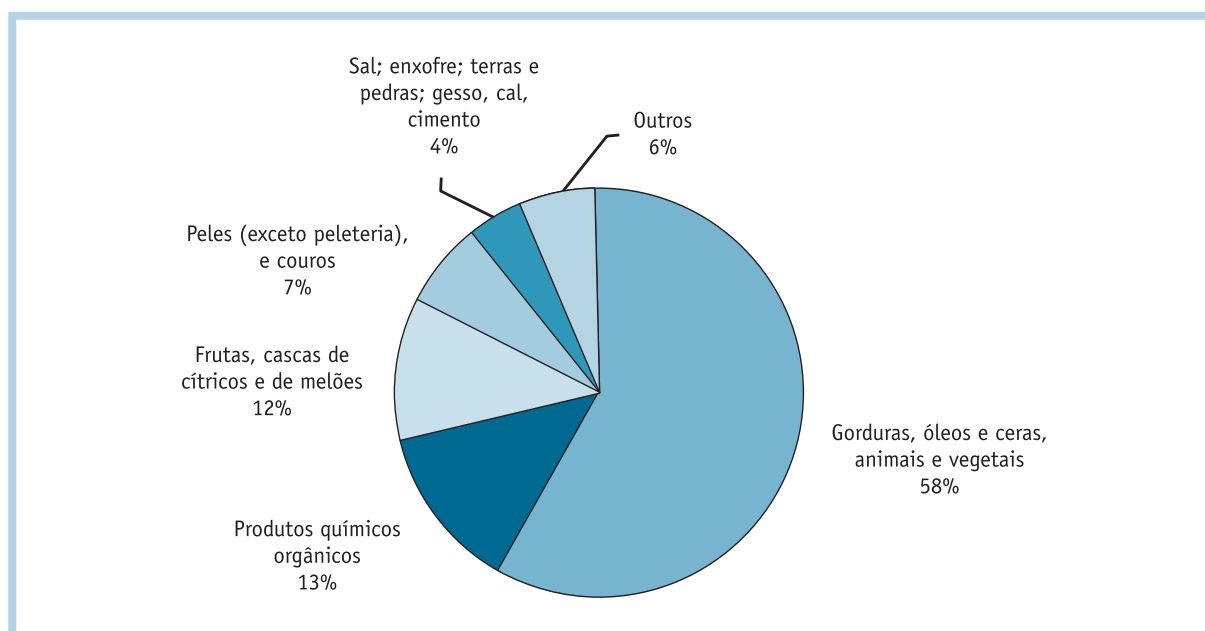


Gráfico 35 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./ Mar. 2007)

Fonte: BRASIL (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

As vendas externas do Piauí somaram R\$ 13,8 milhões no acumulado jan.-mar/07, elevando-se 40,1% com relação a igual período de 2006. Sua participação nas exportações da Região, no entanto, manteve-se estável. Os capítulos mais exportados pelo Estado, nesse período, foram: gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais; produtos químicos orgânicos; frutas, cascas de cítricos e de melões; peles (exceto peleteria) e couros; e sal, enxofre, terra e pedras, gesso, cal e cimento. Estes cinco capítulos representaram conjuntamente 94% da pauta exportadora do Piauí. A despeito do crescimento das vendas externas do Estado, as importações aumentaram 153,9% no mesmo período, o maior incremento dentre as unidades de federação da região.

O Rio Grande do Norte exportou R\$ 96,3 milhões entre janeiro e março de 2007, com crescimento de 17,0% sobre jan.-mar/06. As exportações do Estado tiveram como principais capítulos: frutas, cascas de cítricos e de melões; açúcares e produtos de confeitaria; peixes e crustáceos, moluscos; e sal, enxofre, terra, pedras, gesso, cal, cimento. Esses cinco capítu-

los significaram, conjuntamente, 96% do total exportado pelo Estado. Já as importações potiguares somaram R\$ 33,9 milhões, significando incremento de 9,4%, no período em análise.

O Estado de Sergipe expandiu suas exportações em 243,3% de janeiro a março de 2007, relativamente ao mesmo período de 2006 - o melhor resultado dentre todos os estados da região. Suas exportações compreenderam, principalmente, dentre os capítulos da NCM: preparações de produtos hortícolas, frutas; sal, enxofre, terra e pedras, gesso, cal e cimento; calçados, polainas e suas partes; óleos essenciais e resinóides; e algodão. Juntos, os cinco capítulos mais exportados por Sergipe somaram 97% das exportações do Estado. Já as suas importações cresceram 110,5% no mesmo período, totalizando R\$ 45,1 milhões — o segundo maior incremento dentre os estados nordestinos.

A análise das importações da Região Nordeste por categoria de uso, no período de janeiro a março de 2007, revela que os bens intermediários responderam por 47,5% do total impor-

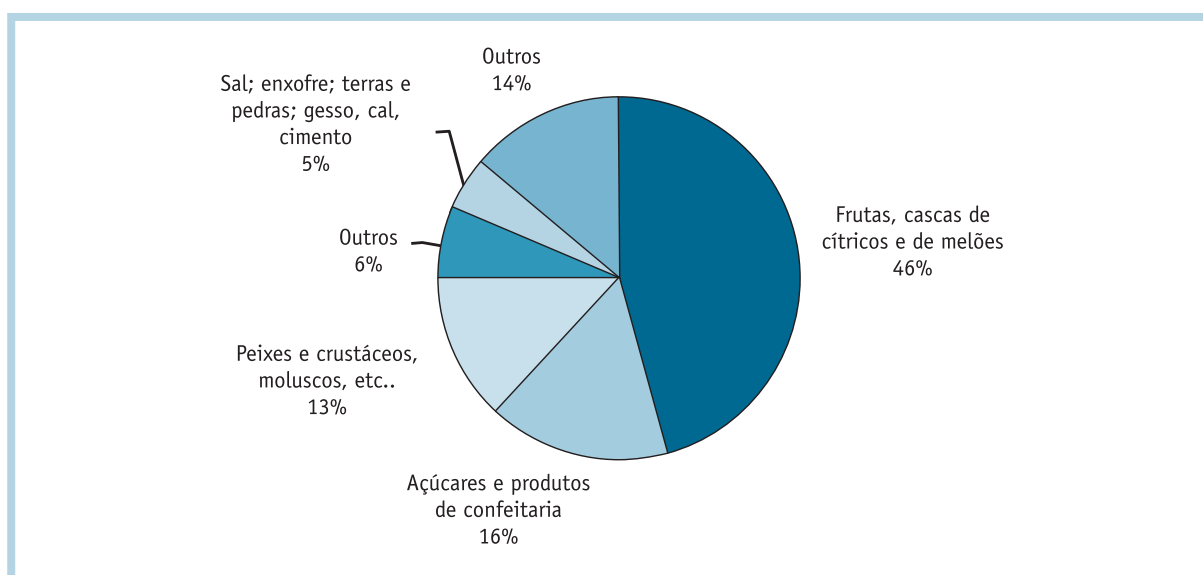


Gráfico 36 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./ Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tado, seguidos de combustíveis e lubrificantes (26,4%), bens de capital (17,9%) e bens de consumo (8,2%). Apenas os bens intermediários e os bens de consumo aumentaram sua participação na pauta de importações da Região.

Em termos de valor, todas as categorias de uso aumentaram suas importações no primeiro trimes-

tre de 2007, na comparação com igual período de 2006, tendo sido registrada a maior variação positiva na importação de bens de consumo (65,8%) — com crescimento de 91,1% dos bens duráveis e de 33,1% dos bens não-duráveis — seguidos de bens intermediários (36,7%); bens de capital (21,9%); e combustíveis e lubrificantes (14,7%).

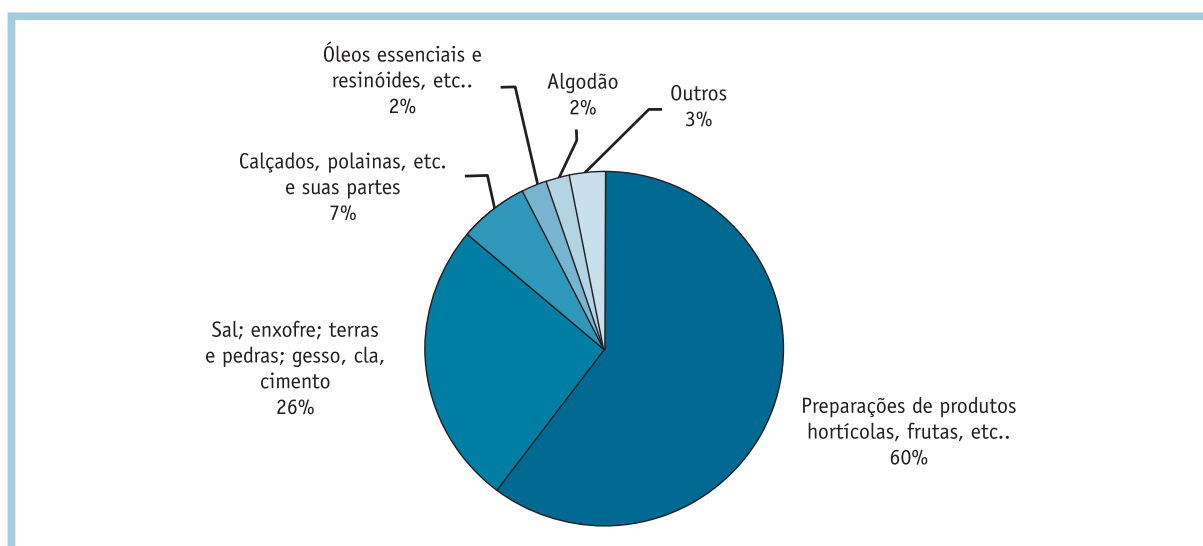


Gráfico 37 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Mar. 2007)

Fonte: Brasil (2007e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5.3 - Balanço de Pagamentos

Os dados do balanço de pagamentos para o primeiro trimestre revelam um superávit tanto na conta de transações correntes como na conta capital e financeira. O saldo positivo na conta de transações correntes alcançou US\$ 1,6 bilhão no primeiro trimestre, o que significa um aumento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano passado (Tabela 45).

O bom desempenho da conta de transações correntes foi ancorado, principalmente, na obtenção de excedentes na balança comercial brasileira apesar do câmbio valorizado. Mesmo com queda de 06% com relação ao mesmo trimestre de 2006, o superávit da Balança Comercial foi de US\$ 8,7 bilhões.

Os números de abril mostram uma retomada do dinamismo do setor exportador, pois, pela primeira vez no ano, o incremento mensal das vendas internacionais (26,6% em relação a abril do ano passado), supera o das compras internacionais (22,5%). Esse resultado permitiu o maior superávit mensal da história do comércio exterior brasileiro (US\$ 4,2 bilhões contra US\$ 3,4 bilhões em março). Esse desempenho resultou, evidentemente, do dinamismo das exportações que atingiu US\$ 12,5 bilhões ao longo dos 20 dias úteis de abril, o que significa uma média por dia útil de US\$ 622 milhões – crescimento

de 6,2% em termos de média por dia útil em relação a março.

Vale destacar que o superávit em transações correntes também refletiu o crescimento de 4,4% das transferências unilaterais no primeiro trimestre de 2004 e o decréscimo de 8,2% nas remessas líquidas na conta serviços e rendas.

Essa queda resultou do decréscimo de 20,2% das remessas líquidas de renda para o exterior nos três primeiros meses do ano. O forte recuo de 71,3% dos dividendos pagos a estrangeiros que efetuaram aplicações em ações contribuiu decisivamente para tanto.

Por outro lado, a maior contribuição para o déficit acumulado no primeiro trimestre de 2007 da conta rendas originou-se das remessas líquidas de lucros e dividendos, US\$ 2,8 bilhões, ante US\$ 2,5 bilhões – incremento de 11,2%. Esse incremento só não foi maior em função do crescimento de 20,0% das receitas de lucros e dividendos, refletindo a expansão dos investimentos brasileiros no exterior.

Já a conta serviços registrou um déficit de US\$ 2,2 bilhões no primeiro trimestre, portanto, incremento de 29,4% em relação ao período correspondente do ano anterior. As remessas líquidas de viagens internacionais foram decisivas para o

Tabela 45 - Brasil. Balanço de Pagamento (US\$ Milhões)

Discriminação	2006		2007	
	Março	Janeiro-Março	Março	Janeiro-Março
Balança Comercial (FOB)	3.660	9.278	3.324	8.701
Serviços e Rendas	-2.759	-8.647	-2.851	-7.989
Transações Correntes	1.281	1.574	817	1.694
Contas Capital e Financeira	982	4.276	7.643	22.114
Variação de Reserva	-2.325	-5.785	-8.529	-23.370
Resultado Global do Balanço	2.325	5.785	8.529	23.370

Fonte: Bacen (2007f).

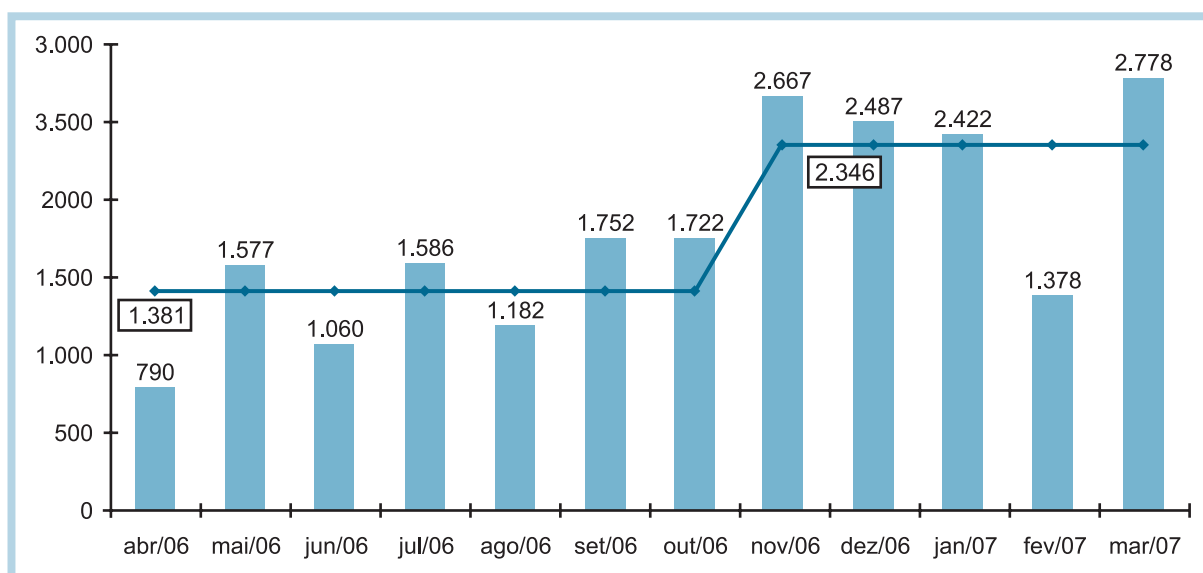


Gráfico 38 - Brasil: Investimento Direto Estrangeiro - IDE. Valores em US\$ Milhões.

Fonte: IEDI (2007c).

saldo negativo da conta serviços. No primeiro trimestre, os dados do Banco Central revelam que essas despesas somaram US\$ 262 milhões – significando expansão de 718% em relação a igual período de 2006.

A conta capital e financeira alcançou o expressivo superávit de US\$ 22,1 bilhões no primeiro trimestre do ano, em contraposição aos US\$ 4,2 bilhões relativo a período correspondente do ano passado. Tal performance resulta, principalmente, da expansão do investimento direto estrangeiro (IDE) que apresentou ingresso líquido US\$ 6,5 bilhões contra US\$ 3,9 milhões nessa mesma base de comparação – aumento de 66,2%. Somente no mês de março os investimentos diretos totalizaram 2,8 bilhões, valor 75% superior aos US\$ 1,6 bilhão observado em março do ano anterior. Desse total, US\$ 2,4 bilhões correspondem a ingressos líquidos e US\$ 388 milhões a empréstimos intercompanhias.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET, 2007), o processo de valorização da moeda nacional não se constitui um obstáculo para a entrada de IDE. Ao contrário,

a apreciação cambial corrente favorece a previsibilidade em horizontes de prazo cada vez mais longos, além de contribuir para a redução de taxa de juros e do custo de capital. Vale salientar que o influxo de investimento direto estrangeiro, sobretudo, na modalidade de fusão e aquisição, ocorre simultaneamente ao processo de valorização cambial.

Outro fato que merece atenção é que o valor alcançado de US\$ 34,9 bilhões de IDE no acumulado dos últimos doze meses está próximo do pico histórico dessa série, de US\$ 40,5 bilhões, ocorrido em 1999. Vale salientar que a trajetória ascendente de IDE atual não conta com investimentos em privatização, enquanto em 1999 as privatizações foram responsáveis por 21,6% do montante total de IDE.

Setorialmente, os investimentos foram orientados, sobretudo, para o setor serviços, que somou de janeiro a março US\$ 1,3 bilhão (46,3%). Neste caso, os segmentos que mais receberam aporte de IDE foram Intermediação Financeira (US\$ 952 milhões), Comércio (US\$ 532 milhões) e Eletricidade, Gás e Água quente (US\$ 479 milhões).

Já os investimentos direcionados ao setor industrial absorveram 40,4% do total no primeiro trimestre, o que corresponde a US\$ 2,7 bilhões. Os principais destaques foram as indústrias de produtos químicos (US\$ 1,3 bilhão), Veículos Automotores (US\$ 324 milhões) e Celulose e Papel (US\$ 302 milhões).

A manutenção das condições favoráveis de liquidez tem favorecido significativamente as diferentes modalidades de investimentos estrangeiros de portfólio no primeiro trimestre de 2007. Os investimentos em carteira registraram ingressos líquidos de US\$ 8,9 bilhões nos três primeiros meses, ante US\$ 6,2 bilhões no período correspondente de 2006. Os investimentos líquidos em ações, estimulados pelo contexto de alta liquidez, registraram ingressos líquidos de US\$ 37,4 bilhões, frente a US\$ 28,5 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Esses investimentos têm sido atraídos, principalmente, pelo processo crescente de valorização acionária e pela apreciação da taxa de câmbio. De acordo com o estudo da Economática, as empresas que têm ações nas bolsas de valores têm crescido nos últimos três anos acima de 10%. A consultoria elaborou um ranking das empresas de capital aberto que registraram crescimento rápido e constante de receita desde 2003 (GLOBAL 21, 2007b). Os resultados mostram que 25 das 232 empresas incluídas no levantamento se enquadram nesse perfil, que exige crescimento acima de 20,4% de 2003 para 2004; de 10,3% de 2004 para 2005 e, finalmente, de 9,2% de 2005 para 2006. Entre as 25 empresas, a Companhia Vale do Rio Doce apresenta o melhor resultado, com o faturamento passando de R\$ 19,4 bilhões em 2003 para R\$ 45,2 bilhões em 2006 - crescimento de 132,9%³².

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa assinalaram a forte expansão de 75,5%, com ingressos de US\$ 16,4 bilhões ante remessas de US\$10,1 bilhões. Contribuiu para esse crescimento a edição da Medida Provisória 281 em fevereiro de 2006, que reduz ou isenta de imposto de renda as aplicações de investidores estrangeiros em títulos públicos e em fundos de capital de risco.

A apreciação do real está contribuindo para o governo federal continuar a reestruturação da sua dívida externa. Assim, vem utilizando as reservas para efetuar operação de amortizações de títulos e bônus brasileiros em circulação no mercado internacional. As amortizações de bônus públicos, incluindo recompra de títulos, geraram remessas de US\$ 1,1 bilhão em março de 2007 e de US\$ 3,0 bilhões no acumulado do ano (Tabela 46).

No caso da modalidade “outros investimentos estrangeiros”, constatou-se um forte crescimento de US\$ 2,4 bilhões no primeiro trimestre de 2006 para 7,8 bilhões no mesmo período de 2007 – incremento de 224,9%. Desse total, US\$ 5,8 bilhões correspondem à concessão líquida de crédito comercial que apresenta bom desempenho em função do dinamismo das exportações e da busca de operações rentáveis nos mercados emergentes pelos bancos internacionais.

Em síntese, o duplo superávit na conta de transações correntes e de capital e financeira possibilitou um resultado global do balanço de pagamentos de US\$ 23,3 bilhões no primeiro trimestre de 2007, contribuindo para a expansão das reservas cambiais, que encerrou o período em 109,5 bilhões de dólares e para a manutenção da trajetória favorável dos indicadores de sustentabilidade externa.

³² Vale destacar que a Petrobrás, com faturamento de R\$ 158 bilhões em 2006, não participou da pesquisa para não distorcer o resultado geral.

Tabela 46 - Brasil: Investimentos Estrangeiros em Carteira (US\$ Milhões)

Discriminação	2006*			2007*	
	Março	Janeiro-Março	Ano	Março	Janeiro-Março
Total	2.343	6.264	9.051	3.715	8.966
Investimentos em Ações	-152	2.643	7.716	-66	2.610
Negociadas no País	-693	1.766	5.859	-556	1.597
Negociadas no Exterior	542	878	1.857	490	1.014
Títulos de Renda Fixa	2.495	3.621	1.335	3.781	6.355
Negociados no País	2.937	4.871	11.042	1.940	3.492
Negociados no Exterior	-442	-1251	-9.707	1.841	2.863
Bônus	-1.493	-4389	-13.223	-734	-1.530
Notes e Commercial Papers	479	3.135	3.425	1.286	2.269

Fonte: Bacen (2007f).

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado fiscal do governo central

O resultado primário do governo central, nos primeiros três meses de 2007, alcançou R\$ 19.190,2 milhões, representando um incremento de 29,2%, comparativamente a igual período do ano anterior (TESOURO NACIONAL, 2007d) (Tabela 47).

As receitas apresentaram crescimento expressivo no trimestre inicial de 2007 (13,8%). Em termos de sua participação como percentual do PIB, tanto impostos (8,24%) como contribuições

(8,79%) alcançaram incrementos respectivos de 0,62 e 0,17 pontos percentuais, relativamente a igual período de 2007.

Os impostos arrecadados, por seu turno, no primeiro de trimestre de 2007, atingiram R\$ 48.044,4 milhões, sendo 16,9% superiores ao montante obtido no mesmo período de 2006. As contribuições tiveram aumento de menor proporção (10,5%).

Tabela 47 - Resultado Primário do Governo Central (*) . Brasil, Janeiro - Março 2006 e 2007 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Março		Variação (%) 2007 / 2006
	2006	2007	
I. RECEITA TOTAL	125.588,4	142.938,7	13,8
I.1. Receitas do Tesouro	98.519,3	112.163,7	13,8
I.2. Receitas da Previdência Social	26.716,2	30.448,0	14,0
I.3. Receitas do Banco Central	352,9	327,0	-7,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	22.071,3	24.675,1	11,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	103.517,1	118.263,7	14,2
IV. DESPESA TOTAL	88.661,1	99.073,4	11,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	26.028,1	28.821,3	10,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	36.613,5	41.631,0	13,7
IV.3. Custeio e Capital	25.552,4	28.051,8	9,8
IV.4. Transferência do Tesouro Nacional ao Banco Central	124,4	132,5	6,5
IV.5. Despesas do Banco Central	342,8	436,8	27,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV)	14.856,0	19.190,2	29,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,75%	3,29%	-

Fonte: Tesouro Nacional (2007d). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

Dentre os impostos, merece destaque o aumento na arrecadação dos impostos de importação (20,1%); do imposto de renda de pessoa física (60,4%) e de pessoa jurídica-IRPJ (20,3%). No primeiro caso, o aumento foi devido tanto ao incremento da alíquota efetiva do tributo como à expansão das importações nacionais (25,4%) no período. No que concerne ao imposto de renda de pessoa física, houve expansão do valor arrecadado em virtude de volumes superiores de ganhos de capital e de depósitos judiciais, comparativamente ao primeiro trimestre de 2007. Já o IRPJ apresentou maior volume de pagamentos relativos à declaração de ajuste – especialmente por parte das instituições financeiras.

Dentre as contribuições, a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) teve aumento de 19,3%, devido à recuperação de débitos em atraso bem como ao maior montante de pagamentos da declaração de ajuste.

Na análise das despesas totais do governo central, constatou-se que os maiores incrementos foram registrados em Benefícios Previdenciários (13,7%), Pessoal e Encargos Sociais (10,7%) e Custeio e Capital (9,8%).

O Regime Geral de Previdência Social permanece registrando déficit de 1,92% do PIB, apesar do crescimento da arrecadação líquida (14%) haver sido superior ao crescimento dos benefícios.

As despesas com Pessoal e Encargos passaram a representar 4,95% do PIB nos primeiros três

meses de 2007. A elevação deveu-se, sobretudo, à remuneração de carreiras e remunerações de servidores civis e militares.

As despesas de custeio e capital são divididas em quatro itens: despesa do FAT, subsídios e subvenções econômicas, benefícios assistenciais (LOAS e RMV) e outras despesas de custeio e capital.

Os maiores crescimentos, no acumulado até março de 2007, foram apresentados nos benefícios assistenciais (22,7%) e no FAT (19,6%). O LOAS³³ já ultrapassa 2,5 milhões de pessoas beneficiadas por mês sendo mais de um milhão e cem mil idosos e cerca de um milhão e trezentos mil portadores de deficiência.

O FAT, por sua vez, é um fundo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, cujos recursos são direcionados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, esses últimos a cargo do BNDES. Dentro do FAT, a despesa com abono e seguro desemprego obteve menor incremento: 14,5%.

Desta maneira, a receita líquida do governo central, deduzida da despesa total gerou, de janeiro a março de 2007, um superávit de 3,29% do PIB, superior em 0,54 pontos percentuais ao montante acumulado no primeiro trimestre de 2006.

³³ Lei Orgânica de Assistência Social.

6.1.2 - Dívida pública federal

Conforme relatado no BNB Conjuntura Econômica 12, o Tesouro Nacional vem implementando mudanças qualitativas na Dívida Pública Federal. Evidencia-se, tanto no campo externo, como interno, a suavização do perfil de endividamento do setor público, com expansão do prazo médio e mudança na composição dos indexadores.

Para o ano de 2007, no que concerne à dívida externa, o setor público vem seguindo as metas projetadas no Plano Anual de Financiamento (TESOURO DIRETO, 2007a). O estoque da dívida pública externa fechou o mês de março em 135,62 bilhões de reais, sendo R\$ 106,76 bilhões de dívida mobiliária. Estes valores representam uma redução de 5,4% em relação ao estoque de dezembro de 2006. A política de emissão de títulos da dívida externa em moeda nacional (Real) bem como a estratégia de recompra antecipada dos títulos permanecem no início de 2007. Em março de 2007, foi realizada a reabertura do título Global BRL 2028 (título da dívida externa em reais), no valor de R\$ 750 milhões (TESOURO NACIONAL, 2007c). Este fato, associado à valorização do real face ao dólar, afetou a composição da dívida pública mobiliária federal externa, incrementando a participação dos títulos em moeda nacional, que passou de 4,6% em dezembro de 2006 para 6,5% em março de 2007.

No que concerne à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua trajetória não foi

tão auspiciosa quanto à externa. Apesar da melhoria dos prazos médios e de sua composição, seu estoque apresentou crescimento de 4,5% em março de 2007, comparativamente ao montante de dezembro de 2006.

A mudança na composição da DPMFi deveu-se ao resgate líquido de títulos indexados à taxa Selic, de forma que a parcela destes sobre o total da DPMFi caiu de 37,8% em dezembro de 2006 para 36,5% em março de 2007. Ao mesmo tempo, a participação dos títulos pré-fixados expandiu-se de 36,1% para 37,2%.

Com relação ao prazo médio da DPMFi, constata-se que aumentou de 31,0 meses, em dezembro de 2006, para 31,8 em março de 2007. Esta expansão do prazo médio foi acompanhada da redução do custo médio da DPMFi, de 14,1% a.a. (dezembro/2006) para 13,0% a.a. (março/2007).

Desta maneira, a dívida pública total (externa e interna) atingiu R\$ 1.278,27 bilhões, representando crescimento de 3,3% relativamente a dezembro de 2007. Caso este ritmo se mantenha até o final de 2007 e o PIB nacional se expanda conforme o previsto pelo Governo (4,5%), haverá redução do indicador dívida do setor público como proporção do PIB, com melhoria dos fundamentos da economia brasileira e abrindo perspectivas para nova reclassificação de risco nas agências internacionais de *rating*.

6.1.3 - Necessidade de financiamento do setor público

A necessidade de financiamento do setor público brasileiro foi de apenas 1,99% do PIB no primeiro trimestre de 2007 (BACEN, 2007c). Este valor é inferior aos registrados no mesmo período de 2006 (4,30%) e de 2005 (2,06%).

A menor dependência do setor público de recursos para financiar suas despesas decorre, principalmente, do declínio da taxa de juros Selic, que caiu 4,75 pontos percentuais desde março

de 2006. Desta forma, os juros nominais pagos pelos governos e empresas estatais, nas três esferas (federal, estadual e municipal), declinou de 8,19% do PIB nos três meses iniciais de 2006 para 6,67% no mesmo período de 2007.

Some-se ao declínio dos juros, o aumento do superávit primário do setor público como um todo para 4,68%.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.3.1 - Transferências a estados e municípios

As Transferências Globais para os Estados e Municípios totalizaram, até março de 2007, R\$ 21,8 bilhões, sem incluir as Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, que representam apenas 1,1% do total das transferências, conforme se vê na Tabela 48.

Cabe observar que, até março de 2007, tanto as Transferências Globais, quanto as Constitucionais e Legais representaram 16,0% do que foi transferido em 2006. O primeiro trimestre é atípico para relacioná-lo com o ano e, principalmente, este de 2007, que inaugura um novo mandato do Governo Lula, em processo de reorganização. O maior problema, em magnitude de valor, se deu nas Transferências Voluntárias que representaram apenas 6,0% do que foi transferido em 2006.

As Transferências Voluntárias são um instrumento de repasse, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A idéia é repassar recursos a ente

da Federação a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Nas Transferências Voluntárias por região, o Nordeste foi mais beneficiado na distribuição. Os repasses para a região, até março de 2007, representaram 15% do que foi transferido em 2006, percentual parecido com o da relação feita para as Transferências Globais e Constitucionais.

As Transferências Constitucionais para os Estados do Nordeste e Municípios, que são as parcelas de recursos arrecadados pelo governo federal, e transferidas conforme estabelecido na Constituição Federal, são compostas por vários fundos, conforme exposto no “BNB Conjuntura Econômica, nº 12”. Os fundos mais expressivos são o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Tabela 48 - Brasil: Transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios

Discriminação	Estados		Municípios		Total		
	2006	Até março/2007	2006	Até março/2007	2006	Até março/2007	2007/2006
Transferências Globais	63.827.789	10.163.090	71.125.414	11.667.090	134.953.203	21.830.180	0,16
Deduções	59.410.732	9.957.244	63.117.434	11.091.285	122.528.166	21.048.529	0,17
Pessoal	125.154	-	-	-	-	-	-
Saúde	10.576.767	1.929.951	16.928.734	4.075.031	27.505.501	6.004.982	0,22
Constitucionais e Legais	48.708.811	8.027.294	16.188.700	7.016.254	94.897.511	15.043.548	0,16
Transferências Voluntárias	4.417.057	205.846	8.007.980	575.805	12.425.037	781.651	0,06

Fonte: Tesouro Nacional (2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura.

(art. 159 da Constituição Federal). A Tabela 49 mostra a evolução das Transferências Constitucionais para os Estados. Não trataremos neste contexto das Transferências Constitucionais para os Municípios, porque dados atualizados não estão disponíveis.

Comparando-se as Transferências Constitucionais para os estados do Nordeste, no primeiro trimestre de 2007 com o primeiro trimestre de 2006, o crescimento dessas transferências, para a região Nordeste, foi de 8,6%, variação nominal, e 5,4 % em termos reais.³⁴ Essas transferências vêm crescendo continuamente acima da inflação, reflexo do aumento de impostos no período, de 8,2%, conforme relatado anteriormente. Em 2006, comparando-se com 2005, elas cresceram 9,6%, em termos nominais, e 5,2% em termos reais.

O estado que teve maior crescimento das Transferências Constitucionais para os Estados, comparando-se os primeiros trimestres de 2007 e 2006, foi o Maranhão (12,0%). Em 2006, comparando-se com 2005, o Maranhão teve o pior crescimento entre os estados do Nordeste (8,6%).

As transferências de recursos para os estados e municípios são um instrumento valioso para a viabilização de investimentos públicos. No tocante aos municípios, muitos dependem extremamente dessas transferências. Para deixar mais clara essa dependência e contribuir para o aprofundamento da análise das finanças estaduais e municipais, o BNB Conjuntura Econômica passa a acompanhar o Indicador de Independência Financeira (IIF) que aponta o grau de independência que o estado ou município possui das esferas governamentais superiores. Sua fórmula

Tabela 49 - Transferências Constitucionais para os Estados do Nordeste

Estados	Valores em R\$ 1,00		Variação (%) 2007 / 2006
	1º Trimestre de 2006	1º Trimestre de 2007	
Alagoas	329.680.315	364.526.174	10,6
Bahia	819.838.284	908.829.854	10,9
Ceará	566.976.509	625.582.691	10,3
Maranhão	565.693.913	633.411.817	12,0
Paraíba	399.416.863	421.752.861	5,6
Pernambuco	602.181.072	633.180.604	5,1
Piauí	334.440.904	365.032.985	9,1
Rio Grande do Norte	355.232.081	372.619.492	4,9
Sergipe	331.977.426	350.914.522	5,7
Nordeste	4.305.437.367	4.675.850.998	8,6

Fonte: Tesouro Nacional (2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

³⁴ Trabalhou-se com a inflação medida pelo IPCA (média do primeiro trimestre de 2007 / média do primeiro trimestre de 2006).

Tabela 50 - Indicador de Independência Financeira (%) - Estados do Nordeste e São Paulo

	2002		2003		2004		2005		Média	
	Estado	Capital	Estado	Capital	Estado	Capital	Estado	Capital	Estado	Capital
Alagoas	46,6	24,2	55,0	28,1	51,5	27,2	46,6	30,6	49,9	27,5
Bahia	71,3	50,9	75,1	51,5	73,7	50,4	67,6	49,6	72,0	50,6
Ceará	55,1	42,0	57,9	43,0	58,6	53,6	55,4	45,3	56,8	46,0
Maranhão	40,0	55,6	38,7	Não Inf.	43,0	26,2	43,3	27,8	41,3	36,5
Paraíba	48,8	28,0	53,5	27,2	51,0	39,1	54,6	29,2	52,0	30,9
Pernambuco	73,3	42,4	70,3	44,0	71,1	50,1	68,1	45,8	70,7	45,6
Piauí	41,6	47,6	43,7	30,3	44,9	38,1	41,7	34,5	43,0	37,6
Rio Grande do Norte	52,8	31,2	59,9	35,3	58,5	32,3	52,6	32,5	56,0	32,9
Sergipe	47,7	56,9	51,2	38,2	54,6	34,6	51,8	34,5	51,3	41,0
São Paulo	90,3	60,7	89,6	59,7	89,4	58,9	89,5	59,3	89,7	59,6

Fonte: Tesouro Nacional (2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

de cálculo é: $IIF = (1 - R_{tf} / RT) \times 100$, em que R_{tf} = Receitas de Transferências governamentais superiores para os estados ou municípios e RT = Receitas Totais dos estados ou municípios. Indica que, quanto mais próximo de 100, menor é a dependência do estado ou município das esferas governamentais superiores.

A Tabela 50 mostra o resultado do IIF para a região Nordeste, nos anos de 2002 a 2005. Neste caso, o Estado de São Paulo é tido como referência, por ser considerado o estado de maior concentração da atividade produtiva no território nacional. Vê-se que 90,3% de suas receitas são geradas dentro do próprio Estado. O interessante a observar é que a capital, São Paulo, tem um indicador muito distante do valor do Estado de São Paulo, refletindo que a atividade produtiva do Estado apresenta uma descentralização territorial mais expressiva que a maior parte dos estados da federação.

Olhando a média do período, nota-se que o estado nordestino mais independente das esferas

governamentais, a Bahia, representa 80,3% do indicador de São Paulo. A dispersão do indicador é igual para os estados e capitais (o coeficiente de variação é 0,2 para os estados e para as capitais). Vale salientar que, dos três estados mais desenvolvidos da Região, o Ceará guarda uma relativa distância da Bahia e de Pernambuco. Seu IIF médio representa 78,9% do indicador da Bahia e 80,0% de Pernambuco. Com relação às capitais, vale destacar a grande dependência das esferas governamentais dos municípios de Maceió (IIF – 27,5%), João Pessoa (IIF – 30,9%) e Natal (32,%). A região Nordeste é muito dependente das esferas governamentais. O IIF deixa claro a necessidade de políticas públicas para que a região cresça em atividade produtiva e reduza efetivamente a necessidade da transferência de recursos da União. A média do IIF para a Região Nordeste é 54,8, ou seja, apenas metade do que os estados têm para gastar em despesas correntes e investimentos são gerados internamente na região. Nas capitais a situação é pior, a média do IIF das capitais nordestinas é 38,7%.

6.2.2 - Arrecadação de ICMS

Algumas informações de ICMS, para os estados do Nordeste, ainda são provisórias, no momento da elaboração desta análise, como é o caso dos Estados do Ceará (mês de fevereiro), do Maranhão (mês de janeiro e fevereiro) e do Rio Grande do Norte (mês de fevereiro). O mês de março ainda não está disponibilizado. Por isso, considerou-se o primeiro bimestre de 2007.

Comparando-se o primeiro bimestre de 2007 com o primeiro de 2006, pode-se atestar o contínuo crescimento na arrecadação, fruto do aquecimento da demanda na economia do país. A arrecadação de ICMS no Nordeste vem crescendo acima do índice do Brasil, fato comprovado em análises anteriores. O ICMS, no Nordeste, cresceu 6,4%, em termos nominais, e 3,5% em termos reais. Olhando a participação da arrecadação de ICMS, com relação ao Brasil, ela flutua entre 14,% e 17%. Nos primeiros bimestres analisados, a participação é praticamente a mesma, 15,7%.

Dois fatos devem ser destacados. A queda na arrecadação do Ceará de 0,8%, e o expressivo crescimento na arrecadação do Piauí, 25,5%. No caso do Ceará, a queda da arrecadação é explicada na redução no item Energia (-30,4%) e no item Petróleo, combustíveis e lubrificantes (-29,9%). A redução no total do ICMS foi pequena (-0,8%), porque o ICMS do setor terciário cresceu 23,0%. Esse setor tem peso relevante na arrecadação, 52,4%. Esse crescimento foi também observado na evolução do comércio, discutida neste boletim, no item “3.5 – Comércio”.

O aumento observado no ICMS do Piauí, se deve ao item Energia, que cresceu 900,0%. Foram arrecadados, neste item, no primeiro bimestre de 2006, R\$ 2,5 milhões. No primeiro de 2007 a arrecadação neste item saltou para R\$ 25,0 milhões. A Bahia teve um pequeno crescimento (2,3%), mas isso já era observado quando se discutiu os dados de 2006, com relação a 2005, tendo a Bahia o menor crescimento entre os estados do Nordeste.

Tabela 51 - Arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil) - Estados do Nordeste e Total do Brasil

Discriminação	Janeiro - Fevereiro		Variação (%)	Part. em 2006	Part. em 2007
	2006	2007			
Alagoas	207.119	239.741	15,8	0,8	0,8
Bahia	1.369.050	1.408.753	2,9	5,1	5,0
Ceará	611.271	606.609	-0,8	2,3	2,1
Maranhão	315.013	330.384	4,9	1,2	1,2
Paraíba	261.295	277.770	6,3	1,0	1,0
Pernambuco	805.783	891.215	10,6	3,0	3,1
Piauí	156.704	196.648	25,5	0,6	0,7
Rio Grande do Norte	304.608	327.268	7,4	1,1	1,2
Sergipe	184.706	205.955	11,5	0,7	0,7
Nordeste	4.215.549	4.484.343	6,4	15,7	15,8
Brasil	26.834.353	28.410.581	5,9	100,00	100,00

Fonte: Tesouro Nacional (2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007.
- ABINEE. **Balança comercial do setor:** jan-mar 2007. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 23 mai. 2007.
- ABIT. Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007a.
- _____. **Comércio exterior.** Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 28 mai. 2007b.
- ABRABE. Disponível em: <<http://www.abrabe.org.br/categorias.php?id=4>>. Acesso em: 28 dez. 2006.
- ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, n. 252, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007.
- ANP. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/petro/dados_estatisticos.asp>. Acesso em: 17 mai. 2007a.
- _____. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/doc/dados_estatisticos/Vendas_de_Combustiveis_m3.xls>. Acesso em: 17 mai. 2007b.
- _____. **Dados mensais:** mai. 2007. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2007c.
- _____. **Vendas, pelas distribuidoras, dos derivados combustíveis de petróleo (metros cúbicos).** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2007d.
- ASMEDIATOR CONSULTORIA DE NEGÓCIOS. **Estudo sobre o mercado de bebidas alcoólicas no Japão e a cachaça.** Disponível em: <http://www.brasemp.or.jo/porutogatu/relac/secom/Brasemb_cachaça.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2006.
- BACEN. **Estatísticas do sistema brasileiro de pagamento:** maio 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007a.
- _____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2007b.
- _____. **Indicadores econômicos:** necessidade de financiamento do setor público. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie4-27.xls>>. Acesso em: 17 mai. 2007c.
- _____. **Política monetária e operações de crédito:** nota para a imprensa. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007d.
- _____. **Relatório de Mercado – Focus.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2007e.
- _____. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 mai. 2007f.

BAHIA. Assessoria Geral de Comunicação Social do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.age-com.ba.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

BAHIA. Secretaria de Ciência Tecnológica e Inovação. **Arranjos produtivos da cachaça e derivados da cana-de-açúcar. Salvador, 2006.**

BNB. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN.** Fortaleza: BNB/ETENE, 2007. (Banco de dados de uso restrito, consultado em 11/05/2007).

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 11, p. 46, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007a.

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 12, p. 46, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007b.

BNDES. **Governo anuncia o Revitaliza para aumentar competitividade de empresas afetadas pela valorização do câmbio.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias>>. Acesso em: 17 jun. 2007a.

_____. **Visão do Desenvolvimento**, n. 26, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007b.

BOUÇAS, C. **Avanço da soja motiva projetos em MA, PI e TO.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007.

BOUÇAS, C.; CRUZ, P. **Indústria pesqueira inverte foco e mira mercado doméstico.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agroestat>>. Acesso em: 16 mai. 2007a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged.** Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso: 15 mar. 2007b.

BRASIL. Secretaria de Fazenda, Finanças e Tributação: mai./07. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/CONFAZ/boletim/valores>>. Acesso em: 10 mai. 2007c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2007d.

_____. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 07 mai. 2007e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2007f.

CÂMBIO leva empresas as compras. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 30 mai. 2007.

CEPEA. **Indicador de algodão.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/04_abril/Algodao.htm>. Acesso em: 17 mai. 2007a.

_____. **Indicador de café.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/04_abril/Cafe.htm>. Acesso em 17 mai. 2007b.

_____. **Indicador de milho.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/04_abril/Milho.htm>. Acesso em 17 mai. 2007c.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/04_abril/>

Soja.htm>. Acesso em 15 mai. 2007d.

CETEM. **O barômetro (2006)**. Disponível em: <http://www.cetlem.com.br/portal/elementos/pdf_barometro2007.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2007.

CMA. **Trading analysis information**. São Paulo: CMA, 2007.

CNA. **Ganância prejudica preço do boi**. Disponível em: <<http://www.pecuaria.com.br>>. Acesso em: 17 mai. 2007a.

_____. **Indicadores Pecuários**, Brasília: CNA, n. 45, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 27 abr. 2007b.

_____. **Indicadores Rurais**, Brasília: CNA, n. 75, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 09 mai. 2007c.

_____. **Indicadores Rurais**, Brasília: CNA, n. 76, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 28 jun. 2007d.

CONAB. **Oitavo levantamento de avaliação da safra 2006/2007: maio/2007**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/8levsafra.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2007a.

_____. **Segundo levantamento da safra de café 2007/2008**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/Boletim.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2007b.

CRIAÇÃO de emprego formal é recorde para março e ministro confia em superação do recorde de 2004. **Valor Online**, 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 17 mai. 2007.

DANTAS, I. **Tributação maior poderá reduzir o plantio de tabaco**. Disponível em: <<http://www.fun-cex.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007.

DIEESE. **Campanha de valorização do salário mínimo: resultados da negociação para 2007**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/campanhaSM07.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

EXPANSÃO do comércio: novos investimentos no Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

FGV. **FGVDADOS**. Disponível em: <<http://www.fgvdados.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2007a.

_____. **Preços agropecuários**. Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 14 mai. 2007b.

_____. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação: quesitos especiais. ano 40**. Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 18 mai. 2007c.

FNP. **Anualpec 2006**. São Paulo, 2006.

FREIRE, F. de S. et al. **Finanças públicas municipais: indicadores de desempenho fiscal do Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XI, n. 4, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2007a.

_____. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XI, n. 5, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007b.

GLOBAL 21. **Acordo com China não segura importação têxtil**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 28 mai. 2007a.

_____. **Empresas de crescimento relâmpago.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007b.

_____. **Setor moveleiro começa a reagir.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2007c.

GRÜNDLING, R. D. P. Exportações no agronegócio da cachaça: um estudo de caso da cachaça de alambique gaúcha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza, **Anais...** Fortaleza, 2006.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** ind. de volume e valores correntes. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007a.

IBGE. **Índices conjunturais da indústria:** Brasil - mar/07. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007b.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 14 mai. 2007c.

_____. **Pesquisa industrial mensal de emprego:** pesquisa industrial mensal: produção física. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2007d.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>> . Acesso em: 16 mai. 2007e.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (Brasil e Regional). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2007f.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (mar.07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2007g.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física: regional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mai. 2007h.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (jan./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2007i.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (fev./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2007j.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (mar./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2007l.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (jan./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2007m.

_____. **Pesquisa mensal do comércio (mar./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 16 mai. 2007n.

_____. **Pesquisa pecuária municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 mai. 2007o.

_____. **Pesquisa trimestral de abate de animais.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 mai. 2007p.

_____. **Pesquisa trimestral do leite.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 mai. 2007q.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 mai. 2007r.

_____. **SIDRA: produção física: Brasil.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2007s.

_____. **Sistema de contas nacionais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=843>. Acesso em: 17 mai. 2007t.

_____. **Pesquisa mensal de comércio (abr./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2007u.

IDT. **Ocupação e desemprego em Fortaleza (dez./06).** Disponível em: <<http://www.idt.org.br/institucional.asp#>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

IEDI. **Carta IEDI**, n. 262. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007a.

_____. Desindustrialização e dilemas do crescimento econômico recente. **Carta IEDI**, n. 252. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 19 abr. 2007b.

_____. **Análise IEDI.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 16 mai. 2007c.

IFEFD. **Taxas de endividamento do consumidor de Arapiraca:** maio 2007a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Maceió:** maio 2007b.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza.** Disponível em: <http://www.fecomercio-ce.org.br/content/aplicacao/ipdc-ce2/2005-conteudo/conjuntural/2006_11_resumo_conjuntural_ce-ara.zip>. Acesso em: 21 mai. 2007.

LCA CONSULTORIA. **Análise LCA Comércio:** outubro 2007.

LIMA, J. P. R. **Cachaça artesanal e vinhos finos no Nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb_2006/docs/cachaca_artesanal.pdf>. Acesso em: 03 out. 2006.

MAIA, F. S. **Alternativas para exportação de cachaça artesanal:** um exemplo da Alemanha. Disponível em: <http://www.editora.ufla.br?Boletim?pdf/bol_57pdf>. Acesso em: 21 dez. 2006.

PUGA, F.; NASCIMENTO, M. **A nova realidade do investimento no Brasil.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_30.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2007.

ROSA, G. R. da. **Anuário Brasileiro da Cana-de-Açúcar.** Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2005.

SEBRAE. **O novo ciclo da cana:** estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos: a revalorização e diversificação dos produtos artesanais. Brasília: IEL/NC; SEBRAE, 2005. p. 104-152.

SECRETARIA de Desenvolvimento Agrário. **Jornal O Povo**, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/economian/695439.html>>. Disponível em: 25 mai. 2007.

SEI. **Vendas do comércio aumentam 11,1% no primeiro trimestre.** Disponível em: <<http://www.sei.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

SERASA. **Estudos de inadimplência.** Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007a.

_____. **Estudos econômicos.** Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007b.

SOBEET. **Trajetória ascendente do investimento estrangeiro bruto aponta para rompimento de recorde histórico em 2007.** Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

TESOURO NACIONAL. **Dívida pública federal:** plano anual de financiamento. 2007. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/PAF_2007.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2007a.

_____. **Estados e municípios, indicadores fiscais e de endividamento (mai./07).** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2007b.

_____. **Relatório mensal da dívida pública federal (mar./07).** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/divida_publica/relatorio_mar07.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2007c.

_____. **Resultado do Tesouro Nacional (abr./07).** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/resultado/2007/Nimmar2007.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2007d.

_____. **Transferências constitucionais (mai./07).** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 mai. 2007e.

_____. **Transferências voluntárias (dez./06).** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 24 jan. 2007f.

_____. **Transferências voluntárias (mar./07).** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2007g.

VERDI, A. R. The benefits efficient governance mechanisms to artisan cachaça territories: strategies for competitiveness and development. In: INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE, 5., 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto, 2005. 1 CD-ROM.

WAL-MART tem plano de expansão. **Jornal O Povo**, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

XEYLA, R. **Brasil é o terceiro maior consumidor de cosméticos do mundo.** Disponível em: <<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=5863289&canal=214>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

ZAFALON, M. **Brasil ganha no preço e na área plantada.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2007.



**Banco do
Nordeste**



SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2007-08/2.256 - Tiragem: 1.400

ISSN 1807883-4



9 771807 883004

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

